

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2026

NÚMERO 22.979 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Ed Alves/CB/D.A Press



Fraternidade e moradia

Na celebração da Missa de imposição das Cinzas, ontem, na Catedral, foi enfatizada a importância da Quaresma para os católicos. A CNBB divulgou o tema da campanha da fraternidade deste ano, que chama a uma reflexão sobre pessoas em situação de rua. PÁGINA 6

Briga de rua: quem filma pode responder criminalmente

Bruna Gaston/CB/D.A Press



“As pessoas acham que, se as mãos dela não estão literalmente sujas de sangue, elas não podem ser responsabilizadas. Mas isso é mentira”, declarou o delegado-chefe da 13ª DP (Sobradinho), Hudson Maldonado, que investiga a morte de Leonardo Silva, 19 anos, ocorrida após uma briga de rua. Segundo o policial, além de Jardel da Nóbrega, 27, que desferiu os golpes fatais na vítima, outro jovem, Wanderson da Fonseca, 29, deve responder por homicídio, pois foi ele quem filmou e narrou as agressões, em vídeo difundido nas redes sociais. No *CB.Poder*, Maldonado comparou o caso de Leonardo com o de Rodrigo Castanheira, 16, que morreu após espancamento. “Se duas pessoas estão brigando e outras estão filmando, sorrindo, há de se analisar até que ponto isso também pode servir de incentivo”.

PÁGINA 13

Carnaval em clima tranquilo

O secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar, fez um balanço positivo do trabalho policial nos dias de folia. No *CB.Poder*, Avelar analisou a atuação de PMs na abordagem ao distrital Fábio Felix (PSol) e prisão de integrantes de um bloco. “A PM fez o trabalho dela”.

Pedro Kirilos/Estadão



Sapucai prefere Ciça a Lula



Festa e tristeza em Niterói! A Viradouro ganhou o carnaval carioca celebrando o mestre de bateria Ciça, num desfile que arrancou aplausos das arquibancadas. A festa na quadra teve a rainha Juliana Paes, um dos destaques da avenida, ao lado do homenageado. Outra escola da cidade, a Acadêmicos de Niterói, exaltou a história do presidente Lula, mas foi rebaixada.

PÁGINAS 5, 6, 14 E 18. NAS ENTRELINHAS, 3, E EIXO CAPITAL, 15

Com vetos, reajuste do Congresso fica em 9%

O aumento para Câmara, Senado e TCU ficará entre 8% e 9% este ano. No entanto, não haverá correção em 2027, 2028 e 2029, prevista no projeto aprovado pelo Legislativo. Trechos vetados pelo Planalto elevariam vencimentos acima do teto (R\$ 43,6 mil). O artigo que previa um dia de folga (ou remuneração) a cada três trabalhados foi retirado.

PÁGINA 2



Movimento em alta

Pesquisa revela que entre 2015 e 2025, mais de 2,6 milhões de processos tramitaram na Justiça do Trabalho.

Entrevista

Desembargador aposentado Brasilino Ramos, ex-presidente do TRT da 1ª Região, analisa a atual fase do direito do trabalho.

Ligado ao Master, Pleno é liquidado pelo Banco Central

Além do banco, a autoridade monetária fechou a Pleno Distribuidora de Títulos, também controlada por Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vercaro, dono do Banco Master. De acordo com nota técnica, a decisão ocorreu “pelo comprometimento da situação econômico-financeira, com deterioração da situação de liquidez” e infringência às normas. O fim da instituição prejudica 160 mil clientes e vai custar R\$ 4,9 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

PÁGINAS 7 E 8. BRASÍLIA-DF, 4

Vazamento

Unafisco diz que STF mascara crise

Presidente da entidade sindical de auditores, Kleber Cabral afirmou que a Corte usa o suposto vazamento de dados de autoridades pela Receita como “cortina de fumaça”.

PÁGINA 3

Peru

José Balcázar é o novo presidente

Em votação encerrada no início da madrugada desta quinta, o ex-juiz José María Balcázar, do partido Perú Libre, foi eleito pelo Congresso para a Presidência do país.

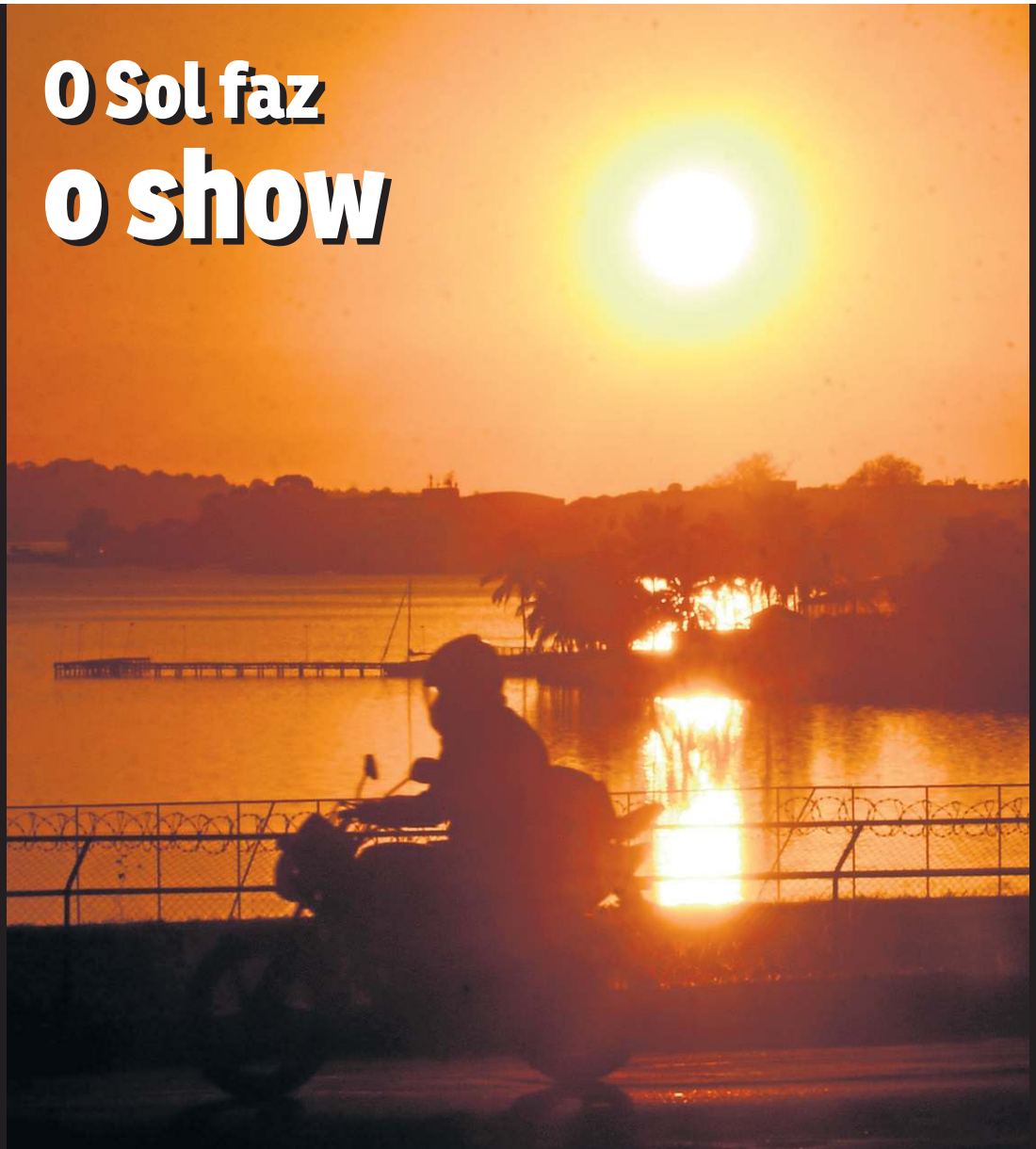
PÁGINA 9

Anne-Christine Poujoulat/AFP



Bom pra cachorro! — Pet invade a linha de chegada no esqui cross country, “atrapalha” Duda Ribeiro e Brasil fica fora da final nos Jogos de Inverno Milão-Cortina 2026. PÁGINA 20

O Sol faz o show



Brasilienses foram pegos de surpresa com as fortes pancadas de chuva no fim da tarde de ontem. O dia amanheceu ensolarado, seguindo o ritmo do período de carnaval, mas o aumento da nebulosidade favoreceu as precipitações, o que deve ocorrer hoje, segundo previsão do ClimaTempo. PÁGINA 18



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

Servidor tem aumento, mas sem penduricalho

Lula veta incorporação de benefícios ao contracheque, com efeito multiplicador nos salários e que fura teto do funcionalismo. Aprovado a toque de caixa no Congresso, projeto contou com o apoio dos líderes dos principais partidos governistas e da oposição

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, as leis que concedem reajuste, neste ano, a servidores da Câmara dos Deputados, do Senado e do Tribunal de Contas da União (TCU), e que também atualiza os respectivos planos de carreira. Porém, vetou trechos que criam novos benefícios para os servidores — os penduricalhos —, que podem extrapolar o teto salarial do funcionalismo, de R\$ 46.366,19, e reajustes escalonados nos próximos três anos. A decisão foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU).

Assim, em 2026, os servidores efetivos e de carreira ganharão 9,25% de reajuste. Os que ocupam cargos comissionados terão um aumento ponderado de 8,63%. Os penduricalhos vetados são os aumentos graduais nos salários de 2027, 2028 e 2029; pagamentos retroativos de despesas continuadas; e a criação de uma licença compensatória que previa dias de folga que poderiam ser convertidos em dinheiro no caso de atividades extras, como sessões noturnas, auditorias e plantões.

A aprovação pelo Congresso dos projetos de lei para seus servidores gerou embate com o Supremo Tribunal Federal (STF), no início do mês. Câmara e Senado fizeram passar rapidamente, e com pouco debate nos plenários, os dois PLs com reajustes e novos benefícios.

Segundo os textos aprovados, o salário poderia chegar a R\$ 77 mil, quase o dobro do que ganham os ministros do Supremo, que é o parâmetro definido como teto do funcionalismo. Com a repercussão negativa dos PLs, o ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu por 60 dias o pagamento dos penduricalhos, prazo para que os Três Poderes justifiquem os benefícios.

Ao suspender os penduricalhos, Dino fez duras críticas aos contracheques milionários que se espalham pelo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Presidente rejeitou a possibilidade de aumentos progressivos serem concedidos ao funcionalismo nos três anos seguintes ao mandato atual



A sanção parcial mantém recomposição prevista para 2026 e moderniza as carreiras. Foram vetados escalonamentos após o atual mandato, licença compensatória com possibilidade de indenização acima do teto e regras que contrariavam a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal"

Trecho de comunicado da Presidência da República explicando o veto aos penduricalhos

funcionalismo, classificando-os como "violação massiva" da Constituição. "Por este caminho (suspensão), certamente será mais eficaz e rápido o fim

do Império dos Penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do



Por este caminho (suspensão), certamente será mais eficaz e rápido o fim do Império dos Penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do serviço público"

Trecho da decisão do ministro Flávio Dino, do STF, criticando a incorporação de penduricalhos ao salário bruto

serviço público", frisou.

Na justificativa para os vetos, Lula argumentou que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe aumentos de despesas com

pessoal que passem a valer após o mandato atual do presidente da República — como os reajustes para os três anos posteriores à atual gestão.

Licença polêmica

A licença compensatória é um dos trechos que mais criaram polêmica — e foi vetada. Segundo os PLs, o objetivo seria remunerar o acúmulo de funções de servidores que ocupam funções comissionadas. A cada três dias de exercício, ele teria direito a um dia de licença — ou seja, até 10 dias no mês.

Além disso, a Câmara poderia indenizar o servidor em vez de conceder a folga. Na prática, a regra permitiria um aumento de até um terço no salário, ultrapassando, em alguns casos, o teto constitucional. A medida não deve entrar em vigor, a menos que os vetos sejam derrubados pelo Congresso.

Além do reajuste apenas para 2026, os trechos aprovados por Lula incluem, ainda, outras mudanças para as carreiras da Câmara, Senado e TCU. As gratificações de desempenho existentes foram substituídas pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAAE), que adiciona entre 40% a 100% ao vencimento básico do servidor, como incentivo pelo cumprimento de metas e outras métricas internas.

As três carreiras também foram reconhecidas como "típicas de Estado" — ou seja, sem paralelo na iniciativa privada e essenciais ao funcionamento da máquina pública. Para o TCU, especificamente, houve aumento no número de cargos, elevação nos níveis de funções de confiança e exigência de nível superior para todos os postos.

A aprovação dos penduricalhos teve apoio, inclusive, da base governista. Os textos passaram simbolicamente, sem registro dos votos pelos parlamentares. Isso, porém, criou uma saída justa para o presidente, segundo alguns dos seus interlocutores. Afinal, Lula foi colocado no dilema de se indispor com servidores e com o Congresso ou ser criticado por ter autorizando supersalários para o Legislativo em pleno ano eleitoral.

Para o veto, Lula teve respaldo, também, pela forte reação negativa ao projeto junto à opinião pública e a suspensão do pagamento dos penduricalhos pelo ministro Dino.

De uma “questão de justiça” à responsabilidade fiscal

» WAL LIMA

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar os penduricalhos foi interpretada entre parlamentares da base e da oposição como sinalização de responsabilidade fiscal em ano pré-eleitoral. Esse discurso, porém, contrasta com a declaração do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que no dia da votação da proposta — 3 de fevereiro — afirmou que tudo fora previamente aprovado na reunião de líderes pouco antes.

A proposta, que passou simbolicamente, teve relatoria do deputado Alberto Fraga (PL-DF). Ao comentar a decisão de Lula, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a derrubada do veto ficará por conta de Motta. Segundo ele, se pautada, o partido votará contra os vetos.

"Como esse é um projeto da Mesa Diretora da Câmara, quem deve se manifestar sobre isso é o

presidente Hugo Motta. Até o PT votou a favor. Se for do interesse do Motta, vamos ajudá-lo [a derrubar o veto]", disse.

Parte da oposição, porém, concorda com a rejeição. A deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que acompanhou a tramitação desde o início, afirmou que o partido havia se posicionado contrariamente desde sempre. "O Novo foi contra todo o reajuste para os servidores do Congresso e do TCU porque o Brasil não suporta mais aumentos no topo do funcionalismo. O presidente vetou os trechos que permitiam pagamentos acima do teto, que eram os pontos mais graves, e isso era o mínimo esperado. O teto constitucional existe para ser respeitado. Ainda assim, o correto teria sido vetar tudo em respeito ao contribuinte", explicou.

Não neste ano

Quanto à apreciação dos vetos presidenciais, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC),

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Sóstenes já anunciou que o PL votará pela derrubada do veto de Lula

afirmou que não deverão ser pautados este ano, em razão da popularidade do tema em ano eleitoral. "Acredito que a Câmara não

vai derrubar os vetos pelo desgaste público. Esse é o primeiro ponto. Acredito que, efetivamente, não vai ter derrubada de veto.

O segundo ponto é que o Supremo (Tribunal Federal) indicou ao Congresso regulamentar a matéria", observou.

Uczai defende que, se pautados, os vetos sejam mantidos e que, a partir do ano que vem, o Congresso discuta regras mais claras sobre os penduricalhos. "Poderia ter o debate sobre o teto, não neste ano, mas discutir o conjunto. Discutir se está de acordo com o valor do salário de um ministro, de um presidente da República, do ministro da Fazenda. Para mim, é manter o veto e o teto como está", indicou.

Para Jonas Donizette (SP), líder do PSB, o veto era esperado diante dos sinais emitidos pelo governo e pela opinião pública. "Acho que ele (Lula) decidiu corretamente, principalmente diante do clamor da sociedade. Também acho que o veto não deve entrar em votação antes do período eleitoral", previu.

Tarcísio Motta (RJ), líder da bancada do PSol na Câmara, avaliou que o veto foi coerente com

a votação. "O veto do presidente foi correto e vai na mesma linha da posição que a federação PSol-Rede defendeu em plenário. A reposição salarial dos servidores é justa, mas não pode abrir brechas para burlar o teto constitucional. Cabe ao Legislativo manter o veto e corrigir o erro cometido", salientou.

Segundo o cientista político Rodrigo Dias, a decisão de Lula reforça um princípio constitucional. "Ao impedir mecanismos que poderiam gerar supersalários por meio de penduricalhos, a decisão sinaliza compromisso com a responsabilidade fiscal", avaliou

Para o economista Alessandro Callil de Castro, "a eventual flexibilização do teto poderia estimular reivindicações semelhantes em outros órgãos e esferas da Federação, produzindo efeito multiplicador nas despesas com pessoal — justamente em um contexto de restrições orçamentárias e busca por equilíbrio fiscal".



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Desfile na Sapucaí armou uma casa de caboclo para Lula

Petistas e juristas alinhados ao governo minimizam o impacto do desfile da Acadêmicos de Niterói, na Marquês de Sapucaí, sob o argumento de que não houve violação explícita da legislação eleitoral. É mesmo o que precisam fazer. Formalmente, de fato, a decisão da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, ao liberar a apresentação, respeitou o princípio constitucional da liberdade de expressão artística — impedir o desfile configuraria censura prévia. Mas a política, como se sabe, raramente se resolve apenas na esfera formal. E é justamente aí que os estrategistas da campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm razões de sobra para pôr as barbas de molho.

O problema não é o gesto isolado, mas na cadeia que se projeta no tempo. “As consequências vêm depois”, advertia o Conselheiro Acácio. O desfile não entrará para a história por seus méritos estéticos, mas pode entrar como jogada de marketing eleitoral e jurisprudência eleitoral que pode provocar pela controvérsia que provocou: a suspeita de propaganda eleitoral antecipada e de abuso de poder político. Trata-se de um prato cheio para a oposição, que já protocolou umas 10 representações no TSE pedindo a inelegibilidade de Lula, evocando precedentes recentes, como a condenação de Jair Bolsonaro pela reunião com diplomatas estrangeiros em que atacou a confiabilidade das urnas eletrônicas.

O contexto institucional torna o episódio ainda mais delicado. Em junho, Cármen Lúcia deixará a presidência do TSE e os ministros Nunes Marques e André Mendonça, ambos indicados por Bolsonaro, assumirão, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da Corte Eleitoral. Ainda que não se projete, hoje, uma condenação capaz de tornar Lula inelegível — sobretudo sendo o favorito na disputa —, a judicialização do episódio já produz desgaste político, ruído institucional e incerteza estratégica.

A favor de Lula pesam alguns cuidados adotados de última hora: a decisão de impedir que a primeira-dama, Janja Lula da Silva, desfilasse no último carro alegórico, como inicialmente previsto, e a opção por permanecer no camarote do prefeito Eduardo Paes, aliado político, limitando-se a gestos protocolares e os beijos às bandeiras das demais agremiações. Contra ele, contudo, fala o conteúdo do desfile em si, que recorre ostensivamente a símbolos clássicos de campanha: o refrão “Olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”, o número 13 do PT e a exaltação direta de políticas públicas do atual governo, compondo um quadro difícil de dissociar do calendário eleitoral. Sem falar nos ataques aos que foram chamados “neconservadores em conserva”, onde Lula sempre enfrenta dificuldades eleitorais, como o agronegócio e os evangélicos.

Do ponto de vista estritamente jurídico, o TSE agiu corretamente ao não barrar o desfile. Mas isso não equivale a um salvo-conduto. A própria ministra Cármen Lúcia advertiu para o “risco concreto e plausível” de ocorrência de ilícitos, a serem avaliados posteriormente. O Carnaval, por definição, é espaço de transgressão simbólica, sátira e crítica ao poder, mas não eleitoral. Ao optar por homenagear um presidente vivo, no exercício do cargo e candidato à reeleição, às vésperas do pleito, a Acadêmicos de Niterói subverteu essa lógica e tensionou deliberadamente os limites entre manifestação cultural e propaganda política.

Risco político

O risco político não está apenas no Judiciário. O episódio fornece munição narrativa à oposição e, sobretudo, às forças de centro que articulam uma alternativa eleitoral fora da polarização tradicional. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, trabalha para viabilizar uma candidatura competitiva, tendo como principal aposta o governador do Paraná, Ratinho Junior, sem descartar outros nomes, como Eduardo Leite e Ronaldo Caiado. Nesse cenário, cada desgaste simbólico do presidente fortalece o discurso de que Lula representa um ciclo em esgotamento.

Não por acaso, editoriais dos principais jornais apontaram o desfile como um exemplo de campanha antecipada disfarçada de festa popular. No mercado financeiro, a chamada Faria Lima não esconde seu crescente entusiasmo com uma candidatura do PSD, vista como mais previsível e menos polarizadora. Kassab avança na montagem de palanques estaduais onde Lula enfrenta maior rejeição, como Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia, ou tem palanques fortes, como Pernambuco e Sergipe. Num ambiente em que a desaprovação ao governo ainda permanece elevada, apesar da melhora recente dos indicadores econômicos.

A conjuntura econômica, porém, joga a favor do presidente: inflação sob controle, desemprego baixo, renda em recuperação e expectativas mais positivas quanto ao crescimento podem reduzir a rejeição e ampliar sua aprovação. Ainda assim, mesmo para o marqueteiro de Lula, o secretário de Comunicação Social do Governo, Sidônio Palmeira, o episódio da Sapucaí foi um erro de cálculo político, um tiro no próprio pé. O eleitor que rejeita Lula não mudou de opinião por causa do desfile; o eleitor fiel ganhou, no máximo, um jingle reciclado; e o eleitor volátil, aquele que decide eleições, teve mais motivos para irritação do que para reconciliação.

Ao permitir que a maior festa popular do país fosse atravessada por símbolos explícitos da disputa eleitoral e comparecer ao desfile da Acadêmicos de Niterói, Lula armou, para si mesmo, uma casa de caboclo: entrou confiante, mas saiu deixando rastros para adversários, juristas e candidatos alternativos explorarem. Na política, em ano eleitoral, nem tudo que é permitido é aconselhável e o aplauso não é sinônimo de voto.

Em tempo: a grande campeã do carnaval de 2026 foi a Unidos do Viradouro, de Niterói, com o enredo *Mestre Cica*, uma homenagem a Moacyr Silva Pinto, aos 69 anos, seu mestre de bateria. A Acadêmicos de Niterói, em último lugar, voltou para a Série Ouro.

PODER

Para auditores, STF cria “enredo de vítima”

Presidente da Unafisco considera que Corte usa suposto vazamento de dados de ministros para mascarar a crise interna. E observa: punição ao fiscal da Receita foi “desproporcional”

» LUANA PATRIOLINO

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Kleber Cabral, afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está usando o suposto vazamento de dados de autoridades pela Receita Federal (RFB) como cortina de fumaça para mascarar a crise interna do Judiciário. A Polícia Federal (PF) investiga se quatro servidores do órgão teriam vazado informações de ministros. Ao **Correio**, ele afirmou que as medidas tomadas foram desproporcionais e colocadas para gerar “enredo de vítima” por parte da Corte.

“Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornazeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”, disse.

A PF investiga quatro servidores da Receita Federal que teriam vazado informações dos ministros do STF e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Na terça-feira, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. De acordo com o Supremo, a investigação é um desdobramento do inquérito das fake news. Foram alvos da operação Luiz Antônio Martins Nunes (funcionário do Serpro cedido à RFB), Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos (técnicos do Seguro Social) e o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes.

O Supremo destacou que a operação foi autorizada depois que “foram constatados diversos e múltiplos acessos ilícitos ao sistema da Receita Federal e o vazamento das informações sigilosas”. O ministro Alexandre de Moraes também determinou que os suspeitos ficassem proibidos de acessar o trabalho, mesmo que de forma remota. Ordenou, ainda, que entregassem passaporte, usassem de tornazeleira eletrônica e fossem quebrados os sigilos bancários e telemáticos de cada um.

Cabral acusa o Supremo de usar a situação para se colocar como “vítima” e ganhar apoio público diante da crise institucional que atravessa. “Temos que tentar interpretar os sinais. Nos parece que houve um planejamento para que

Waldemir Barreto/Agência Senado



Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas. Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir — e aí o Judiciário vai lá e bota a tornazeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável”

Kleber Cabral, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco)

essa situação viesse a ocorrer, esse enredo de vítima ao STF. Não tem razão para esse movimento todo. Afinal, qual foi o dado que o ministro Alexandre está achando que vazou da Receita? Falaram do contrato de R\$ 129 milhões [da mulher do magistrado, Viviane Barci de Moraes], que, sabidamente, não saiu da Receita, porque o órgão não tem esse documento”, defendeu.

O presidente da Unafisco lembrou que, em 2019, Moraes, também no âmbito do inquérito das fake news, afastou auditores fiscais igualmente suspeitos de vazarem informações sigilosas. Segundo ele, não houve diálogo com o

Judiciário desde então. “Não houve diálogo e nem tentativa de diálogo. Na verdade, a Receita levou aquela pancada, mas não atravessou nenhuma linha. A Receita estava, de maneira objetiva, criando uma metodologia para selecionar contribuintes, pessoas politicamente expostas”, explicou.

Ele acrescenta: “Foi tudo suspenso, os dois auditores afastados. Hoje, todo mundo tem muito medo de represália, do que pode acontecer, ninguém quer perder o emprego. Então, lá no caso concreto de 2019, passado dois, três meses, eles voltaram, porque não tinha absolutamente nada de concreto”.

Exploração “midiática”

O vice-presidente da Unafisco, Mauro Silva, concorda com a tese de que a reação da Corte estaria sendo desproporcional diante do caso. Segundo ele, o fato está sendo explorado de maneira “midiática”.

“O acesso por bisbilhotagem, de maneira imotivada, pode resultar em uma pena de advertência. É diferente caso o servidor tivesse acessado e divulgado as informações. Existe o acesso imotivado e o vazamento. No meio de tudo isso, tem a questão probatória. A Receita sabe de tudo isso: quem acessou, em que tela, em que horário — tudo. Tem um relatório sobre isso. O que nos causa espanto é o efeito midiático. Tudo parece ser desproporcional”, disse ao **Correio**. Mauro também rejeitou a tese de que houve vazamento de informações. Para a Unafisco, foi apenas um “acesso indevido”. Ele discorda das medidas de segurança impostas pelo Supremo.

“Para que reter passaporte e colocar tornazeleira eletrônica? O ideal nesses casos é cancelar o acesso dele aos sistemas e quebrar o sigilo. Faltou uma análise da Corte, que tem a mais alta percepção para aplicar o direito. O conjunto de medidas nos parece um tanto exagerado e desproporcional. Foi um acesso indevido, não houve vazamento”, garantiu.

MAIORIDADE PENAL

Governistas rebatem ministro sobre plebiscito

» VANILSON OLIVEIRA

A recente declaração do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima, sobre a possibilidade de um plebiscito para debater a redução da maioridade penal desencadeou uma onda de manifestações na Câmara dos Deputados. A bancada do PT divulgou nota contrária à proposta, enquanto parlamentares da direita defenderam que a sociedade deveria consultar-se sobre o tema. Na Argentina, a Câmara aprovou, na quinta-feira passada, um projeto de lei que reduz a maioridade penal de 16 para 14 anos. A proposta vai ao Senado de lá e, se aprovada, segue para a sanção do presidente Javier Milei.

O comentário de Wellington veio por conta das declarações do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, Mendonça Filho (União-PE), sobre incluir no texto a redução da maioridade penal. “Não seria algo imediato. Há debates se a melhor

maneira seria um referendo, um plebiscito. Não se pode dizer que uma modalidade de consulta popular como exercício de democracia direta seja, em si mesma, um mal. A ideia de colocar para a sociedade brasileira esse debate é uma ideia legítima e bem orientada”, afirmou o ministro.

A bancada do PT afirmou que a proposta, além de “politicamente retrógrada, incorre em teratologia jurídica, tendo em vista que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes integram o núcleo intangível da Constituição Federal e, portanto, não são passíveis de deliberação por majorias eventuais”.

Já a deputada e ex-líder do PSol Talíria Petrone (RJ) afirmou que não é encarcerando mais pessoas que a segurança pública será resolvida. “Temos um cárcere que o próprio Supremo Tribunal Federal declarou que está em um estado institucional de coisas, onde 40% dos presos brasileiros são provisórios, a maioria negros”, lembrou.



Ayla Fernanda Barbosa
Escola Classe 01, Gama

Educação

Em sete anos, o cartão material escolar já beneficiou 572 papelerias credenciadas.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelerias credenciadas.

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Vai encarar?

Os parlamentares que aprovaram o reajuste dos servidores a toque de caixa, inclusive os tais penduricalhos extra-teto, não se veem tão fortes ao ponto de conseguir enfrentar a opinião pública e derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, mandou parar tudo, a justificativa é de que não há como mexer nisso.

Por falar em Flávio Dino...

As razões elencadas para o veto não citam, em nenhum momento, a decisão do ministro do STF. Lula observa os limites constitucionais e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que andava para lá de esquecida.

E o 6 x 1, hein?

Os opositores ao projeto de redução da escala 6 x 1 no Congresso, que são poucos, devem recorrer aos cálculos de encolhimento do Produto Interno Bruto e da necessidade de o governo custear a mudança, a fim de atrasar a votação. Os governistas, porém, virão com tudo a fim de transformar o tema em bandeira de campanha. Essa discussão promete tomar conta do pós-Carnaval, dividindo as atenções com o escândalo do Master-BRB.

Mais um foco

Com a liquidação do banco Pleno, de Augusto Lima, marido da ex-deputada e ex-ministra Flávia Arruda, tem muita gente interessada em apurar as portas que ela abriu para antigos sócios do Master nos tempos em que estava no governo de Jair Bolsonaro.

A política em suspense por causa do Master

Previstos para breve, um novo depoimento do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, no escândalo do Banco Master, e a fala de Daniel Vorcaro à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, do Senado, paralisaram grande parte das movimentações políticas por esses dias. Ninguém pretende fechar qualquer acordo no escuro — ou seja, sem saber o peso de cada personagem nesse processo. No Distrito Federal, por exemplo, o único que se adiantou em carreira solo foi o PL, que decidiu manter distância regulamentar do grupo do governador Ibaneis Rocha (MDB) e lançou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a deputada Bia Kicis ao Senado, com direito a foto das

duas num outdoor e a mensagem “Fé para construir, amor para transformar”.

» » »

Na política nacional, ninguém vai fechar com o PP de Ciro Nogueira ou o União Brasil de Antonio Rueda sem saber a verdade a respeito da amizade que os unia a Vorcaro. O que se espera é que o depoimento do ex-dono do Master à comissão do Senado esclareça alguns pontos, da mesma forma que os políticos do DF esperam que, num novo depoimento, o ex-presidente do BRB fale tudo o que sabe a respeito dos políticos da cidade e do banco que comandava.



CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O périplo de Cappelli... / O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli (**foto**), continua com a maratona de passar uma semana na casa de morador de uma região administrativa do DF. Pré-candidato ao GDF, ele fará a 16ª cidade em breve.

...e sem ar condicionado/ Nesses dias, inclusive dispensa o motorista para sentir de perto a realidade daqueles que precisam de transporte público diariamente para chegar ao trabalho.

Pé frio e pé quente/ Com o rebaixamento da Acadêmicos de Niterói à Série Ouro do Carnaval carioca, a oposição deita e rola nas redes, dizendo que a culpa foi de Lula. Os petistas, no entanto, arrumaram um jeitinho de driblar a derrota, dizendo que a vitoriosa é adepta do vermelho, a cor predominante da campeã Viradouro.

A internet não perdoa/ O resultado oficial nem havia saído e já circulava nas redes a foto de uma lata com o rótulo “Família rebaixada”, com a foto de Lula e da primeira-dama Janja no Carnaval.



O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo

Proteger as mulheres não é apenas uma resposta aos abusos — precisa ser um compromisso construído coletivamente desde a base. Ciente desse desafio, o Correio Braziliense promove um debate pautado pela responsabilidade, pelo senso crítico e, sobretudo, pelo compromisso com soluções concretas à violência de gênero.

26/02

a partir das 08h30
Auditério do Correio Braziliense
SIG QD 02 lote 340



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente



Realização:
**CORREIO
BRAZILIENSE**

Produção:
CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

PARTIDOS

Escola cai com enredo de Lula

Protagonista da maior polêmica do carnaval do Rio, estreante Acadêmicos de Niterói é rebaixada no desfile das escolas de samba

» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA

Acadêmicos de Niterói foi rebaixada do Grupo Especial do carnaval do Rio de Janeiro ao ficar na última colocação, após a apuração das notas, ontem, na Cidade do Samba (Zona Portuária). Em sua estreia na elite do samba carioca, a escola obteve apenas duas notas 10 e acumulou perdas significativas em outros quesitos, decorrentes, sobretudo, de problemas na dispersão, que marcaram o encerramento de sua apresentação, na primeira noite de desfiles na Marquês de Sapucaí, domingo.

Se a Acadêmicos foi rebaixada, a grande vencedora do carnaval carioca também saiu de Niterói: a Unidos do Viradouro conquistou seu quarto título, com enredo que homenageia Mestre Ciga, um dos grandes mestres de bateria do Rio (leia na página 6).

O desfile da novata teve como enredo *Do Alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil*, que apresentou a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde a infância no Nordeste, passando pela migração para São Paulo, o trabalho como torneiro mecânico e a liderança sindical, até a chegada à Presidência da República. A proposta artística, no entanto, transbordou a avenida e se tornou um dos episódios mais politizados do carnaval deste ano. O desfile incluiu representações de autoridades e ex-presidentes, como o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. O ex-presidente foi retratado com alegorias de presidiário e de palhaço.

Do ponto de vista técnico, a apresentação foi comprometida no encerramento. Alegorias ficaram presas na área de dispersão, houve correria entre componentes e uma das estruturas permaneceu no local mesmo após o término do desfile. A Imperatriz Leopoldinense, escola que se apresentou em seguida, alegou prejuízo em razão do incidente.

O enredo da Niterói foi alvo de, pelo menos, 10 ações judiciais e representações no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União, sob a alegação de que o desfile configuraria propaganda eleitoral antecipada. Houve pedidos para barrar a apresentação, suspender repasses públicos e, até, impedir a presença da presidente na Sapucaí.

O caso chegou ao plenário do Tribunal Superior Eleitoral que, por unanimidade, rejeitou pedidos de liminar para impedir o desfile, sob o argumento de que a proibição poderia caracterizar censura prévia. Os ministros, contudo, advertiram que eventuais excessos

poderiam ser analisados posteriormente. Após a decisão, o PT orientou militantes e convidados a evitarem manifestações que pudessem ser interpretadas como campanha antecipada. O governo federal negou irregularidades, afirmou não ter participado da escolha do enredo e sustentou que o financiamento público às escolas segue critérios regulares. Depois do desfile, Lula elogiou a apresentação nas redes sociais, gesto que reacendeu críticas da oposição.

Exploração política

Parlamentares passaram a associar o rebaixamento da escola à homenagem ao presidente, explorando politicamente o resultado. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) escreveu que a queda da escola “mostra como Lula está afundando o Brasil”. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), comemorou o resultado, enquanto outros deputados do partido, como Capitão Alberto Neto, Bia Kicis, Gustavo Gayer e Mario Frias, publicaram vídeos, montagens e conteúdos irônicos, alguns com uso de inteligência artificial.

Um dos pontos de maior repercussão negativa foi a ala intitulada Conservadores em conserva, que retratava famílias dentro de latas, algumas com símbolos religiosos. A representação gerou forte reação de parlamentares ligados à bancada evangélica e ampliou o desgaste do governo junto a um segmento do eleitorado historicamente distante do PT. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) classificou a ala como “inadmissível” e criticou o uso de recursos públicos para, segundo ela, ridicularizar a fé evangélica. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro também se manifestou, afirmando que o desfile expôs a fé cristã ao escárnio.

Embora integrantes do governo ressaltem o valor simbólico de exaltar a trajetória pessoal e política de Lula, a avaliação predominante no Planalto é que o saldo foi negativo. O entendimento é que a homenagem gerou mais desgaste do que ganhos políticos, somando o rebaixamento da escola, a judicialização do desfile e a intensificação de críticas de adversários.

Em nota divulgada após a apuração, a Acadêmicos de Niterói afirmou que sofreu perseguição durante todo o processo carnavalesco em razão do enredo escolhido e disse ter enfrentado ataques de setores conservadores. O PT, por sua vez, reiterou que o desfile constitui expressão artística e cultural, organizada de forma autônoma pela escola, e sustentou que a ausência de pedido explícito de votos afasta a caracterização de propaganda eleitoral antecipada.

João Salles | Riotur



Acadêmicos de Niterói defende o enredo sobre a vida de Lula, mas não evita o rebaixamento da escola novata no Grupo Especial: só o samba tirou 10



Sofremos ataques políticos, enfrentamos setores conservadores e, de forma ainda mais grave, lidamos com perseguições vindas de gestores do próprio carnaval carioca. Mesmo pressionada, a Acadêmicos de Niterói não se curvou. Nos posicionamos, resistimos e levamos para a avenida um desfile verdadeiro, potente e coerente com a nossa identidade"

Trecho da nota oficial da Acadêmicos de Niterói

PT denuncia Flávio ao TSE

» WAL LIMA

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o ex-ministro do Turismo do governo Bolsonaro Gilson Machado Neto e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que é pré-candidato à Presidência da República, por propaganda eleitoral antecipada.

De acordo com o petista, a ação pede a concessão de liminar para retirada imediata de conteúdos divulgado nas redes sociais, nos quais Machado aparece fixando adesivos com a frase “O Nordeste está com Flávio Bolsonaro 2026”, com a declaração: “Vou eleger o homem. Nosso presidente”, em uma manifestação que, segundo Farias, caracteriza promoção eleitoral fora do período legal.

“A conduta viola o art. 36 da Lei nº 9.504/1997, que proíbe propaganda eleitoral antes de 15 de agosto do ano da eleição, e compromete a igualdade de condições entre os futuros candidatos, princípio protegido pela Constituição Federal. Nossa representação sustenta que o conteúdo reúne elementos típicos de



PT diz que pré-candidatura de Flavio (e) foi turbinada por Gilson nas redes

campanha, como identificação nominal do beneficiário, referência direta ao pleito e mensagem explícita de apoio eleitoral, configurando tentativa de antecipar a disputa e influenciar o eleitorado de forma indevida”, afirmou o parlamentar.

Lindbergh ainda pontuou que além da retirada do conteúdo e da aplicação de multa, também está requerendo que o caso seja encaminhado ao Ministério Público Eleitoral (MPE) para apuração de eventual

abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

“É fundamental que a Justiça Eleitoral atue para garantir o respeito ao calendário eleitoral e preservar a legitimidade das eleições, impedindo que candidaturas sejam promovidas antecipadamente em desacordo com a legislação vigente”, frisou ele na publicação. Flávio Bolsonaro e Gilson Machado, até o fechamento desta edição, não se manifestaram sobre a denúncia.

ATOS GOLPISTAS

Moraes arquiva denúncia contra Zambelli

Ed Alves/CB/D.A Press

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou, ontem, o inquérito aberto contra a ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação. Uma apuração foi aberta antes de dela ser presa na Itália, em julho, e apurava as circunstâncias em que a então parlamentar deixou o Brasil. O magistrado seguiu o entendimento da Procuradoria-Geral da República (PGR) — que apontou ausência de elementos comprobatórios.

A investigação foi aberta no ano passado com a justificativa de que as declarações de Zambelli indicavam fuga e confissão de condutas criminosas que atentaram contra as instituições democráticas. As ações da então parlamentar também haviam sido relacionadas com a atuação de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que está nos Estados Unidos e é suspeito de planejar retaliações contra as autoridades brasileiras para beneficiar Jair Bolsonaro — condenado



Presa na Itália, Zambelli aguarda julgamento de pedido de extradição

a 27 anos de prisão por liderar uma tentativa de golpe de Estado.

A PGR entendeu que insinuações de Zambelli não se concretizaram. “Uma vez esgotadas as diligências complementares, não se vislumbram elementos aptos a embasar o início do processo penal, tampouco linha inquisitorial voltada à obtenção desses

elementos”, disse o procurador-geral, Paulo Gonet.

Moraes seguiu o entendimento da Procuradoria e determinou o arquivamento. “Tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, ou a título originário, sendo essa manifestação irretratável, salvo

no surgimento de novas provas”, afirmou o ministro.

Extradição

Zambelli está presa na Itália, onde aguarda decisão da Justiça quanto a um processo de extradição para o Brasil. Em maio do ano passado, ela foi condenada por unanimidade pela Primeira Turma do STF pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Os integrantes do colegiado definiram 10 anos de prisão para a parlamentar, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa.

Em junho, ela fugiu para a Itália a fim de driblar a Justiça. Dias depois de ser procurada pela Interpol, foi presa nos arredores de Roma. Segundo a investigação da Polícia Federal, a ex-deputada e o hacker Walter Delgatti Netto teriam invadido seis sistemas do Judiciário por 13 vezes. Eles inseriram 16 documentos falsos, incluindo um mandado de prisão contra Alexandre de Moraes e ordens para quebra de sigilo bancário e bloqueio de bens do magistrado.



CAMPANHA DA FRATERNIDADE

CNBB: “Moradia não pode ser um privilégio”

Igreja quer que fiéis aproveitem a Quaresma para fazer uma reflexão sobre as famílias que vivem nas ruas ou em condições insalubres

» CAETANO YAMAMOTO*

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano — “Fraternidade e moradia” — foi anunciado, ontem, pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). Com o lema Ele veio morar entre nós (Jo 1,14), a campanha lança um olhar sobre a crise habitacional enfrentada pelas pessoas de mais baixa renda no Brasil.

A iniciativa convida a sociedade a refletir sobre a realidade da moradia no país, reforçando o compromisso da Igreja Católica com a defesa dos direitos sociais e da justiça, em que um lugar digno para morar constitui direito fundamental. De acordo com a CNBB, 6,2 milhões de famílias não têm lugar adequado para viver, e 328 mil pessoas fazem das ruas o seu lar.

Ontem, na Catedral Metropolitana de Brasília, foi celebrada a Santa Missa de Imposição das Cinzas, presidida pelo padre Agenor Vieira, que enfatizou o significado da Quaresma: “Esses 40 dias são importantes para purificar e preparar os nossos corações no itinerário quaresmal até o dia de Páscoa”, disse ele.

Para a CNBB, a moradia digna é a porta de entrada para todos os demais direitos. Sem ela, faltam segurança, saúde, educação e dignidade. O secretário-geral da confederação, dom Ricardo Hoepers, ressaltou que a Campanha da Fraternidade propõe uma conversão pessoal, comunitária e social.

“Não podemos naturalizar que alguém viva sem teto e aceitar que crianças cresçam em áreas de risco. A moradia não pode ser tratada como privilégio, mas como condição básica para o exercício de outros direitos.”, afirmou.

Hoepers ainda reforçou que políticas públicas habitacionais são dever do Estado e que a economia deve estar a serviço da vida. “Este não é um tema partidário; é um tema humano, civilizatório”, disse, lembrando que cada família que conquista sua casa experimenta a restauração da dignidade. Ele explica que, há 2 anos, o Setor Campanhas da CNBB vem preparando a Campanha da Fraternidade com reflexões, produção do texto-base e subsídios, realização do Seminário Nacional da campanha, em setembro do ano passado, e realização de seminários regionais e diocesanos em todo o Brasil, a fim de

mobilizar, formar e articular pessoas e instituições na luta pelo direito à moradia.

“Estão previstas vias-sacras, vigílias, caminhadas penitenciais, círculos bíblicos, grupos de famílias, mas, também, audiências públicas nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas estaduais e do Distrito Federal, além de sessão no Congresso Nacional sobre o tema”, elencou o religioso.

O secretário-executivo de Campanhas, padre Jean Poul Hansen, disse ao **Correio** que enxerga a iniciativa da campanha com admiração pela Igreja no Brasil que, há mais de 60 anos, tem a coragem de pautar, a cada ano, um tema necessário e urgente para a sociedade brasileira. “A questão da moradia, embora inviabilizada, é uma questão urgente para a dignidade humana dos cidadãos e das cidadãs do Brasil, visto que é um elemento necessário para o seu desenvolvimento integral. E, mesmo sendo um direito previsto no Art. 6º da Constituição Federal, não é garantido a todas as pessoas”, ressaltou.

O grande gesto concreto da campanha deste ano, segundo Hansen, é a coleta nacional da solidariedade, no Domingo de Ramos, em 29 de março. “Dos recursos arrecadados, 60% ficam na própria diocese, para investimento em projetos sociais relativos à moradia, e 40% são enviados para o Fundo Nacional de Solidariedade, que, por meio de edital nacional, auxilia projetos sociais e humanitários — neste ano, relativos à moradia digna.”

Mensagem do papa

O papa Leão XIV destacou, na mensagem aos bispos brasileiros, o papel das campanhas da fraternidade promovidas pela CNBB. “Com o intuito de animar o povo fiel em cada itinerário quaresmal, há mais de 60 anos que a Igreja no Brasil realiza a Campanha da Fraternidade, momento em que, como comunidade de fé, dirige a sua ação pastoral e caritativa aos pobres, os verdadeiros destinatários do nosso amor preferencial, como fiz questão de recordar na Exortação Apostólica Dilexi te: ‘convencidos de que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres, devemos empenhar-nos cada vez mais em resolver as causas estruturais da pobreza.’”

» Entrevista | FREI GILSON | FRADE CARMELITA

Quaresma: “Tempo de reorganizar a alma”

» ANA DUBEUX

*A abertura da Quaresma reuniu cerca de 1,5 milhão de fiéis conectados simultaneamente nas redes sociais de Frei Gilson, às 4h desta quarta-feira (18), durante a transmissão do rosário da madrugada. O encontro virtual marca o início de um período de 40 dias dedicado à oração, reflexão e preparação espiritual, com participação de fiéis de diversas regiões do país. Em entrevista ao **Correio**, o religioso afirma que a mobilização reflete a busca por espiritualidade em meio à rotina contemporânea. “Mais do que números, é uma experiência de encontro com Deus. A Quaresma é um tempo de reorganizar a alma e reencontrar o essencial”, afirma. As transmissões seguem diariamente até 5 de abril, sempre no início da manhã.*

Como o senhor consegue mobilizar mais de um milhão e meio de jovens e adultos simultaneamente e tornar essa mensagem relevante para os desafios da vida atual?

A minha missão é anunciar a palavra de Deus. Como sacerdote, meu dever é pregar o Evangelho, e eu procuro transmiti-lo da maneira mais fiel possível, comunicando o verdadeiro ensinamento de Jesus. Quando o ensinamento autêntico de Cristo é anunciado, ele fascina. Fascina jovens, adultos, qualquer pessoa. O Evangelho é, por si só, fascinante. A atração não está na minha pessoa, mas na palavra que eu transmito, que é muito maior do que eu. Como diz a *Carta aos Hebreus*: “A Palavra de Deus é viva, eficaz e mais penetrante que qualquer espada de dois gumes” (Hb 4,12). Essa Palavra é viva e continua tocando corações hoje. É ela que mobiliza, é ela que transforma.

Muitos fiéis enfrentam hoje ansiedade, pressões sociais

Ana Dubeux/CB/D.A Press



e incertezas. De que forma a vivência da Quaresma pode contribuir para fortalecer a fé e o equilíbrio emocional dessas pessoas?

Vivemos em um mundo marcado por ansiedade, pressões sociais e incertezas. Nesse contexto, a Quaresma pode ser um tempo muito forte de abastecimento espiritual. Especialmente a experiência de rezar o rosário na madrugada é um momento em que a pessoa se refaz interiormente. É o momento de escutar o Senhor, de buscar direção para a própria vida, de colocar as angústias diante de Deus. A Palavra nos orienta: “Não vos inquieteis com coisa alguma, mas em tudo apresentai a Deus as vossas preocupações, mediante a oração e a súplica” (Fl 4,6). Quando a pessoa apresenta suas preocupações a Deus por meio da oração, ela encontra paz, encontra equilíbrio, encontra

força espiritual. Tenho certeza de que este tempo quaresmal, intensificando a oração, pode trazer serenidade, coragem e renovação interior para enfrentar os desafios da vida.

Qual é a mensagem que fica para quem ainda não se engajou nessa caminhada espiritual?

Primeiramente, ninguém é obrigado. Não existe imposição. O que existe é um convite. De 18 de fevereiro a 5 de abril, rezamos o rosário às quatro horas da manhã, de segunda a sábado. Mais de 1,5 milhão de pessoas já assumiram esse propósito. Mas é importante dizer: precisa ser um chamado de Deus. Se for apenas um convite humano, não sustenta. É necessário que a pessoa sinta no coração o desejo, o ardor, a inspiração. Deus não chama todos para o mesmo sacrifício. Mas, para você que sente esse chamado interior, venha fazer a

experiência. Entre conosco, participe, experimente. Tenho certeza de que Deus tem uma graça reservada para você.

Quais são os convidados para rezar o rosário ao longo dos 40 dias?

O grande convidado é todo o povo de Deus. Todos são chamados a participar. Além disso, teremos a presença de convidados especiais ao longo dos 40 dias. Na Quaresma de 2026 contaremos com a presença do meu bispo diocesano, Dom José Negri, e também de Dom Murilo Krieger. Teremos ainda a participação de diversos sacerdotes e alguns leigos, ministros da palavra que nos ajudarão na condução das reflexões. Alguns nomes serão anunciados ao longo das semanas, como surpresa. Será um tempo vivido com intensidade, um tempo de graça, um tempo que, tenho certeza, será inesquecível.



Tenho certeza de que este tempo quaresmal, intensificando a oração, pode trazer serenidade, coragem e renovação interior para enfrentar os desafios da vida"

CARNAVAL

AFP



Mestre Cíça brilha na Viradouro: o samba reverenciou o sambista

» RAFAELA BOMFIM*

A Unidos do Viradouro, de Niterói, conquistou, pela quarta vez na história da escola, o título de campeã do Carnaval do Rio de Janeiro. Com 270 pontos, a escola gabaritou a apuração das notas e garantiu a vitória no Grupo Especial, superando por apenas 0,1 ponto a Beija-Flor (de Nilópolis) e a Unidos de Vila Isabel, ambas com 269,9.

Com o enredo *Pra Cima, Cíça*, a Viradouro construiu o desfile em torno da trajetória de Moacyr da Silva Pinto, o Mestre Cíça, de 69 anos, responsável pela bateria Furacão Vermelho e Branco. O homenageado desfilou à frente da escola e, depois, retornou ao

recuo para comandar os ritmistas na Avenida Marquês de Sapucaí. Nas arquibancadas, o público abraçou o samba-enredo e vibrou com a apresentação da agremiação niteroiense.

A narrativa apresentou momentos da carreira do mestre, iniciada em 1971, na Unidos de São Carlos. Após atuar como ritmista e passista, Cíça assumiu baterias em diferentes agremiações, como Estácio de Sá, União da Ilha, Grande Rio e Unidos da Tijuca. Em 1992, conquistou seu primeiro título no Grupo Especial, com a Estácio. Já são 40 anos dedicados ao samba.

O desfile também relembrou as conquistas da Viradouro sob seu comando, incluindo os campeonatos de 2020 e 2024. Com o resultado

de 2026, a escola chega ao quarto título na elite — os anteriores foram em 1997, 2020 e 2024.

Na segunda colocação, a Beija-Flor apresentou o enredo Bem-bé, sobre a celebração do Bem-bé do Mercado, realizada desde 1889 em Santo Amaro, na Bahia. A Unidos de Vila Isabel ficou em terceiro lugar com *Macumbembê, Sambobembá: Sonhei que um sambista sonhou a África*, homenagem a Heitor dos Prazeres, e recebeu nota máxima em comissão de frente, fantasias e mestre-sala e porta-bandeira.

Niterói rebaixada

A Acadêmicos de Niterói, que levou para a avenida o enredo *Do*

Alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil, terminou na última posição e foi rebaixada para a Série Ouro. A escola somou 264,6 pontos e recebeu apenas duas notas 10, ambas no quesito samba-enredo. O desfile apresentou a trajetória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da infância no Nordeste à Presidência da República, incluindo a migração para São Paulo e a atuação sindical. Egressa do grupo de acesso, a agremiação de Niterói desfilou, pela primeira vez, no Grupo Especial, que reúne as principais escolas de samba do Rio.

***Estagiários sob a supervisão de Vinícius Doria**



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,24% São Paulo	186.464	R\$ 5,240 (+ 0,2%)	R\$ 1.621	R\$ 6,178	14,90%	14,79%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33
0,26% Nova York	11/2 12/2 13/2 18/2	10/fevereiro 5,196 11/fevereiro 5,187 12/fevereiro 5,200 13/fevereiro 5,229					

CASO MASTER

Cai mais uma carta no castelo de Vorcaro

BC decreta liquidação do Banco Pleno, de Augusto Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, preso na Operação Compliance

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI

No castelo de cartas construído pelo investidor Daniel Vorcaro, desabaram, ontem, mais duas peças. A oitava, desde novembro, quando houve a liquidação do Banco Master.

Apesar de balanços ainda indicarem aparente solidez patrimonial, o Banco Central (BC) decretou a liquidação extrajudicial do Banco Pleno e da Pleno Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), expondo a distância que pode existir entre indicadores contábeis e a efetiva capacidade de uma instituição honrar seus compromissos. As duas empresas eram controladas pelo empresário Augusto Lima e haviam integrado, até o segundo semestre de 2025, o conglomerado ligado ao Banco Master.

“A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infringência às normas que disciplinam a sua atividade e inobservância das determinações do Banco Central do Brasil”, afirmou o BC em nota.

O Pleno — antigo Banco Voiter, rebatizado após a venda — tinha atuação concentrada no crédito corporativo, com foco no financiamento ao setor produtivo e ao agronegócio. Classificado no segmento S4 da regulação prudencial, grupo que reúne instituições de menor porte no Sistema Financeiro Nacional, detinha participação modesta.

Até setembro de 2025, concentrava cerca de 0,04% dos ativos totais e 0,05% das captações do sistema, o equivalente a aproximadamente R\$ 7,6 bilhões em ativos e R\$ 6,4 bilhões em recursos captados, segundo dados do Banco Central.

As instituições foram vendidas a Augusto Lima após sua saída da sociedade no Master, em 2024. Desde então, ele realizou aportes que somaram R\$ 160 milhões no banco. Meses depois, porém, sua prisão, em novembro, na primeira fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF), ampliou a instabilidade em torno do grupo. Lima foi solto, com tornozeira eletrônica, cerca de duas semanas depois por decisão judicial.

O empresário é investigado por suspeitas de irregularidades em carteiras de crédito consignado vendidas pelo Master ao Banco de Brasília (BRB). As apurações apontam inconsistências que podem alcançar R\$ 12,2 bilhões.

Segundo a PF, Lima teria integrado o núcleo responsável por decisões estratégicas e pela interlocução com agentes públicos no esquema sob investigação. O Banco Central também concluiu que associações de servidores apontadas como originadoras das carteiras não possuíam capacidade financeira compatível com os volumes informados.

Perda de confiança

Na prática, o Pleno já enfrentava dificuldades crescentes para captar novos depósitos e emitir

instrumentos, como letras financeiras. Com acesso cada vez mais restrito a recursos, o caixa encolheu até evoluir para uma crise clássica de liquidez. Nos bastidores, circulou a informação de que o banco buscou um empréstimo de cerca de R\$ 800 milhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mas encontrou resistência em meio às perdas bilionárias associadas a operações anteriores, envolvendo o Master e o Will Bank.

Apesar do aperto financeiro, os números ainda sugeriam robustez. O banco reportava R\$ 7,6 bilhões em ativos totais e patrimônio líquido de R\$ 787,1 milhões. No primeiro semestre do ano passado, quando ainda integrava o conglomerado do Master, registrou lucro de R\$ 169,3 milhões, além de R\$ 29,7 milhões no terceiro trimestre.

O desgaste reputacional, contudo, corroeu a confiança do mercado. A saída de executivos estratégicos, a dificuldade de funding e a incerteza sobre os rumos da instituição deixaram o banco sem direção clara. A liquidação decretada pelo Banco Central consolida, assim, um processo de deterioração que vinha se intensificando ao longo dos últimos meses.

Ativos ruins

O advogado Rafael Mortari, sócio do Mortari Bólico Advogados, afirma que os números do balanço não eram suficientes para refletir a real situação do Banco Pleno. “Os dados contábeis, isoladamente, indicavam uma estrutura patrimonial adequada. Mas essa leitura não revela os riscos que levaram à liquidação extrajudicial”, diz o especialista, que destaca, ainda, que o principal problema estava na qualidade dos ativos. “O Banco Pleno herdou a carteira de crédito consignado do Credcesta, ligada ao conglomerado Master, que é investigado por fraudes bilionárias. Há indícios de que parte relevante desses créditos era fictícia ou tinha qualidade de muito inferior à informada nos balanços”, afirma.

Mortari também aponta um problema estrutural de liquidez. “O banco financiava ativos de longo prazo com captações de curto prazo, principalmente CDBs a taxas elevadas. Esse modelo depende de rolagem constante. Quando a confiança se deteriorou, as fontes de captação secaram e houve saída de recursos”, diz. “O BC identificou comprometimento da situação econômico-financeira, violações de normas e perda de liquidez. Isso indica que o patrimônio líquido reportado não cobria as perdas reais.”

Sobre riscos que não aparecem claramente no balanço, ele destaca que “a qualidade real da carteira de crédito, o descasamento entre ativos e passivos, o risco reputacional e eventuais fraudes não são plenamente visíveis nas demonstrações financeiras. Mas são fatores decisivos para a sobrevivência de um banco.”

Questionado sobre o BRB, Mortari afirma que, em tese, qualquer banco pode enfrentar situação semelhante, expondo-se a riscos. Ele ressalta, porém, uma diferença estrutural. “O Pleno era

Linha do tempo

Oito instituições ligadas ao Banco Master já foram liquidadas

2024 INÍCIO DAS APURAÇÕES

Estouram denúncias envolvendo o Banco Master. O caso passa a incluir apurações do Banco Central (BC), do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU). A crise provoca a revisão de estruturas societárias, operações interbancárias e mecanismos de captação via fundos e FIDCs.

Com a investigação, vários bancos acabaram sendo liquidados. A liquidação extrajudicial é medida administrativa decretada pelo Banco Central quando há insolvência ou graves irregularidades — Lei nº 6.024/74.

18 DE NOVEMBRO DE 2025 PRIMEIRA ONDA DE LIQUIDAÇÕES

- Banco Master S/A – Liquidação extrajudicial pelo Banco Central.
- Banco Master de Investimento S/A – Decretação de liquidação extrajudicial.
- Banco Letsbank S/A – Liquidação extrajudicial decretada.
- Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários – Liquidação extrajudicial.

Após investigações e agravamento da crise de liquidez do conglomerado ligado a Daniel Vorcaro, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial das principais instituições do grupo. Esse movimento marcou o início formal do desmonte do chamado “Caso Master”.



A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição, com deterioração da situação de liquidez, bem como por infringência às normas que disciplinam a sua atividade e inobservância das determinações do Banco Central do Brasil”

Banco Central do Brasil, em nota

privado e dependia exclusivamente do controlador. O BRB é estatal, controlado pelo Governo do Distrito Federal. Esse suporte reduz o risco de liquidação, embora não elimine a possibilidade de perdas relevantes.”

Sobre a possibilidade de reversão da liquidação, Ricardo da Rocha Neto, especialista de arbitragem em litígios empresariais, explica que há dois caminhos possíveis: um sob a via regulatória e outro na esfera judicial. Na primeira hipótese, ele explica que há materiais do próprio BC indicando que o encerramento do regime pode ocorrer, entre hipóteses, se sanadas as causas que

15 DE JANEIRO DE 2026 EXPANSÃO DA MEDIDA

- Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A distribuidora, ligada a estruturas financeiras relacionadas ao caso, teve a liquidação decretada diante de irregularidades e deterioração patrimonial.

21 DE JANEIRO DE 2026 AVANÇO SOBRE BRAÇO FINANCEIRO

- Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (conhecida como Will Bank).

A instituição passou por tentativa de solução de mercado, mas acabou liquidada após falhas na reorganização e incapacidade de recomposição de capital.

18 DE FEVEREIRO DE 2026

- Banco Pleno S.A. – Liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central (instituição ligada ao caso por meio de vínculos societários).
- Pleno Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Liquidação extrajudicial decretada em conjunto com o Banco Pleno.

O Banco Pleno, anteriormente conhecido como Voiter e que havia se desligado do conglomerado Master, enfrentou forte crise de liquidez após perda de confiança do mercado. A liquidação foi considerada o encerramento do ciclo principal de intervenções relacionadas ao caso.

Fonte: BC.



FGC soma R\$ 4,9 bi

A liquidação do Banco Pleno afetará cerca de 160 mil clientes e exigirá um desembolso de R\$ 4,9 bilhões do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para cobrir investidores da instituição. Os números foram confirmados pelo próprio fundo, ontem.

O valor será destinado a credores elegíveis às garantias, principalmente investidores em Certificado de Depósito Bancário (CDBs). Com o novo pagamento, a exposição do FGC ao conglomerado ligado ao antigo Master supera R\$ 51 bilhões.

Cada investidor do Pleno receberá o saldo aplicado, acrescido dos rendimentos até a data da liquidação, respeitado o limite de cobertura. Segundo o fundo, “todos os créditos enquadrados no Regulamento do FGC terão o processo de pagamento iniciado tão logo o levantamento dos dados dos credores seja concluído e disponibilizado”.

O Banco Central nomeou como liquidante o advogado José Eduardo Victória, responsável por consolidar a lista de credores. O pedido de ressarcimento deverá ser feito pelo aplicativo do fundo, onde o cliente indicará uma conta de sua titularidade para receber os valores.

O Banco Pleno (ex-Voiter), desligou-se do conglomerado Banco Master em julho de 2025. Sendo assim, investidores que aplicaram recursos na instituição durante o período em que ela ainda integrava o grupo podem ter o ressarcimento afetado. A garantia do FGC é limitada a R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ considerando todas as instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

Pietro de Souza Felix
Escola Classe 08, Guará II

Educação

Mais de 800 mil alunos já foram beneficiados pelo Cartão Material Escolar.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelarias credenciadas.

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.

CASO MASTER

Ex-BRB nega que fará delação

Segundo defesa de Paulo Henrique Costa, presidente do banco público até a liquidação do Master, haverá apenas um depoimento à PF

» RAPHAEL PATI

A defesa do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, aguarda uma resposta da Polícia Federal (PF) para um possível novo depoimento do antigo executivo no âmbito do caso que envolve a instituição com o Banco Master. De acordo com o advogado Cleber Lopes, o pedido foi feito em 30 de dezembro de 2025, mesmo dia em que Costa depôs pela primeira vez à PF. Naquela ocasião, o dono do Master, Daniel Vorcaro, também deu a sua versão sobre a história.

Contradições nas falas de Costa e de Vorcaro levaram, à época, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF) — que até a semana passada era relator do processo envolvendo o Master — a realizar uma acareação entre os dois. Após a audiência, a defesa do então presidente do BRB solicitou à delegada que preside a investigação que fosse marcada uma data para um depoimento, já que o objetivo, naquela ocasião, era apenas “esclarecer eventuais contradições”, como destacou em nota o advogado do ex-presidente. “A delegada concordou com isso e estamos apenas esperando que ela marque a data”, informou.

Delação

Cleber Lopes, no entanto, negou que o ex-presidente do BRB tenha intenção de fazer um acordo de colaboração premiada com a Justiça. Segundo ele, isso não passaria de “especulações”.

A informação de que o ex-CEO desejava prestar um novo depoimento ensejou boatos de que tratava-se de delação.

Ed Alves CB/DA Press



Costa considera que o primeiro depoimento à PF teve o objetivo de “esclarecer eventuais contradições”. Por isso, solicita uma nova oitiva

No primeiro depoimento prestado à PF, em dezembro, Paulo Henrique Costa disse que “não tinha clareza” sobre o suposto esquema de fraude do Banco Master e que os arquivos recebidos pelo Banco de Brasília não indicavam falta de saúde financeira da empresa.

“Até hoje, a gente não tem uma evidência concreta de que essas carteiras tinham problema ou, como é dito, são carteiras podres. Até hoje

a gente não tem essa evidência”, disse o ex-presidente na ocasião, que prosseguiu: “A gente não tem clareza até hoje de que isso foi uma fraude. O que a gente percebeu foi uma mudança de padrão documental e de origemação do crédito”.

Recapitalização

Desde o final do ano passado, o BRB passa por um momento de

reformulação de alguns dos principais cargos da empresa. O próprio Costa foi afastado pela Justiça no mesmo dia da primeira fase Operação Compliance Zero, já que ele era um dos alvos, além de Vorcaro e outros empresários. As investigações da Receita, à época, já apontavam indícios de ilegalidade na concessão de créditos falsos pelo Master, o que inclui a tentativa de compra da instituição pelo Banco de Brasília.

Em janeiro deste ano, o então presidente do Conselho de Administração do BRB, Marcelo Talarico, e o conselheiro Luis Fernando de Lara Resende renunciaram aos seus cargos. Ambos já haviam sido convidados a deixar as funções e Talarico, inclusive, chegou a recusar a proposta antes de aceitar a medida. Na semana passada, Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos,

e seu suplente, Celivaldo Elói Lima de Sousa, deixaram o conselho fiscal. Eles haviam sido indicados, em 2025, pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, com a participação de um fundo de investimentos ligado à Reag — que também operava com o Banco Master.

Também recentemente, o tributarista Jacques Veloso renunciou ao cargo de Diretor Jurídico do banco. Esse mesmo diretor foi o responsável por assinar um parecer, no dia 24 de março de 2025, que alertava para os riscos com a compra do Master pelo BRB. No documento, ele destaca que os indicadores de liquidez eram cruciais e deveriam orientar a análise de risco da operação. A diretoria, no entanto, concluiu que a operação de aquisição não apresentava ilegalidades, desde que suas recomendações fossem rigorosamente observadas.

Em meio à crise de imagem, o BRB também busca resolver os problemas financeiros após a liquidação do Master. No último dia 6, o novo presidente da instituição, Nelson Antônio de Souza, enviou ao Banco Central (BC) um plano de ações para reforçar a estrutura patrimonial, que prevê uma recomposição mínima de R\$ 5 bilhões a ser executada em até seis meses. Entre as medidas, há a venda de ativos, como os adquiridos pelo próprio Master, além do corte de despesas com patrocínio e publicidade.

Paulo Henrique Costa sustenta que agiu de forma técnica na compra de carteiras de crédito do Master e também na proposta para aquisição da instituição de Daniel Vorcaro, transação vetada pelo Banco Central.

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

INSCREVA-SE JÁ!

brasilcorrida.com.br

CELEBRE BRASILIA A CADA PASSO

Apoio:

Apoio Gráfico:

Promoção:

Realização:



PERU

Incertezas à vista

Congresso elege o esquerdista José María Balcázar para liderar o país até as eleições de abril. Analistas temem instabilidade e defendem a adoção da “morte cruzada”, que prevê dissolução do Legislativo e antecipação do pleito, em caso de destituição do chefe de Estado

» RODRIGO CRAVEIRO

Ao longo da última década, o Peru comportou-se como um trem em descarrilamento frequente, com sete maquinistas (chefes de Estado) tentando recolocar de volta aos trilhos a locomotiva transportando 34 milhões de passageiros. Na noite de ontem, o Congresso se reuniu, em caráter extraordinário, para escolher o oitavo presidente, em votação com cédula de papel e urnas de prata. Em uma primeira votação, nenhum dos quatro candidatos a presidente da República obteve a maioria simples dos votos — 59 dos 117 votos de deputados presentes. Os dois mais votados, o ex-juiz José María Balcázar (Perú Libre, com 46 votos) e María del Carmen Alva (Acción Popular, com 43), disputaram o segundo turno. À 0h de hoje (pelo horário de Brasília), o esquerdista Balcázar foi eleito para comandar o país até as eleições de 12 de abril. Dos 113 votos na nova rodada, ele obteve 60 votos, enquanto María del Carmen ficou com 46. A única certeza entre especialistas, no entanto, era a de que o futuro próximo do país estará marcado por uma série de incertezas e instabilidade.

Na terça-feira, o líder interino José Jerí não sobreviveu a uma moção de censura, acusado de falta de idoneidade e má conduta funcional. A Procuradoria Geral da República fez diligências no palácio, em busca de contratos firmados por Jerí, supostamente envolvido em lobby com empresários chineses.

A cientista política Paula Távара, professora da Pontificia Universidad Católica del Perú, explicou ao **Correio** que o país tem enfrentado anos de instabilidade permanente. “Isso causou muita desesperança e índices elevados de migração. Não creio que a censura a José Jerí e a escolha do líder interino se misturem à campanha eleitoral e à eleição do novo governo. A não ser que haja algum movimento muito crítico, duvido em um efeito imediato ou direto sobre o pleito de 12 de abril”, afirmou.

Segundo ela, María del Carmen Alva liderou o Congresso, entre 2021 e 2022, e apresentou “níveis altíssimos de desaprovação”. “Sua gestão esteve muito distante dos cidadãos. Além disso, ela justificou a repressão ocorrida durante os primeiros dias de governo de Dina Boluarte”, comentou.

Professor de ciência política da Pontificia Universidad Católica del Perú (em Lima), Eduardo Dargent considera difícil prever o impacto da instabilidade política até as eleições. “Existe um desinteresse muito elevado na escolha do próximo presidente da República

Congresso do Peru/AFP



Vista geral da sede do Legislativo durante sessão extraordinária, em Lima: 117 deputados marcaram presença para escolher o próximo mandatário

Congresso do Peru/AFP



José María Balcázar deposita a cédula eleitoral na urna de prata: surpresa

e do Congresso”, explicou à reportagem. O especialista aposta que o líder interino escolhido ontem não terá a confiança dos cidadãos e contribuirá para o fortalecimento da polarização política e a contestação do resultado das urnas. Ele avaliou Balcázar como um “desastre”. “É um político muito questionado”.

De acordo com Dargent, nem mesmo a eventual substituição de todos os congressistas na próxima Legislatura seria garantia de estabilidade. “Se mantermos essa maneira de fazer política, nada mudará. Hoje, o Congresso é usado para obter benefícios do Poder Executivo. Isso criou uma política de submissão, inclusive com deputados pedindo

cotas nos ministérios. Existe uma dinâmica assentada na política peruana”, observou. Ele defende que uma solução seria a adoção da chamada “morte cruzada”, um mecanismo no qual a destituição de um presidente da República leva à convocação de eleições gerais. “O Peru também foi marcado por presidentes que perderam toda a legitimidade. Como se mantém um controle parlamentar à parte e se evita abusos?”, questionou Dargent.

Rotina

Para Rodrigo Barrenechea, professor de ciência política na Universidad del Pacífico (em Lima), as

Congresso do Peru/AFP



María del Carmen Alva, ex-líder do Congresso entre 2021 e 2022

mudanças de presidente no Peru deixaram de ser uma crise. “Elas se tornaram rotina. De qualquer forma, os partidos que conseguirem eleger o presidente arcarão com a responsabilidade pelo seu desempenho. Por isso, tentarão se distanciar o máximo possível do governo”, disse ao **Correio**. “As eleições ocorrerão daqui a dois meses e duvido que haja mudanças. Os partidos no Congresso estão enviando sinais ao eleitorado por meio de seus votos, demonstrando o seu poder de eleger e destituir chefes de Estado.”

Barrenechea concorda com a instituição da “morte cruzada” como

medida para corrigir as distorções da política peruana. “O Equador introduziu esse mecanismo. Com ele, a destituição de um presidente significaria a dissolução da Congresso e um novo pleito. Isso introduz incentivos para não utilizar a vacância”, acrescentou. Ele considerou inesperada a grande votação de Balcázar na primeira rodada de votação no Congresso. “Balcázar prometeu dar indulto ao ex-presidente Pedro Castillo, se fosse eleito. Ele é o candidato do mesmo partido de Castillo”, observou, ao citar o professor e líder sindical que governou o Peru entre 2021 e 2022, tentou um golpe e foi condenado a 11 anos e meio de prisão.

Eu acho...

Arquivo pessoal



“As forças atuais poderiam dar lugar a uma estabilidade, mas ela poderia não ser necessariamente boa e destruir as políticas públicas. Não se pode ter uma estabilidade para seguir saqueando o país e estabelecendo uma politização do clientelismo nos espaços de governo e o enfraquecimento das estruturas que possibilitem melhor governança.”

EDUARDO DARGENT, professor de ciência política da Pontificia Universidad Católica del Perú

Arquivo pessoal



“As ditaduras militares não retornaram ao Peru ou à América Latina desde a década de 1980, mas há sinais de erosão democrática no Peru. Desde o governo de Dina Boluarte, houve um aumento nas restrições à liberdade de expressão, às liberdades civis e ao equilíbrio de poder. Isso foi documentado por todas as organizações que monitoram o estado da democracia.”

RODRIGO BARRENECHEA, professor de ciência política na Universidad del Pacífico (em Lima)

Arquivo pessoal



“A instabilidade política no Peru requer mudanças nas normas eleitorais. A forma com que se compõe o poder no Congresso indica que a Câmara dos Senadores será muito poderosa, com grande capacidade de seguir derrubando presidentes, enquanto essa decisão não sofrer ajustes. Uma solução passa pela limitação do Poder Legislativo ou a vitória, em abril, de um candidato que tenha força majoritária no Parlamento e que seja capaz de controlar as negociações.”

PAULA TÁVARA, professora de ciência política da Pontificia Universidad Católica del Perú

REDES NO TRIBUNAL

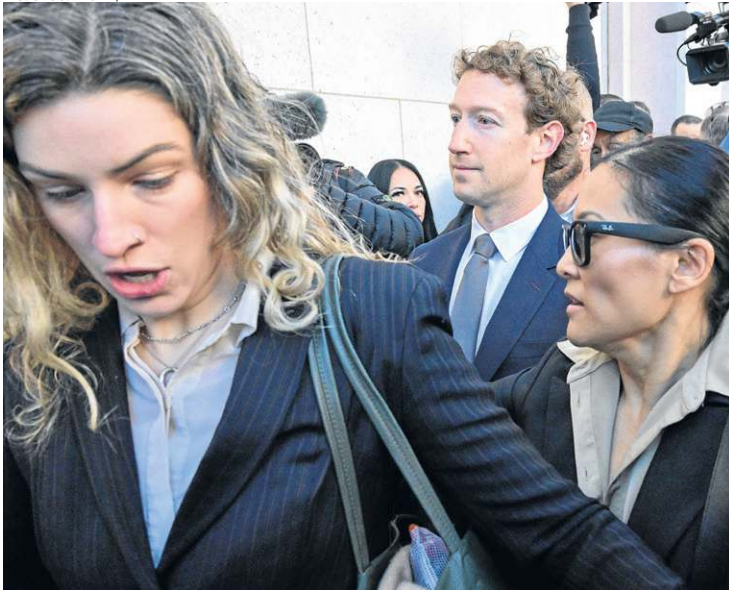
Zuckerberg depõe sobre saúde mental de jovens

Em um depoimento considerado histórico, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, lamentou que o Instagram tenha demorado a tomar medidas para detectar usuários menores de 13 anos, durante julgamento sobre vício em redes sociais, na cidade de Los Angeles. Ao ser interrogado sobre queixas de que a empresa não faz o suficiente para verificar se menores de 13 anos estavam usando a plataforma, o bilionário respondeu que melhorias tinham sido implementadas. “Poderíamos tê-lo feito antes”, ressaltou. Foi a primeira vez que Zuckerberg — dono do Facebook, do Instagram e do WhatsApp — pronunciou-se perante um júri sobre a segurança de suas plataformas. Inicialmente, o executivo de 41 anos mostrou-se bastante contido, segundo um jornalista

da agência France-Presse (AFP) presente no tribunal. Depois, deu sinais de incômodo, balançou a cabeça e gesticulou ao se voltar para o júri. O julgamento pode abrir precedente legal para milhares de processos movidos por famílias americanas contra as principais plataformas de redes sociais.

Os 12 jurados escutaram o depoimento, cada vez mais tenso, enquanto o advogado da demandante, Mark Lanier, pressionava Zuckerberg sobre a verificação de idade e sua filosofia para a tomada de decisões na empresa gigante de redes sociais que controla. O julgamento se estenderá até o fim de março, quando o júri vai decidir se o YouTube, do Google, e o Instagram, da Meta, foram responsáveis pelos problemas de saúde mental de Kaley G.M., 20, moradora do

Frederic J. Brown/AFP



Mark Zuckerberg, CEO da Meta, chega à Corte Superior de Los Angeles

estado da Califórnia, que começou a usar o YouTube aos 6 anos, o Instagram aos 11 e, posteriormente, TikTok e Snapchat.

O Instagram não permite usuários menores de 13 anos, mas Lanier pressionou Zuckerberg sobre o fato de Kaley ter se cadastrado facilmente na plataforma. A norma consta dos termos de uso, um texto que, segundo o advogado, não se pode esperar ser lido por uma criança.

“No Lugar certo”

Zuckerberg foi confrontado com um documento interno segundo o qual o Instagram tinha 4 milhões de usuários menores de 13 anos em 2015 — época em que a demandante começou a usar o aplicativo — e 30%

das crianças com idade entre 10 e 12 anos eram usuárias da rede social nos Estados Unidos. “Agora estamos no lugar certo”, afirmou o CEO da Meta, referindo-se à verificação de idade. Ele acrescentou que novos métodos e ferramentas serão adicionados com o tempo.

Lanier passou a argumentar que, quando a aplicação da norma era mais branda, jovens como Kaley também estavam expostos aos esforços da Meta para aumentar o tempo que os usuários passavam em seus aplicativos. “Antes, sim, tínhamos objetivos relacionados com o tempo”, admitiu Zuckerberg. Ele afirmou, no entanto, que a meta da empresa sempre foi “criar serviços úteis que ajudem as pessoas a se conectar com quem quiserem e a conhecer o mundo”.

VISÃO DO CORREIO

Fim da escala 6x1 exige debate responsável

Passado o carnaval, as atenções se voltam ao enredo a ser conduzido no Congresso até que a disputa eleitoral tome conta por completo da agenda política. A análise da PEC que reduz de 44 para 40 horas semanais a jornada de trabalho no setor privado, sem alterar o salário, é um dos temas cuja votação tende a ser acelerada nos próximos dias — conforme prometeu o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta — e que deve agitar os parlamentares.

O debate em torno da extinção da jornada 6X1 é bem-vindo, mobilizado pela opinião pública, mas a pressa em conduzi-lo não pode comprometer os requisitos que a abordagem ao tema exige: uma condução técnica, qualificada e não contaminada por interesses eleitoreiros. Trata-se de um desafio, em se tratando que a proposta de emenda à Constituição está longe de ser consenso entre os parlamentares.

No entendimento de alguns, a escala 6x1 leva à precarização do trabalho no país. Em entrevista ao **Correio**, a autora da PEC, deputada Érika Hilton, afirmou que dois dias de descanso por semana são condição mínima de dignidade para o alinhamento do Brasil com a tendência de revisão das jornadas excessivas pelo resto do mundo.

Uma parcela dos congressistas acolhe os argumentos dos trabalhadores e dos empresários e reconhece a importância de as regras da Lei nº 8.112/1990, que rege o funcionalismo público, se estenderem aos que estão na iniciativa privada. Consultas à população em geral sinalizam nesse sentido. Pesquisa da Nexus, divulgada na semana passada, mostra que 73% dos consultados são favoráveis ao regime de cinco dias de

trabalho por dois dias de descanso no setor privado e que 84% são contrários ao tratamento diferenciado nos regimes.

Em lugar de uma ruptura imediata, há parlamentares que propõem escalonar a mudança em favor dos trabalhadores privados. Uma das propostas é reduzir uma hora da jornada por ano até chegar às 40 horas semanais. Segundo o líder da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado Joaquim Passarinho, seria um período de ajuste para o empresariado. A contrapartida do Executivo seria a desoneração da folha de pagamento.

Entre os contrários às mudanças, os principais argumentos giram em torno dos impactos sobre a produtividade e os custos das empresas. Estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam, por exemplo, um aumento de 22% no custo da hora trabalhada para funções que cumprem hoje as 44 horas semanais.

O debate, sem dúvidas, é delicado. Também do Ipea, o pesquisador Felipe Vella Paete pondera que aqueles que precisam cumprir jornadas mais extensas são justamente os que ocupam empregos mais precários, com maior rotatividade. “É possível dizer, sim, que a escala 6X1 é um indicador forte de precariedade de trabalho”, afirmou ao **Correio**.

Não é exagero, dessa forma, afirmar que a indefinição em relação à pauta de extinção da jornada 6X1 retarda uma alternativa ao que se convencionou como justiça social e econômica. São temas civilizatórios e, por isso, devem ser tratados com responsabilidade, uma vez que revelam o grau de desenvolvimento de uma nação.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredator.df@dabr.com.br

Carnaval 1

Sou homossexual e, como tal, prefiro frequentar lugares cuja proposta seja ser um lugar acolhedor e seguro para o público LGBTQUIAPN+. Não significa que sou contra a presença de outros públicos, mas gosto de me sentir seguro. Infelizmente, o que tenho visto, inclusive em blocos de carnaval direcionados aos LGBT's, é uma verdadeira “invasão” de pessoas heterossexuais que claramente não sabem conviver com aquilo que lhes é diferente. Quer se juntar? Seja bem-vindo! Mas não tente intimidar um LGBT em pleno lugar/bloco destinado a... LGBT's.

» **Luan Cardoso**
Park Way

Carnaval 2

Carnaval é uma das nossas maiores festas populares, destacando-se as escolas de samba. Cada escola exige uma organização de cerca de três a cinco mil pessoas, envolvendo escolha do samba-enredo, construção de fantasias, alegorias, ensaios e desfiles. Seria muito bom se essa capacidade de organizar e mobilizar as comunidades se estendesse a outras atividades sociais, como a educação, saúde e saneamento.

» **Itiro Iida**
Asa Norte

STF

Estou preocupado com os rumos do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Alexandre de Moraes, em lugar de pedir para investigar o contrato milionário do escritório de sua esposa para defender o Banco Master, pede para investigar funcionários concursados de carreira — o que não acontece com a maioria dos ministros do STF. Acredito que os funcionários podem ter agido assim, vazando dados da Receita Federal, por não estarem mais suportando tantos desmandos — alguns

ilegais — de alguns ministros do STF.

» **Régis A. Vieira Martins**
Brasília

BRB

A crise do Banco Regional de Brasília (BRB) expõe a vulnerabilidade de milhares de pessoas que dependem dele para viver, trabalhar e planejar o futuro. São servidores, aposentados, pequenos empreendedores e famílias inteiras que não podem ser tratadas como dano colateral. É bom lembrar que os bancos públicos são instrumentos de política social; assim, as soluções técnicas nem sempre são as mais adequadas.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Penduricalhos

Eu não sou de direita nem de esquerda, mas realmente parece que algumas pessoas não conseguem compreender o quanto esses penduricalhos aprovados no Congresso Nacional podem afetar o país. Eles não têm necessidade alguma de aumento e, além de tudo, é um aumento que deixará os salários acima do teto. Foi totalmente errado aprovar isso. No fim, só querem favorecer quem já é privilegiado. Acorda, Brasil!

» **Maria Raquel Roriz**
Brasília

Vira-folha

Essa mídia esportiva é uma piada! Até semana passada, Filipe Luís não servia mais pra nada, o Flamengo era uma porcaria, e estava tudo errado. Bastou o rubro-negro se classificar, eliminar o Botafogo, que agora já começam a elogiar, passar pano pra tudo que está errado no clube e bajular! Assim fica difícil! A credibilidade da opinião da imprensa fica, assim, comprometida!

» **Gabriel Vidal**
Park Way

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Leonardo Ferreira da Silva e Rodrigo Castanheira. Sobradinho e Águas Claras. 40 quilômetros de distância e 37 minutos de percurso separam a dor de duas mães.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Acabou o carnaval e já consigo ver daqui a Copa do Mundo vindo em nossa direção. O carnaval se foi. Adeus, ano velho. Feliz ano novo de novo.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Que delícia ver o carnaval de rua de Brasília sobrevivendo, resistindo, acontecendo e florescendo! Obrigada, Ventoinha de Canudo. Obrigada, meu Maracatu do Boiadeiro!

Fabricia Oliveira — Brasília

Com tanto incentivo fiscal e tantas propagandas, parece difícil diminuir o número de dependentes de álcool.

Ao contrário, só aumenta!

Flávio Dias — Distrito Federal

Infelizmente, o trecho entre Formosa (GO) e Brasília é terrível. Não tem iluminação, a visibilidade precária e as obras intermináveis. Some tudo isso e a pressa para chegar.

William Vieira — Brasília

Neste mundo de tanta crueldade, justiça e racismo, a vítima é sempre penalizada. Força, Vini Jr.

Karla Lyrio — Vila Velha (ES)

Os professores são profissionais mais importantes do que os psiquiatras e os juízes. Lavram os solos da inteligência dos alunos para que não adoeçam e não sejam tratados pelos psiquiatras, para que não cometam crimes e não sejam julgados pelos juízes.

Renato Mendes Prestes — Águas Claras



LAERTE RIMOLI
Jornalista

O dindim do Tintim

“Ei, tio, lembra de mim”? Constrangido, o interlocutor se esquivava. “Desculpe, mas acho que não te conheço”. “Tudo bem, eu também não me lembro de você. Aproveita, compra aí meu dindim: só 7 reais — redução de danos!”. Acompanhei o garoto esperto, cabelos encaracolados, 12 anos, nas suas tratativas para vender os tubinhos gelados. Um marmanjo mareado comprou logo dois, de abacate, e comemorou: meu almoço tá resolvido. Tintim, nascido Martim, era acompanhado por um séquito: mãe, tia, três amigos e um casal. A princípio tímido, à medida que vendia, a confiança aumentava e a abordagem segura impedia qualquer negativa. “Fui professora, até 2002, quem sabe foi meu aluno?”. “Eu nem tinha nascido”, respondeu com um sorrisão maroto nosso comerciante. Ela comprou logo dois. Em menos de uma hora, explosão na Praça da Vila Planalto. O bloco Charrete resultou em 27 dindins vendidos, R\$ 189 no bolso. Tintim sentenciou: “Vou comprar tudo em hambúrguer e viagens de patinete elétrico”.

As estatísticas são infladas no carnaval. As pessoas encham os pulmões para dizer quantos foliões estavam na rua. Precisamos de cúmplices para os crimes conexos (ingênuos) que cometemos nessa época. Assim foi na etapa seguinte da nossa farra. Mais de 100 mil pessoas na praça do Museu da República para receber Gretchen. Sim, ela mesma, uma dinossaura dos palcos, arrastando multidões no Bloco das Montadas. A música eletrônica não impedia a vibração. Um forte esquema de segurança, com revistas em minúsculas pochetes, garantia a tranquilidade dos presentes. A confiar nos números estratosféricos, o Brasil já está com 400 milhões de habitantes.

Mas bom mesmo é sair nos bloquinhos que serpenteiam entre os blocos das quadras. As árvores de Brasília nos protegem do calor imenso. Zebras, onças, papais-noéis, melindrosas, caricatas, fadas, capetas, duendes. Moradores aparecem nas janelas como se estivessem num camarote e aplaudem. O Vai Quem Fica é um deles. Com clima familiar (e isso é bom?), marchinhas antigas, crianças em carrinhos e um baita formigueiro no caminho. Afinal, o sacro e o profano brincam de mãos dadas. Reza a lenda urbana que ele nasceu de um grupo de amigos cantando sob a sombra de um ipê na Asa Norte. Há aglomeração para todo gosto. A gente vira pipoca na boca de bêbado. Pingamos da Asa Sul para a Norte, uma parada no Clube do Choro. Os mais animados passeiam pelas cidades satélite. Na despedida oficial do Tríduo Momesco, terça-feira, o Calango Careta e o Ventoinha de Canudo arrastaram o povão (milhões de pessoas) nas 200 e 400 da Asa Norte.

Participei da criação do Pacotão, bloco surgido nos anos 1980 com marchinhas que remetiam ao fim do agonizante regime militar. “Aiatolá, venha nos salvar, que esse governo já ficou gaga”, cantávamos aos berros acreditando que, com isso, ajudaríamos a acelerar a democratização. Fiz algumas incursões nos anos seguintes. A briga por patrocínio oficial acabou com a pureza do desfile. Aliás, um bando de expressões inúteis: pureza, tradição, família em segurança. O que vale mesmo é a diversão. Na dimensão em que ela ocorrer. Com a crença e a disposição de cada um. Brasília não é mais um deserto. Tem gente na rua. E que ruas lindas, protegidas por árvores e embaladas por alegria. Mas, se for sair, cuidado com o formigueiro!

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 1.187,88
			360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ WZ
associação
gráfica

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D4

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Sem lei, a IA dita o ritmo das eleições



» MARCELO SENISE
Sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria)

A cúpula sobre inteligência artificial (IA) em Nova Délhi é celebrada como marco de cooperação internacional. Vale pelo gesto e pela convergência em princípios. Para o Brasil, porém, a vitrine mundial escancara um incômodo doméstico: às vésperas do ciclo eleitoral, seguimos sem um alicerce legal mínimo para conter manipulação digital em escala. O Congresso acumula audiências, rascunhos e boas intenções, mas não aprova o básico. O Executivo troca metas, orçamento e cronograma por retórica elegante. Princípios soam bem em comunicado; eleições se defendem com regra publicada, capacidade instalada e execução.

A Justiça Eleitoral, competente e dedicada, opera no varejo das crises. Resoluções e decisões monocráticas mitigam danos imediatos, mas não alcançam o ritmo industrial de desinformação, personalização e automação. No vácuo normativo, a aplicação vira casuísmo, dependente de interpretações urgentes e desiguais. Democracias precisam de previsibilidade: o que é lícito, o que é abuso, quem responde, em quanto tempo, com quais provas.

A sociedade civil tenta preencher parte desse vazio. O Instituto Brasileiro para a Regulamentação da IA (Iria) percorre gabinetes, contribui com notas técnicas, simula cenários, constrói pontes com plataformas e alerta, há três anos, para a ja-

nela de risco. Não basta. Falhamos em sensibili-
zar o Estado na medida e no tempo necessários. É duro admitir, mas é honesto: fazemos parte do fracasso coletivo. Reconhecer não diminui o esforço; torna-o mais útil. Humildade, aqui, é recalibrar táticas, sair do conforto da denúncia performatica e apostar em propostas executáveis, mensuráveis e politicamente viáveis.

Enquanto discutimos o passado, a frente mais aguda do problema avança quase invisível. Fala-se muito em vídeos falsos; fala-se pouco em IA preditiva. O que desestabiliza eleições não é apenas fabricar conteúdo, mas acoplar dados, modelos e distribuição para antecipar hesitações individuais, testar centenas de versões, aprender em tempo real o que captura atenção e entregar o estímulo certo, para a pessoa certa, no minuto certo. Algoritmos “bandit” e otimização contínua transformam campanhas baratas em máquinas de persuasão granular, com microdirecionamento por bairro, turno de trabalho, clima, humores coletivos inferidos. Muito desse fluxo é efêmero, segmentado e inalcançável a olho nu. Quando a Justiça identifica a primeira peça abusiva, o ciclo já rodou milhares de iterações.

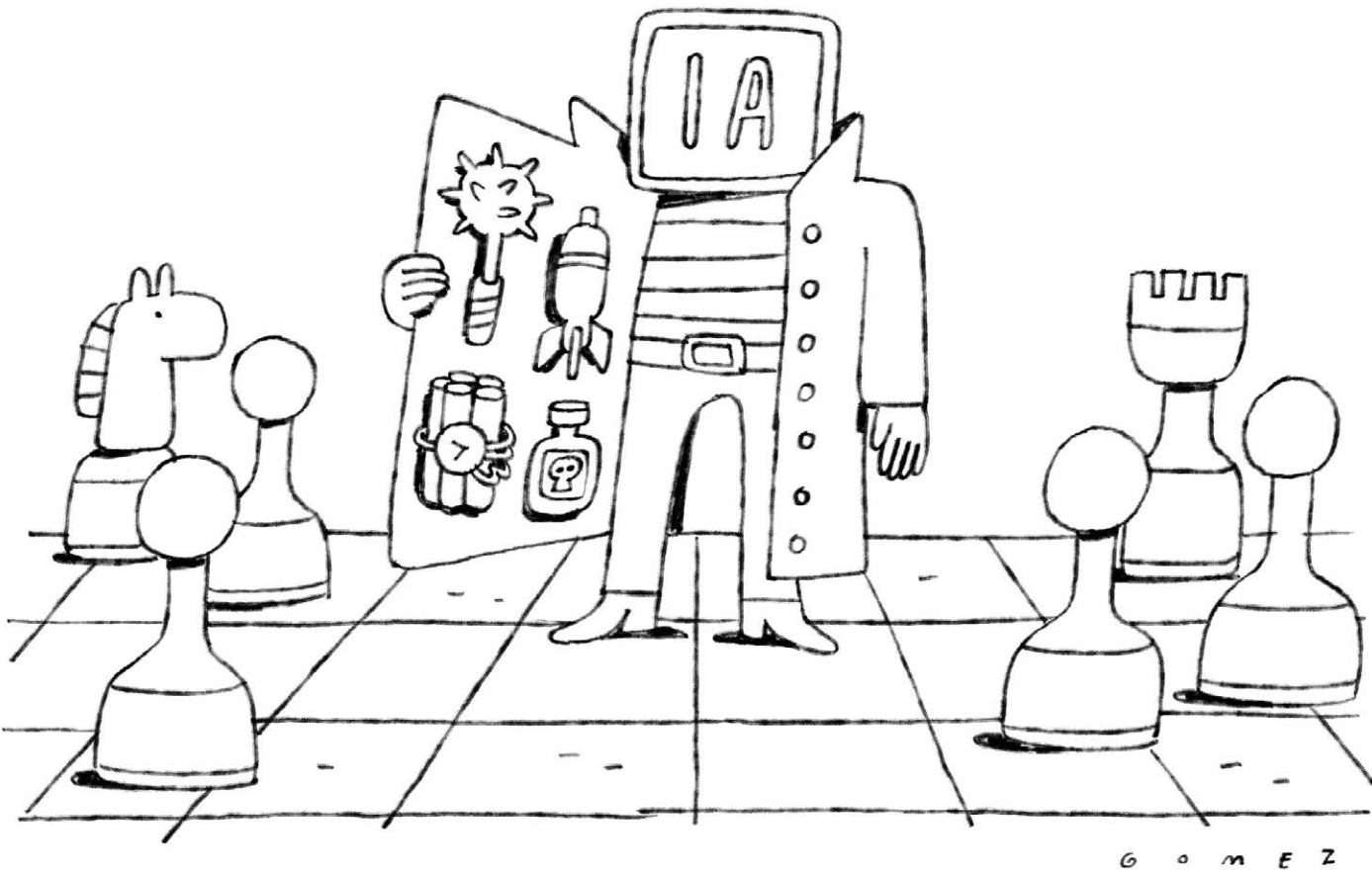
O dano nasce do circuito fechado: previsão, teste, ajuste, redistribuição. É aí que a igualdade de condições se perde e a verdade, que depende de apuração, também perde a vantagem do tempo. A conversa pública cede a um sussurro privado e mutante, que contorna checagens e contradição. Sem trilhas de auditoria, bibliotecas públicas de anúncios, identificação verificável de conteúdo sintético, limites claros ao microdirecionamento político e preservação de evidências, a assimetria vira regra. Não se trata de demonizar tecnologia, mas de impedir que opere sem contrapostos num ambiente que exige fairness.

O encontro em Nova Délhi, com presença brasileira, rende falas inspiradas sobre direitos, inclusão e inovação responsável. Importam como norte diplomático, não como escudo eleitoral. Discursos não substituem obrigações verificáveis, nem acordos de cooperação entre TSE, Ministério Público e agências setoriais, com equipes treinadas, canais dedicados e prazos fatais. Transparência auditável, rotulagem robusta, rastreabilidade de segmentação, guarda de logs e sanções proporcionais não são caprichos; são o feijão com arroz das democracias digitais. Redações maduras já circulam no Congresso. Falta votar. Falta implementar.

Há um caminho imediato e realista. Em vez da lei perfeita que nunca chega, aprovemos um núcleo duro e evolutivo: definir conteúdo manipulado e práticas abusivas; estabelecer deveres operacionais para plataformas e campanhas; assegurar devido processo e resguardar a liberdade de expressão. O restante pode vir por regulamentação infralegal, desde que haja coordenação e avaliação contínua.

Ao Executivo, cabe transformar promessas em contratos, tecnologia e gente. A Justiça Eleitoral, coordenar com antecedência, com dados e transparência. A sociedade civil, o Iria incluído, sustentar o incômodo, abrir mão do ineditismo, somar forças e traduzir urgência em viabilidade política.

A foto bonita não protege a urna. Protegem-na a norma clara, a fiscalização presente e a tecnologia a serviço do eleitor — e não contra ele. Se nada andar agora, aceitaremos disputar a vontade popular num tabuleiro inclinado, onde vence não o melhor argumento, mas quem dominar a máquina de previsão e persuasão. Ainda dá tempo de mitigar. Mas o tempo, aqui, não é aliado; é juiz.



Em 2026, os avanços científicos dependem de estratégia, confiança e política pública



» DIMAS T. COVAS
Professor e cientista

O ano de 2026 começou com sinais animadores para a saúde pública no Brasil. Em um cenário global de desinformação e retrocessos em programas de vacinação, a experiência brasileira trouxe novidades que reforçam uma ideia simples: a inovação só se viabiliza por meio de parcerias com a iniciativa privada e políticas públicas capazes de sustentar processos de longo prazo.

Uma das conquistas teve início ainda em 2025: a aprovação de um novo ciclo de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), retomando uma estratégia que articula política industrial, regulação e compras públicas. As PDPs recolocam o Complexo Econômico-Industrial da Saúde no centro da agenda de soberania, inovação e segurança sanitária. Em um mundo atravessado por disputas tecnológicas e rupturas em cadeias globais de suprimento, depender de importações para tecnologias críticas é risco sanitário.

Um exemplo emblemático dessa sintonia é o arranjo envolvendo o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), em cooperação com a Sinovac, e a parceria com a Eurofarma para a produção da vacina contra a varicela, além da cooperação com o Tecpar para a produção da vacina contra a raiva humana, ambas destinadas ao SUS por meio de transferência de tecnologia. O valor desse desenho não no método: transformar capacidade pública instalada em produção sustentada, com

governança industrial e compromisso de entrega, reduzindo vulnerabilidades históricas do sistema.

No caso da raiva humana, o ponto é ainda mais sensível. Trata-se de um imunizante estratégico que, ao depender integralmente do exterior, fica exposto a estresses logísticos, variações de oferta e turbulências internacionais. O caminho de fabricação local representa mudança de patamar: sair da dependência total e construir uma trajetória de domínio tecnológico e autonomia produtiva.

Outra frente decisiva está no reposicionamento da estratégia de expansão produtiva e tecnológica, com iniciativas e parcerias voltadas a ampliar a capacidade nacional. Na mesma lógica, merece destaque o esforço para viabilizar a retomada da produção nacional da BCG, uma vacina histórica que lembra como o país precisa cuidar do “básico” com a mesma seriedade com que persegue as fronteiras tecnológicas.

Logo nos primeiros dias do ano, o noticiário destacou outro fato a se comemorar, o programa piloto de vacinação contra a dengue, com um imunizante de tecnologia nacional, de dose única. A relevância desse passo vai além do simbolismo. Quando uma doença de grande carga para o SUS passa a contar com solução concebida e produzida no país, ganham a previsibilidade e a capacidade de resposta do sistema.

No plano internacional, a aprovação do Acordo de Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS) representou um avanço institucional relevante, ao propor mecanismos permanentes de coordenação, transparência e acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamentos. Ainda assim, 2025 mostrou que acordos multilaterais não se sustentam apenas no papel: a operacionalização, especialmente no compartilhamento de patógenos, dados e benefícios, seguirá

sendo o verdadeiro teste de maturidade do sistema global de saúde.

Mas o ano que passou também expôs um incômodo: avanços podem conviver com retrocessos profundos. O enfraquecimento dos programas de vacinação nos Estados Unidos é exemplo emblemático, não por falta de capacidade científica, mas por erosão institucional, fragmentação política e perda de confiança pública. Trata-se de um alerta sobre o que acontece quando a vacinação deixa de ser política de Estado e vira disputa ideológica ou entre narrativas desinformadas.

2025 reforçou ainda lições conhecidas, mas muitas vezes negligenciadas: a febre amarela voltou a demandar atenção; a Mpox saiu do status de emergência, mas não desapareceu; e a influenza aviária permaneceu como ameaça latente, exigindo vigilância integrada entre saúde humana, animal e ambiental. A vigilância epidemiológica não pode ser episódica; precisa ser permanente.

Na fronteira tecnológica, o ano consolidou a entrada das terapias avançadas — celulares e gênicas. O desafio deixou de ser provar eficácia e passou a ser garantir escala, sustentabilidade financeira e acesso equitativo. Ao mesmo tempo, avanços na prevenção do HIV com medicamentos de longa duração mostraram como a inovação pode reduzir desigualdades quando considera o mundo real.

Por fim, a resistência antimicrobiana seguiu avançando silenciosamente, lembrando que parte das maiores ameaças à saúde global não vem de novas doenças, mas do desgaste progressivo das ferramentas que já temos. Onde houve estratégia e compromisso público — como no fortalecimento da capacidade produtiva em saúde — os avanços se sustentaram; onde faltaram coesão e liderança, até sistemas maduros mostraram fragilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Os demônios

Há épocas em que o crime precisa se esconder, e há épocas mais estranhas em que ele se acomoda, aprende a falar baixo, veste-se de normalidade e passa a circular como se fosse parte do mobiliário institucional. Dostoiévski, que conhecia os subterrâneos da alma e desconfiava das ideias que prometem redenção total, talvez dissesse que o verdadeiro perigo não está no escândalo, mas no costume; não no choque inicial, mas na repetição que anestesia.

Em *Os demônios*, não são apenas homens que agem, mas forças, febres, possessões morais que transformam convicções em licença; e licença, em método. Tudo começa, quase sempre, com uma pequena concessão interior, uma dobra discreta na consciência, um acordo silencioso entre o que se sabe e o que se tolera. Depois, o resto vem com a naturalidade de um procedimento administrativo, como se a gravidade moral fosse apenas um detalhe contornável.

Sociedades inteiras podem ser educadas para essa tolerância. Não por maldade explícita, mas por repetição. Certos símbolos retornam como se fossem parte de uma liturgia não declarada, volumes que viajam sem perguntas, brilhos metálicos que desaparecem sem espanto duradouro, cifras que se tornam mais reais do que pessoas. Dinheiro, nesse cenário, não é apenas moeda, é gramática, senha, salvo-conduto moral, um idioma paralelo falado com fluência.

Impunidade, quando se instala como horizonte permanente, produz um efeito mais profundo do que o prejuízo material. Produz dessensibilização. Produz a sensação de que o mundo é maleável, de que limites existem apenas para os distraídos, de que a lei pode ser matéria interpretável, uma espécie de tecido elástico que se ajusta conforme a conveniência de quem o veste.

Dostoiévski perceberia, com desconforto, que a tragédia não reside apenas no ato, mas na serenidade.

A ciência moderna fala de traços sombrios, de personalidades que operam com baixa empatia e alta capacidade de instrumentalizar o outro. Pesquisas em psicologia social descrevem como o poder tende a reduzir a escuta, a percepção do sofrimento alheio, a capacidade de reconhecer o outro como fim e não como meio. Não se trata, necessariamente, de monstros clínicos, mas de ambientes que recompensam precisamente a frieza, promovendo a ausência de remorso como pragmatismo e a manipulação como inteligência estratégica.

Política, quando perde o vínculo com a ideia de serviço, transforma-se em mercado. Nesse mercado, o público vira mercadoria, a palavra vira instrumento, a moral vira ornamento. Dostoiévski desconfiava das utopias porque sabia que o sonho abstrato costuma exigir sacrifícios concretos. Aqui, porém, o sacrifício não se dá em nome de um futuro luminoso, mas em nome de uma aritmética imediata, cifras que substituem princípios, cálculos que substituem consciências.

Normalização do inaceitável é sempre um processo lento. Primeiro, o escândalo. Depois, a ironia. Em seguida, o cansaço. Por fim, a aceitação resignada. O demônio, nesses casos, não aparece com chifres, aparece com carimbos. Não grita, assina. Não ameaça, explica. Não confessa, justifica. E a sociedade, exausta, aprende a conviver com o inominável como quem convive com um ruído de fundo.

Subsolo moral, para Dostoiévski, era o lugar onde a alma se debate quando percebe que perdeu o próprio eixo. *Memórias do subsolo* não é apenas um livro sobre um homem ressentido, é um aviso sobre a corrosão interior que ocorre quando a racionalização substitui a verdade. Tudo pode ser explicado, tudo pode ser relativizado, tudo pode ser interpretado, até que a própria ideia de limite se dissolva.

Liberdade, nessas circunstâncias, não desaparece de modo dramático. Ela vai sendo colocada, pouco a pouco, numa gaiola decorada. Mantém-se a aparência, preserva-se o discurso, repete-se a liturgia democrática, mas restringe-se o espaço interior onde a consciência poderia respirar. Dostoiévski sabia que a servidão mais eficiente é aquela que se apresenta como normalidade, aquela que não precisa de violência ostensiva porque já encontrou abrigo no hábito.

Inferno, em sua obra, não é um lugar de fogo espetacular, mas um estado em que a dúvida moral se extingue. Tudo é permitido, não porque se tenha declarado guerra à ética, mas porque se perdeu o hábito de perguntar. Quando a alma já não discerne, quando a sociedade já não se espanta, quando o escândalo vira rotina e a rotina vira paisagem, então os demônios já não precisam agir, basta que permaneçam.

Resta, talvez, a pergunta que atravessa todos os seus romances, como um fio subterrâneo. O que acontece com um país quando a consciência se torna incômoda, quando o remorso é tratado como fraqueza, quando a lei se dobra, quando o cifrão se converte em absolvição silenciosa. Dostoiévski não ofereceria respostas fáceis. Apenas lembraria, com sua crueldade lúcida, que o colapso raramente começa nas instituições, começa no interior, no momento em que uma sociedade inteira aprende a viver e se inquietar.

» A frase que foi pronunciada

“A riqueza é uma escravidão pessoal.”

Liev Tolstói

» História de Brasília

Todos os outros depoimentos foram sigilosos e, agora, a gente fica sabendo que, quando o deputado foi depor, a arrogância das inquirições foi aos poucos se transformando, até chegar a um ponto de sorrisos sem perguntas. (Publicada em 15/2/1963)

Pesquisa da Universidade de Oxford revela que gestantes imunizadas contra a doença têm risco muito menor de desenvolver pré-eclâmpsia, uma das mais graves complicações, além de redução da mortalidade e menos partos prematuros

VACINA CONTRA COVID-19 TORNA GRAVIDEZ MAIS SEGURA

Um estudo internacional inédito conduzido pela Universidade de Oxford aponta que a vacinação contra a covid-19 durante a gravidez, especialmente com a aplicação da dose de reforço, reduz de forma significativa o risco de pré-eclâmpsia, uma das complicações mais graves das gestações. Os resultados, publicados na revista *eClinicalMedicine*, também indicam que gestantes vacinadas apresentaram desfechos clínicos mais favoráveis, mesmo quando infectadas pelo vírus. Além da redução na incidência de pré-eclâmpsia, a imunização também esteve associada a melhores indicadores maternos e neonatais, como menor taxa de parto prematuro, redução da morbidade e mortalidade materna e menos intercorrências perinatais graves.

A pesquisa analisou dados de 6.527 gestantes de 18 países, coletados entre 2020 e 2022, e comparou mulheres vacinadas e não vacinadas, com e sem infecção pelo Sars-CoV-2, a fim de avaliar como o status vacinal influenciava o desenvolvimento da condição.

De acordo com o estudo, a infecção por covid-19 durante a gestação elevou em 45% o risco de pré-eclâmpsia. Entre mulheres não vacinadas, esse aumento chegou a 78%. Em contrapartida, a aplicação da dose de reforço reduziu em 33% a probabilidade geral de desenvolver a condição. Entre gestantes com comorbidades preexistentes, como diabetes, hipertensão ou distúrbios da tireoide, a redução do risco foi ainda mais expressiva, alcançando 42%.

» Contexto

De acordo com professora associada do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, durante a pandemia, gestantes foram reconhecidas como grupo de maior risco para Covid-19, apresentando maior morbimortalidade, especialmente na presença de comorbidades como obesidade, hipertensão crônica e diabetes. A dificuldade de acesso a serviços de saúde, particularmente em países de baixa e média renda, também contribuiu para desfechos piores. "A circulação de variantes mais virulentas aumentou a gravidade clínica, mas a vacinação e a circulação de variantes menos agressivas reduziram significativamente casos graves e mortes maternas, embora a cobertura vacinal ainda seja desigual", afirma.

Condição

Todas as vacinas avaliadas apresentaram efeito semelhante, e a administração da dose de reforço seguiu os protocolos estabelecidos em cada país, sem viés metodológico, explicou o professor,

ginecologista e coautor principal do estudo, Jose Villar, ao **Correio**. Segundo ele, o trabalho reúne dados de duas pesquisas anteriores, integrando mulheres diagnosticadas com covid-19 e um grupo controle concomitante, estratégia considerada inovadora na área.

A pré-eclâmpsia é uma síndrome hipertensiva que surge normalmente após a 20ª semana de gestação e pode comprometer órgãos como fígado, cérebro, rins, pulmões e placenta, levando a desfechos graves tanto para a mãe quanto para o bebê. A

ginecologista e obstetra Michelle Egídio Matsunaga, vice-presidente da região Centro-Oeste da Rede Brasileira de Estudos sobre a Hipertensão na Gravidez (RBEHG), explica que a covid-19 pode aumentar o risco da condição ao desencadear inflamação

sistêmica, disfunção endotelial e ativação de vias pró-trombóticas, mecanismos que também fazem parte da fisiopatologia da pré-eclâmpsia. Nesse contexto, a vacinação atua ao prevenir quadros graves da infecção, reduzindo a resposta inflamatória e, consequentemente, o risco de complicações maternas, incluindo hospitalização e admissão em UTI.

A correlação entre covid-19 e pré-eclâmpsia também envolve alterações fisiopatológicas compartilhadas. Maria Laura Costa, professora associada do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, destaca que o SARS-CoV-2 utiliza a proteína ACE2 como receptor celular. A redução da disponibilidade dessa proteína durante a infecção pode contribuir para o aumento da pressão arterial e para o agravamento dos sintomas da pré-eclâmpsia. Além disso, alterações placentárias, como a perda da integridade das junções celulares e a ativação do sistema complemento, reforçam a associação entre a infecção viral e o risco da doença.

Para o professor Villar, "os resultados abrem caminho para novas investigações sobre os mecanismos de proteção conferidos pela vacina". Ele afirma que há planos para aprofundar os estudos sobre como a imunização pode prevenir a pré-eclâmpsia e manifestar interesse em envolver grupos brasileiros nas próximas etapas da pesquisa. O objetivo, segundo ele, é contribuir para o desenvolvimento de novas estratégias de prevenção da condição.

Palavra de especialista

Estudo amplo e robusto

"É um trabalho robusto (com mais de 6.500 mulheres), análise secundária de um grande estudo multicêntrico, demonstrando o efeito benéfico da vacinação. A conclusão descrita é: 'A vacinação contra a covid-19 com dose de reforço reduz em 30% a chance de pré-eclâmpsia, podendo chegar a quase

60% de redução entre mulheres com comorbidades preexistentes.' Os autores discutem a possibilidade da ação da vacina na regulação do sistema imunológico, o qual está envolvido na fisiopatologia da pré-eclâmpsia. Demonstram também efeito protetor significativo da vacinação contra parto

prematuro, além de redução relevante da morbimortalidade materna e da morbimortalidade perinatal."

MARIA LAURA COSTA, professora associada do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas- Unicamp.



A circulação de variantes mais virulentas aumentou a gravidade clínica, mas a vacinação e a circulação de variantes menos agressivas reduziram significativamente casos graves e mortes maternas, embora a cobertura vacinal ainda seja desigual"

Maria Laura Costa, ginecologista e obstetra



Os resultados abrem caminho para novas investigações sobre os mecanismos de proteção conferidos pela vacina"

Jose Villar, coautor do estudo

MENOPAUSA

Terapia hormonal não aumenta mortalidade, indica estudo

Um estudo dinamarquês com cerca de 800 mil mulheres, publicado no *The British Journal of Medicine (BMJ)*, concluiu que a terapia hormonal na menopausa (TRH) não está associada a um risco aumentado de morte. Os resultados corroboram as diretrizes atuais que recomendam o tratamento para mulheres que entraram recentemente nesse estágio reprodutivo, apresentam sintomas moderados a graves e não têm contraindicações, afirmam os pesquisadores.

A terapia hormonal da menopausa pode ajudar a aliviar sintomas como ondas de calor, distúrbios do sono, alterações de humor e depressão. No entanto, segundo o artigo, seu uso tem diminuído

constantemente nas últimas duas décadas, principalmente devido a preocupações com a segurança. Os autores argumentam também que faltam evidências práticas sobre o efeito da TRH na mortalidade.

Para abordar essa questão, os pesquisadores utilizaram registros nacionais dinamarqueses para rastrear mulheres nascidas entre 1950 e 1977. O acompanhamento começou no 45º aniversário de cada uma e terminou em 31 de julho de 2023. Doze por cento do total de participantes adquiriram uma prescrição para terapia hormonal na menopausa e 47.594 (5,4%) morreram de causas diversas.

O risco de morte entre aquelas

Pexel/Divulgação



Terapia de reposição hormonal

com histórico ou uso atual de TRH foi 54,9 óbitos por 10 mil pessoas-ano, em comparação com 35,5 mortes por 10 mil para mulheres que nunca utilizaram a terapia. No entanto, nenhuma diferença significativa na mortalidade foi observada quando os autores consideraram fatores potencialmente influentes, como idade, número de filhos, escolaridade, renda, país de nascimento e condições preexistentes, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

Duração

A investigação sobre a duração do uso não encontrou aumento do risco de morte, mesmo após 10

anos ou mais de uso. Além disso, não foram encontradas diferenças entre os grupos para causas específicas de óbito, como doenças cardíacas, acidente vascular cerebral ou câncer.

Além disso, mulheres submetidas a ooforectomia bilateral entre 45 e 54 anos por razões não cancerosas apresentaram um benefício significativo de sobrevida ao utilizarem terapia hormonal na menopausa, correspondendo a um risco de morte 27%-34% menor do que participantes do mesmo grupo que não foram tratadas. Os pesquisadores, do Hospital Universitário de Copenhague, destacam que o estudo é observacional e, por isso, não implica uma relação de causa e efeito.

CRIMINALIDADE

“Quem filma briga também é responsável”

Ao programa *CB.Poder*, o delegado Hudson Maldonado, responsável pela investigação da morte de Leonardo Ferreira da Silva, de 19 anos, afirmou que responsáveis por gravações podem também ser processados por homicídio

» ARTUR MALDANER*
» LUIZ FELLIPE ALVES
» PAULO GONTIJO

O delegado-chefe da 13ª DP (Sobradinho 1), Hudson Maldonado — responsável pela investigação da briga que resultou na morte de Leonardo Ferreira da Silva, de 19 anos, no último domingo — disse, ontem, no *CB.Poder* (parceria do **Correio** com a TV Brasília), que a filmagem da briga que resultou na morte do jovem aponta para um acordo previamente estabelecido antes da luta. Ele também defendeu que Wanderson da Fonseca, que filmou e narrou a briga, seja processado por homicídio. Jardel da Nóbrega, 27, o agressor, e Wanderson, 29, foram presos e acusados pelo crime de homicídio contra Leonardo.

O vídeo mostra Leonardo e Jardel brigando, enquanto Wanderson fazia comentários sobre a luta. “A nossa suspeita não quer dizer que eles teriam marcado com uma semana de antecedência. Eles podem ter se encontrado naquela madrugada e decidido travar uma luta”, explicou o delegado às jornalistas Ana Maria Campos e Mi-la Ferreira.

De acordo com Maldonado, a investigação seguirá ouvindo testemunhas, inclusive as que se manifestaram em redes sociais e demonstraram saber informações não apuradas pela Polícia Civil. “Mas tudo, até o momento, nos leva a crer de que se tratava de uma luta clandestina, o que é algo criminoso, que não deve ser praticado de maneira alguma”, comentou.

O delegado explicou que a pessoa responsável por gravar uma briga de rua, de forma que esteja incentivando e auxiliando a agressão, deva responder pelo crime com as mesmas penas previstas àquele que agride de forma direta. Maldonado também comparou a morte de Leonardo a outro caso similar, o da agressão de Rodrigo Castanheira, 16 anos, também morto em uma briga presenciada por outros jovens: “Se duas pessoas estão brigando e outras estão filmando, sorrindo, há de se analisar até que ponto isso também pode servir de incentivo”, disse.

Apesar das duas tragédias, Maldonado destacou que cada caso tem a sua particularidade e seria necessário averiguar o caráter da gravação. Ele afirmou que, em alguns casos, uma filmagem seria uma forma de registrar o crime para auxiliar em uma possível investigação, enquanto em outros casos poderia se caracterizar como crime de omissão. “As pessoas acham que, se as mãos dela não estão literalmente sujas de sangue, elas não podem ser responsabilizadas. Mas isso é mentira”, ressaltou.

O delegado acrescentou que a divulgação das filmagens de lutas podem propagar prática de crimes semelhantes, contribuindo para o aumento de casos, como o de Leonardo Ferreira e de Rodrigo Castanheira, que possuem dinâmicas parecidas. Segundo o entrevistado, brigas são praticadas principalmente por adolescentes e jovens do sexo masculino, em busca de pertencimento social; e a gravação desses encontros pode intensificar essa dinâmica, já que os participantes se sentiam constrangidos em abandonar uma briga e receosos de serem vistos como covardes nas redes sociais.

“Em uma luta de boxe, por exemplo, um competidor que quebrasse

Bruna Gaston CB/DA Press



Delegado Hudson Maldonado: “Até o momento, nos leva a crer de que se tratava de uma luta clandestina, o que é algo criminoso”

Memória

Violência gratuita e covarde

O Distrito Federal foi palco de outras tragédias envolvendo brigas que resultaram em óbitos. O último antes de Leonardo, foi Rodrigo Castanheira, que morreu após ser espancado pelo ex-piloto Pedro Arthur Turra Basso na saída de uma festa, na madrugada de 23 de janeiro, em Vicente Pires. O adolescente sofreu um traumatismo craniano grave ao bater a cabeça durante a agressão. Ele foi socorrido e levado ao Hospital Brasília, em Águas Claras, onde permaneceu internado em estado gravíssimo, em coma por 16 dias, na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas não resistiu às complicações, morrendo na madrugada de 7 de fevereiro.

Reprodução



Leonardo sonhava em passar no concurso e ser policial civil

Em 10 de agosto de 2000, o estudante universitário João Cláudio de Cardoso Leal, à época com 20 anos, foi morto durante a madrugada após sair de uma boate, na Asa Sul. Um amigo de João, Gilson Leal Meneses, relatou que a agressão teve início após uma

Material cedido ao Correio



Jardel, autor das agressões (E) e Wanderson, que filmou a luta

discussão com outro grupo de amigos. Leal morreu no local das agressões.

Sete anos antes, no mesmo dia, Marco Antônio Velasco, de 16 anos na data do acontecido, foi espancado até a morte por membros da gangue Falange Satânica, da Asa Norte. O



jovem caminhava com dois amigos quando foi abordado por seus assassinos. Marquinho, como era conhecido, caiu ao tentar escapar e foi cercado por pelo menos 10 integrantes da gangue. Velasco sofreu traumatismo craniano e morreu 10 horas depois.

Depoimentos

A dor de uma mãe

A morte do estudante Leonardo Ferreira deixou familiares e moradores de Sobradinho em choque. Abalada, a mãe do jovem, Francisca Mônica Ferreira Soares, falou com exclusividade ao **Correio** sobre a dor da perda e cobrou justiça. “Eu só quero que as coisas fiquem claras. Ainda não sei o que aconteceu, estou tentando entender. A polícia está investigando, mas eu não entendo o motivo de tanta violência”, afirmou.

Segundo ela, a perda repentina agravou mais seu estado de saúde. “Preciso tomar muito remédio para acalmar o coração. Não estou conseguindo dormir, tomo vários calmantes, mas minha cabeça não para de funcionar com pensamentos muito pesados e tristes.”

Ela disse que está cercada pelo carinho da família, mas, mesmo assim, a dor é insuportável. “Minha família está aqui comigo, me ajudando, mas não tem como. É uma dor que não sei se vai passar. Eu só queria meu filho de volta. Tenho medo de nunca saber o motivo dessa tragédia”, disse.

Ao falar sobre Leonardo, a mãe descreveu um jovem afetuosos e muito ligado à família. “Ele era um menino lindo. Tinha um coração muito puro e sincero. A gente era muito próximo e agora eu não vou mais ter isso. Ele tinha só 19 anos, estava começando a vida. Ainda ia viver muitas coisas, mas teve o futuro tirado dele”, afirmou.

A mãe lembrou que o sonho de Leonardo era estudar para passar em um concurso para policial, seguindo os mesmos passos do avô e de dois tios. “Ele estava terminando o ensino médio agora. Ele falou várias vezes para mim que o sonho era ser policial”, lembrou.

Entre os moradores da região, o clima é de tristeza e insegurança. Uma vizinha preferiu não se identificar, mas disse que a violência abalou toda a rua, principalmente porque um dos envolvidos no crime mora nas proximidades.

“O Leonardo era um menino muito bom. Não era de muito papo, a gente não conversava muito, mas eu sempre soube que ele era do bem”, contou. “Ele passava, me cumprimentava, sempre educado. Nunca tivemos problema nenhum”, acrescentou.



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa

as regras e matasse o oponente seria responsabilizado. Mas uma briga de rua não tem regras e não possui previsão legal nenhuma”, destacou o delegado. Ele explicou que a integridade física não é um bem disponível, ou seja, caso um jovem mate outro em uma luta de rua, mesmo que os dois estivessem conscientes de possíveis riscos à própria vida, o agressor teria que ser julgado legalmente.

Segundo o policial, mesmo que o autor de um crime de agressão

não tivesse a intenção de matar, apenas de ferir o oponente em uma briga, ele teria que ser apontado por homicídio com dolo eventual, como os investigados em ambos os recentes casos de agressões no DF. “No dolo eventual ele teria o objetivo de ferir, mas ainda assume o risco consciente de matar o algoz. É diferente do dolo alternativo, em que o autor assume o objetivo de ferir ou matar. É algo que é difícil de descobrir a não ser que o próprio agressor fale”, disse o delegado.

Para mostrar como o dolo eventual funciona, ele usou como exemplo um tutor de um cão bravo, que possui o costume de deixar o animal solto: “É quando aquele tutor mostra que assume o risco do cachorro morder alguém, e não

se preocupa com possíveis riscos”. Neste caso, se o cão matar uma pessoa, o tutor deverá responder por homicídio com dolo eventual.

Investigação

Outro ponto que está sob investigação é a exata causa da morte de Leonardo. Segundo o delegado Hudson Maldonado, há duas linhas de investigação para determinar a causa. “Avaliamos que o ferimento fatal pode ter sido provocado tanto pelo mata-leão aplicado por Jardel, como também pela queda, onde ele poderia ter batido a cabeça no asfalto”, explicou. A resposta para essa dúvida será definida após conclusão dos exames do Instituto Médico Legal (IML).

Jardel da Nóbrega e Wanderson da Fonseca, envolvidos na morte de Leonardo, foram indiciados e presos por homicídio. O delegado explicou que, dependendo do andamento das investigações, tipificação do crime pode mudar. “Se confirmado o motivo torpe, o indiciamento pode evoluir para um homicídio qualificado”, afirmou. Nesse caso, o delegado acrescentou que, mesmo havendo um possível acordo para a briga, não se pode abrir mão da integridade física. “Isso só pode acontecer quando se trata de um esporte com regras e fiscalização como em competições de lutas e artes marciais”, explicou.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O bloco da preservação

O barulho em torno do desfile da Acadêmicos de Niterói sobre Lula monopolizou e soterrou qualquer tema durante o carnaval. Não deveria, porque ocorreram outros acontecimentos dignos de atenção. E esse é o caso do enredo *Vozes Ancestrais para um Novo Amanhã*, da Gaviões da Fiel, agremiação ligada a uma torcida organizada do Corinthians. Ela exaltou a resistência e o legado dos povos indígenas e a defesa do meio ambiente.

A insciência sobre a nossa situação ambiental no momento atual do planeta é, simplesmente, desesperadora para quem tem um mínimo de informação científica. Por isso, é preciso saudar quando uma escola de samba coloca o tema na avenida. Sim, se as excelências da política partidária legislam de costas para o Brasil e com a cabeça enfiada em uma bolha de especulação financeira em um ardil de avestruz, é preciso que os carnavalescos, os artistas, os jogadores de futebol e outros esportistas botem o bloco na rua.

É uma pena que a Gaviões da Fiel perdeu, por apenas um décimo, o título de campeã. Somou 269,7 pontos e perdeu o primeiro lugar para a Mocidade Alegre, que ficou com 269,8. Seria bom para

chamar ainda mais a atenção para o tema, mas a Gaviões da Fiel fez a parte dela e contribuiu para ampliar a consciência sobre o problema e o dilema no qual estamos todos mergulhados, inclusive aqueles que fazem pose de imparcialidade, como se fosse possível assistir à tragédia que acontece no meio ambiente em um camarote de impessoalidade.

Mesmo ao tratar do meio ambiente, a Gaviões driblou a obviedade verde do rival Palmeiras, permitiu-se a licença poética cromática e fez um desfile azul. As alegorias representaram e materializaram os povos da floresta com o abre-alas de 73 metros de comprimento, dividido em três segmentos e com 22 metros de altura.

O carro abre-alas encenou a cosmologia Yanomami e a criação do mundo por Omana. O impacto da colonização, a luta pelas terras e a preservação ambiental foram representadas, cenicamente, por meio de efeitos visuais. No topo, um gigantesco gavião que demandou a utilização de 4.500 litros de água na composição cênica. Despertou a atenção o também monumental jacaré azul com a bocarra escancarada

Os cientistas já haviam detectado que as árvores da Amazônia arremessam na atmosfera uma enorme quantidade de vapor d'água. Esse vapor d'água é carregado pelo vento para até outras regiões. Eles se transformam em chuva que é essencial para viabilizar a produção agrícola. É

o fenômeno chamado de “rios voadores”.

Pois bem, mas faltavam estudos minuciosos para estabelecer uma relação mais direta entre os ciclos da chuva e a atividade do agronegócio. Não faltam mais. No ano passado, cientistas do Brasil e da Holanda calcularam, pela primeira vez, que 80% da área coberta por lavouras e pastagens no Brasil depende das chuvas produzidas pelas florestas remanescentes nas terras indígenas da Amazônia.

Iniciativas como a da Gaviões da Fiel de botar o bloco da preservação do planeta na rua são muito importantes para ampliar a consciência na luta contra os fenômenos climáticos e contra os fenômenos de alienação ambiental da classe política.

» Entrevista | SANDRO AVELAR | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao *CB.Poder*, chefe da pasta comenta a atitude da PM ao deter supeito com droga e a abordagem ao deputado distrital Fábio Félix (PSol). De acordo com ele, atuação das forças de segurança durante o carnaval foi positiva

“Prisão absolutamente legal”

» DARCIANNE DIOGO

As festas carnavalescas do Distrito Federal ocorreram em um clima de alegria e segurança dos foliões. Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre e Ana Maria Campos, no *CB. Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a *TV Brasília* —, de ontem, Sandro Avelar, secretário de Segurança Pública do DF, elogiou a atuação das forças de segurança e comentou sobre o episódio envolvendo o deputado Fábio Félix (PSol). Segundo Avelar, haverá investigação, mas, em análise preliminar, a PM fez o trabalho dela.

Qual o balanço o senhor faz dos quatro dias de folia no Distrito Federal?

Nesse período nos dedicamos muito. Temos a preocupação de dar uma resposta efetiva, para que a comunidade possa realmente se sentir acolhida pelas forças de segurança. Temos, evidentemente, a preocupação com violência que usualmente acontecia nos antigos carnavais, mas hoje a gente pode se orgulhar de dizer que estamos fazendo, foram três carnavais seguidos, com números muito bons em termos de segurança pública. Acredito que todos aqueles que acompanharam os blocos em todos os dias do carnaval podem confirmar isso. Uma quantidade muito grande de policiais militares nas ruas, uma quantidade muito grande de componentes do Corpo de Bombeiros, do Detran e da Polícia Civil também fazendo um trabalho muito forte, dando dinâmica aos atendimentos que foram feitos na delegacia. Estive em vários desses blocos e pude acompanhar muito de perto as revistas feitas pela Polícia Militar nas estações do metrô, nos próprios locais dos eventos. Percebi que todos fizeram muito bem o seu papel, todos com muito comprometimento e, hoje, a gente tem realmente um sentimento de dever cumprido.

Secretário, um episódio que despertou muitos debates — até nas redes sociais — foi uma imagem de um policial militar que jogou spray de pimenta no deputado Fábio Félix (PSol). Como o senhor avalia esse episódio?

Gosto muito do Fábio Félix e tenho o maior respeito por ele, mas pelas imagens, evidentemente isso tudo vai ser devidamente apurado. Temos as instâncias adequadas para verificar se houve qualquer tipo de excesso. Mas, no primeiro momento, por todas as imagens que a gente viu, de ângulos variados, a gente percebe o deputado numa postura ativa. Inclusive, os policiais estavam trabalhando em uma linha e não foi a linha de policiais que se deslocou até o deputado. O deputado é quem foi até a linha de policiais para poder fazer considerações a respeito de uma prisão que havia sido feita. Essa prisão é absolutamente legal, não existe nenhuma discussão com relação a isso. Um dos cachorros da PM farejou substância entorpecente, verificou-se realmente que aquelas pessoas estavam ali usando a substância e estavam portando. Quando essas pessoas estavam sendo conduzidas à delegacia, veio a coordenadora do bloco tentando, de

Bruna Gaston CB/DA Press



Escaneie o QR Code e assista à entrevista na íntegra

aconteceu efetivamente há um procedimento de investigação interno?

Sim. O parlamentar também foi à delegacia e registrou boletim. Isso tudo vai ser, obviamente, apurado por todas as instâncias. A PM também (vai investigar) na instância administrativa. Mas fica um apelo. É preciso que se respeite o policial. O policial fardado ali, está representando o Estado, está trabalhando. Não se pode acusar o policial que está parado, trabalhando em linha. Estão ali fazendo um trabalho de vigilância do local.

Você entende que houve um exagero, um abuso de autoridade do parlamentar ao cobrar para que não houvesse a prisão?

Tem muita coisa para ser apurado, mas tudo indica que houve, por parte do parlamentar, esse movimento ativo de ir até os policiais para poder fazer considerações que, com certeza, aquele não era o local mais adequado. Se é para poder fazer algum tipo de consideração sobre a legalidade da prisão, era para ser discutido na delegacia, ou até em instâncias posteriores, não no local onde os fatos estão acontecendo.

Sobre a morte de dois jovens, em um curto período de tempo aqui no DF, eu queria que o senhor falasse como combater esses conflitos que acabam de maneira bárbara?

É algo que temos que trabalhar de maneira geral, evidentemente,

não envolvendo só a visão de segurança pública especificamente, porque a segurança pública atua na prevenção, na repressão. Esses jovens, os que cometeram os atos, foram retirados de circulação. É uma situação que é uma tristeza para a família da vítima e não deixa de ser uma tragédia também para a família que convive tendo jovens presos e maculados com essa imagem de quem matou um outro jovem. Agora, é preciso que a gente faça um trabalho, eu sempre falo muito, no caso do feminicídio, por exemplo, que é um trabalho de mudança de cultura. Vamos levar tempo, isso depende muito da educação. Aliás, a segurança pública e a educação andam juntas. Então, é preciso que a gente trabalhe realmente uma mudança de cultura.

BALANÇO

Ocorrências caíram 16% em 2026

» LETÍCIA MOUHAMAD

Em coletiva realizada na Quarta-feira de Cinzas, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) apresentou o balanço do feriado. O monitoramento por drones e o uso de reconhecimento facial foram os pilares da

Operação Carnaval 2026, que registrou uma queda de 15,8% nas ocorrências criminais em relação ao ano passado, passando de 337 para 291. No total, as forças de segurança realizaram o controle de mais de 1,5 milhão de pessoas nos acessos aos blocos e estações de transporte.

As revistas resultaram na apreensão de 459 armas brancas e uma de fogo. “O planejamento integrado foi o que permitiu um ambiente de tranquilidade. Esse engajamento coletivo inibe o crime e fortalece a confiança da população”, afirmou o secretário de Segurança, Sandro Avelar.

A Polícia Civil do DF (PCDF) registrou 291 ocorrências, sendo 70% referentes a furtos de celulares. O delegado-geral da PCDF, José Werick, destacou a eficácia da investigação. “Brasília mostra que é possível realizar um grande evento com segurança. Aplicamos protocolos de rastreamento que permitiram identificar autores e devolver aparelhos aos proprietários”.

Uma das inovações citadas pela comandante-geral da Polícia Militar do DF (PMDF), Ana Paula Habka, foi a revista de saída, onde foliões comprovavam a posse de celulares. “A presença ostensiva e o uso de tecnologia, como os drones, deram ao comando a visão em tempo real necessária para deslocar o efetivo onde havia maior concentração de público”, explicou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



A presença da PMDF e o uso de tecnologia marcaram a folia

O Departamento de Trânsito (Detran-DF) realizou 2.655 abordagens a ambulantes, enquanto a direção não combinam. Esse é o maior ganho”, pontuou o diretor-adjunto, Hugo Figueiredo.

Já o Corpo de Bombeiros do DF (CBMDF) mobilizou 1.019 militares, sendo que 46% dos atendimentos foram motivados pelo excesso de álcool. “Atuamos com pronta resposta para assegurar que a

celebração ocorresse sem incidentes graves”, ressaltou o coronel Moisés Barcelos, comandante-geral da corporação.

Na esfera administrativa e de proteção, a DF Legal realizou 2 mil abordagens a ambulantes, enquanto a Vara da Infância e da Juventude (VIJ) orientou 216 estabelecimentos sobre a venda de álcool a menores. “É gratificante ver a conscientização dos ambulantes e conseguir proteger adolescentes em situação de risco”, concluiu Ana Luísa Müller, supervisora da VIJ.

SLU recolhe 29 toneladas de lixo

A operação de limpeza da folia mobilizou 1,2 mil profissionais do Serviço de Limpeza Urbana do DF (SLU) em três turnos, resultando no recolhimento de 29 toneladas de resíduos — volume que quase dobrou em relação às 15 toneladas registradas em 2025. Segundo o subdiretor de Limpeza Urbana, Everaldo Araújo, a estratégia de ação imediata após o encerramento dos blocos garantiu que a capital amanhecesse limpa já na Quarta-feira de Cinzas. “Nossas equipes entravam de forma rápida e efetiva para entregar os locais em ordem no dia seguinte; o material coletado agora segue para cooperativas, reforçando a renda dos recicladores”, explicou.

O aumento expressivo no descarte de lixo é atribuído à maior concentração de público. Para Araújo, o balanço reflete a organização do evento e a tranquilidade dos foliões durante os dias de festa. “O tempo ajudou, o ‘Vai de Graça’ também, e a segurança foi fundamental para que a população participasse em massa”, destacou o subdiretor.

ANEEL
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90002/2026 – UASG 323028

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento e aplicação de vacinas de Influenza quadrivalente, compostas pelas duas cepas Influenza A e as duas cepas Influenza B, conforme Instrução Normativa Anvisa nº 408, de 24 de novembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2025, nas condições e exigências estabelecidas em edital. A abertura da sessão será às 10:00, do dia 24/02/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sites <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

ANDERSON VIERA MARTINS
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Em outros carnavais...



Arquivo pessoal

Gente grande

O secretário de Segurança, Sandro Avelar, encontrou um registro de outros tempos de carnaval. Quando era criança e se fantasiou de “gente grande”.



Arquivo pessoal

Bailarina

A deputada federal Bia Kicis (PL-DF) também matou a saudade do carnaval na infância em Resende, no Rio de Janeiro. Vestida de bailarina-ciclista.

Citação bíblica

Na rede X, o governador Ibaneis Rocha deixou, ontem, uma reflexão para a quarta-feira de cinzas: “A quarta-feira de cinzas é dia de reflexão. Que este tempo nos traga mais amor, perdão e esperança. Que a fé nos fortaleça para seguir fazendo o bem.” E incluiu uma frase bíblica: “Lembra-te que és pó e ao pó voltarás”. Gêneses 3,19

“Farda não é fantasia”, diz Avelar

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O spray de pimenta lançado por um policial militar no rosto do deputado Fábio Felix (PSol) continua causando polêmica. O distrital exige responsabilização dos policiais envolvidos. Mas o secretário de Segurança, Sandro Avelar, defende a corporação. No programa *CB.Poder* de ontem, ele disse que a Polícia Militar fez um excelente trabalho no carnaval. Para Avelar, Fábio Felix foi quem errou ao abordar o policial que estava fazendo a segurança dos blocos. “Farda não é fantasia”, disse ele. O spray de pimenta é a medida mais branda nas ruas, segundo o secretário. É usado para evitar um confronto físico. Mas Fábio Felix garante que em nenhum momento agrediu, destratou ou ameaçou qualquer policial. Apenas tentou diálogo e foi atingido gratuitamente.

Atribuição parlamentar

Segundo Fábio Félix, é atribuição parlamentar fiscalizar a atividade policial, sobretudo quando há denúncias de violência e de arbitrariedade. Ele é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa. Felix reagiu à prisão das organizadoras do bloco Rebu, daí começou a confusão.

Embate no WhatsApp

Na rede de WhatsApp dos deputados, o assunto pega fogo. Embora a Câmara Legislativa tenha divulgado uma nota de apoio a Fábio Felix, alguns deputados defendem a Polícia Militar.

Renato Alves/ Agencia Brasília



Confiança no trabalho da PM

O governador Ibaneis Rocha (MDB) também se manifestou sobre o episódio envolvendo a PM e Fábio Felix, que integra a oposição. “Quero, mais uma vez, reforçar o meu total apoio às forças de segurança do Distrito Federal, especialmente durante esses dias de carnaval. A Polícia Militar do Distrito Federal tem um papel fundamental na proteção da população e não pode ter sua honra e sua imagem deturpadas por episódios isolados. Caso tenha havido qualquer excesso, que os fatos sejam apurados com responsabilidade e dentro da lei. Esse é o caminho correto em um Estado democrático de direito. Tenho plena confiança no trabalho sério e comprometido da PMDF, que atua todos os dias para garantir mais segurança à população do Distrito Federal”, registrou no X.

Luís Tajés / Divulgação



Procuradoria da Mulher na folia

Em meio ao carnaval, a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Legislativa levou para as ruas a campanha “Depois do não, tudo é assédio”. A estratégia foi ocupar pontos de grande circulação no DF: da Praça do Relógio, em Taguatinga, à Rodoviária do Plano Piloto, passando pelo Taguaparque, Museu Nacional e Asa Norte. Com distribuição de adesivos com frases de combate à importunação e à violência, a iniciativa reforçou a presença institucional no centro do debate sobre a segurança das mulheres em grandes eventos. A deputada distrital Paula Belmonte, que comanda a Procuradoria, participou pessoalmente da mobilização.

Respeito não é opcional

Desde que tomou posse como procuradora, Paula tem levado as ações da PEM para fora da Câmara Legislativa, com o intuito de ampliar o alcance. Ao ocupar o espaço público durante a maior festa popular do calendário, a iniciativa reforça a defesa de políticas preventivas e a mensagem de que diversão e segurança caminham juntas. Para Paula, “o carnaval é um momento de alegria, mas o respeito não é opcional”.

Arquivo pessoal



Pronto para o embate

O deputado federal Alberto Fraga (PL) passou o carnaval na fazenda, descansando para o embate que começa quente agora. Promete bater forte no governo Ibaneis.

Arquivo pessoal



De volta

O presidente do Iphan, Leandro Grass, retornou ao trabalho, ontem, depois da licença por conta da cirurgia ortognática, há 18 dias. Nesse período, perdeu dois quilos, mas parece bem mais magro porque já havia deixado para trás outros seis quilos. Volta animado para o trabalho até 4 de abril, quando deverá se desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

O risco do transporte irregular

Morte de cinco pessoas em acidente na BR-020 acende o alerta para o perigo das vans piratas. Condutor deve ser indiciado por homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal, já que outros 11 passageiros ficaram feridos

» VITÓRIA TORRES

O motorista Rarisson do Amaral Ribeiro Monteiro, de 29 anos, deve responder por homicídio culposo na direção de veículo automotor e lesão corporal. Ele conduzia a van irregular que bateu na traseira de uma carreta, na BR-020, em Planaltina, deixando cinco mortos e 12 feridos, na terça-feira de carnaval. O caso é investigado pela 31ª Delegacia de Polícia. De acordo com o delegado Gilberto Barcelos, a apuração está em andamento, mas há indícios suficientes para apontar a possibilidade de indiciamento do condutor. “No momento, o motorista da van responderá em liberdade. Isso não é uma escolha da autoridade policial, mas uma determinação do Código de Trânsito Brasileiro (Art. 301). A lei proíbe a prisão em flagrante imediata de qualquer condutor que permaneça no local do acidente e preste socorro às vítimas, como foi o caso. Ele não fugiu e acionou o SAMU e os bombeiros”, explicou Barcelos. O delegado lembrou que Rarisson está hospitalizado por causa dos ferimentos sofridos na colisão. “É importante esclarecer que ele

não saiu da delegacia caminhando. O condutor encontra-se hospitalizado sob cuidados médicos devido a lesões no quadril e na cabeça. Nossa prioridade imediata foi garantir que ele fosse identificado e ouvido, o que já foi feito preliminarmente”, acrescentou. De acordo com Barcelos, responder em liberdade não significa impunidade. “O inquérito policial foi instaurado e temos indícios fortes que estão sendo apurados com rigor. Se comprovadas a imprudência e a negligência, como o cansaço excessivo, por exemplo, a pena pode ser aumentada”, detalhou. O delegado destacou que a Polícia Civil está reunindo as provas técnicas, como telemetria do caminhão, laudos periciais e oitivas, para entregar um inquérito robusto ao Judiciário. Morreram no acidente Ravy Gael da Silva Vogado, de 5 anos; Angelina Silva do Nascimento, 16; Marcela Silva do Nascimento, 15; Everaldo de Oliveira Santos, 52; e Laudence Vogado de Oliveira, 58. O estado de saúde das vítimas encaminhadas a hospitais não havia sido oficialmente informado até o fechamento desta edição. O advogado criminalista e especialista em direito constitucio-

Edilson Cordeiro/TV Brasília



Van saiu da Bahia com 16 passageiros, na noite de segunda-feira

nal Vítor Sampaio explicou que o enquadramento como homicídio culposo é previsto no artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro. “Ou seja, as mortes se deram por imprudência ou negligência na direção, como cansaço, desatenção ou distância inadequada, somando ainda as lesões culposas dos sobreviventes. Só vira homicídio doloso, com dolo eventual, se ficar bem claro que ele assumiu o risco de matar, o que eu creio que não foi o caso”, assinalou. Segundo o advogado, eventuais irregularidades na situação da van não alteram automaticamente o ti-

po penal, mas podem agravar a situação do investigado. “O fato de a van ser irregular não transforma automaticamente o crime em doloso, mas pesa contra. Pode aumentar a pena por se tratar de transporte de passageiros e ainda gerar autuações próprias pela atividade clandestina e, em alguns casos, até enquadramento separado por exercício irregular da atividade.”

Dor e desamparo

A van saiu na noite de segunda-feira de Santa Ritade Cássia (BA) com destino a Brasília e transpor-

» Mulher será sepultada hoje

O velório e o sepultamento de Ana Caroline Alves Louzeiro Lopes, de 23 anos, serão hoje, em Paranaguá (PI), cidade natal dela e dos pais. A jovem foi encontrada morta pelo companheiro, na casa onde moravam, no Recanto das Emas, na terça-feira. Em depoimento, homem disse que acordou e achou a mulher caída no chão, já sem vida. Ele acionou os agentes da 27ª Delegacia de Polícia e se apresentou de forma espontânea. Foi ouvido e liberado em seguida. O caso segue sob investigação. A Polícia Civil do Distrito Federal aguarda a conclusão dos laudos periciais para esclarecer a causa da morte. De acordo com o delegado Victor Oliveira, que apura o caso, a perícia médico-legista não encontrou sinais de violência no corpo. Apesar disso, segundo ele, a polícia não descarta nenhuma linha de investigação.

tava 16 pessoas, de duas famílias. O concunhado de uma das vítimas fatais, que preferiu não se identificar, relatou a dor da família e a correria para acompanhar os desdobramentos do caso. “Estou indo para a Bahia. Alguns eram parentes meus. Faleceu meu concunhado e dois sobrinhos estavam envolvidos no acidente”, contou. Sobre o motorista da van, ele afirmou que o condutor já era conhecido das famílias, que utilizavam o serviço de transporte. “Eles faziam viagens com ele havia dois anos. Antes, ele era de Águas Lindas (GO). Agora ele mora na Bahia”, comentou. Especialista em policiamento de trânsito e professor de administração do Ibmec-DF, Fagner Dias destacou que, uma vez que o transporte irregular opera à margem da

lei, ele escapa de qualquer controle do Estado. “Os veículos não são vistoriados, os motoristas não passam por avaliações técnicas e psicológicas adequadas, e as viagens longas são feitas sem o respeito devido às leis de trânsito”, observou. “Essa combinação perigosa coloca em risco não apenas os passageiros que optam por esse serviço, mas todos os usuários das vias”, alertou. “Na eventualidade de uma colisão grave, os passageiros se veem desamparados. Como o veículo não possui seguro, por exemplo, e a operação é ilegal, não há uma empresa ou pessoa jurídica identificável para responder pelos danos físicos e materiais (dos passageiros). As vítimas ficam sem qualquer tipo de indenização ou amparo legal”, detalhou Dias.

Capital S/A

ANA DUBEUX (INTERINA)
anadubeux.df@dabr.com.br

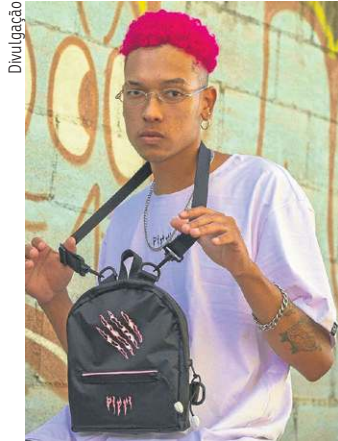


Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais para temer menos

Marie Curie, primeira mulher a vencer um Nobel e também única pessoa que já ganhou dois prêmios científicos

Estilo das ruas

Tendência global, o streetwear tem transformado a maneira de consumir moda no DF. Inspirados pela cultura das ruas, do hip-hop e do skate, quatro jovens artistas da cidade estão à frente de marcas de potencial e fazem das vestimentas um instrumento para compartilhar suas próprias histórias.



Divulgação

Força da periferia

Morador de Samambaia, Igor Pereira Silva de Pinho, 27 anos, é o nome por trás da Piffi, label que comercializa roupas e acessórios com elementos das ruas locais. Além de mostrar a força e a beleza da cultura da periferia, a loja surgiu da necessidade de o artista independente se reinventar para ajudar em casa, já que a mãe, empregada doméstica, “sempre se desdobrou” para sustentar os três filhos sozinha.

A arte do crochê

A necessidade financeira e a vontade de criar também foram o motivo da criação da marca de crochê Slanvy. Moradora da Cidade Estrutural, Tamara Souza, 23, precisou inovar para gerar renda durante a pandemia de covid-19. Ela decidiu confeccionar peças e compartilhar a paixão pelo crochê com as pessoas da comunidade onde mora. “A vivência na periferia influencia diretamente os modelos. São peças pensadas nas meninas periféricas que buscam estilo e autenticidade”, afirma. Nikolly Souza, 19, juntou-se à irmã Tamara no empreendimento. Enquanto a fundadora constrói as peças, Nikolly atua como diretora criativa das redes sociais e cuida do contato com os clientes.



Divulgação

“Chavewear”

A influência das camisas de time também é vista nas roupas da Broki Corporation, que traz ainda inspirações do skate e do grapixo — nomes dos artistas assinados de forma estilizada nas ruas. A marca, que surgiu após o sonho de ser jogador do morador da Asa Norte João Luiz Pires, 24, ser interrompido por uma lesão, foge das influências exteriores e foca nas vivências brasileiras. “Isso faz com que a gente deixe de lado o estilo streetwear e dê início à vertente



Divulgação

do ‘chavewear”, diz ele, em referência à expressão “chave”, usada no DF como elogio para pessoas estilosas.



Valdo Virgo

Nas asas do desenvolvimento

Os aeroportos da região Centro-Oeste estão com um fluxo de passageiros cada vez maior. Dados divulgados pelo Ministério de Portos e Aeroportos mostram a força da aviação regional onde está localizada a capital federal. O Aeroporto Internacional JK, um dos maiores do país, registrou aumento de 10% em 2025, com um total de 8.173.860 passageiros. O terminal de Brasília responde por mais de 60% do movimento aeroportuário na região, que teve um fluxo de 12,5 milhões de passageiros no ano passado. Segundo os dados do ministério, o resultado de 2025 confirma a tendência de alta na aviação regional e já supera os registros de 2019, período pré-pandemia. O agronegócio é um fatores cruciais para esse quadro positivo. Um dos polos mais importantes do segmento no Brasil, a cidade de Sinop (MT) registrou a maior alta proporcional de passageiros, com um aumento de 14%. Investimentos em infraestrutura são um elemento estratégico para manter o crescimento na aviação regional do Centro-Oeste. Em 2027, o governo federal pretende injetar R\$ 91 milhões em melhorias.



Divulgação



Arquivo pessoal

Jovem bailarina abre estúdio de danças urbanas na Asa Norte

A professora e bailarina brasiliense Livia Messias, 23 anos, inaugura em 28 de fevereiro o LM Estúdios, academia dedicada às danças urbanas, na CLN 212, Bloco D, loja 51, na Asa Norte. O espaço marca a abertura de seu primeiro empreendimento e consolida sua trajetória na formação e no ensino da dança. Livia iniciou a formação ainda na infância e atua como professora desde 2022. Em março de 2025, participou de oficinas em Nova York, incluindo o Broadway Dance Center e a Brickhouse NYC, instituições reconhecidas pela formação em danças urbanas. A experiência contribuiu para ampliar seu repertório técnico e sua abordagem pedagógica. Formada em Cinema pelo Ilesb, Livia também desenvolve projetos audiovisuais. O LM ESTÚDIOS oferecerá aulas de hip-hop, jazz funk, k-pop, funk, heels e dancehall, com foco na formação e na difusão das danças urbanas.



Alexandre Magno

Brasília em festivais de teatro importantes

O espetáculo *Atrás das paredes*, com texto do dramaturgo argentino Santiago Serrano, direção de Sérgio Sartório e protagonismo da atriz Carmem Moretzsohn representará Brasília em dois dos mais importantes festivais de teatro do Brasil: a MIT – Mostra Internacional de Teatro de São Paulo e o Festival de Teatro de Curitiba. Com diálogos contundentes, críticas agudas e pitadas de humor, Serrano não teme encarar as mazelas da sociedade humana e dirige o olhar para temas como o abuso infantil, a violência doméstica e a gravidez indesejada, assuntos que frequentam o noticiário atual. *Atrás das paredes* foi escrito, especialmente, para a atriz brasiliense Carmem Moretzshon. O espetáculo será apresentado na MIT e no Festival de Curitiba, em março e abril.

Acredita Sebrae amplia acesso ao crédito

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e o presidente do Sebrae, Décio Lima, lançam no dia 6, em Cuiabá, o Programa Acredita Sebrae, voltado à ampliação do crédito para micro e pequenas empresas com garantias do Famp. O evento deve reunir cerca de mil empreendedores, instituições financeiras e lideranças públicas. O principal anúncio será a entrada do BTG Pactual no programa, que passa a operar com o modelo de crédito assistido do Sebrae. A instituição afirma que o acompanhamento técnico reduz a inadimplência e fortalece a sustentabilidade dos pequenos negócios, com impacto na geração de emprego e renda.

SONEGAÇÃO/Entre os produtos havia frango congelado, caixas de leite, vinho, cerveja e água mineral sem recolhimento de ICMS

Receita apreende carga milionária

» DAVI CRUZ

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec-DF), por meio da Receita do Distrito Federal e da Coordenação de Fiscalização Tributária, apreendeu R\$ 6 milhões em mercadorias irregulares. O balanço da fiscalização, realizada entre os dias 12 e 18 de fevereiro, foi divulgado ontem. Os fiscais atuaram com foco no combate à sonegação fiscal e na consequente proteção do mercado interno. A operação ocorreu durante o carnaval, período em que, segundo a pasta, algumas pessoas acreditam que há redução na fiscalização. Ao longo dos seis dias, foram apreendidas 15 toneladas de frango congelado, 53 toneladas de graxa branca, 20 toneladas de produtos de higiene, 5,1 mil unidades de caixas de leite, 3.832 latas de cerveja, 228 garrafas de vinho, 156 garrafas de vodca, 1,8 mil garrafas de água mineral, 11 toneladas de produtos de limpeza, oito

toneladas de produtos alimentícios, além de cosméticos, materiais de informática, confecções, calçados e outras cargas. Entre as irregularidades constatadas, está a ausência de pagamento do ICMS que incide sobre o frete. O flagrante foi possível após auditoria detalhada em empresas transportadoras de fora do Distrito Federal que prestavam serviço de transporte de cargas sem o devido recolhimento do imposto. De acordo com o coordenador de Fiscalização Tributária da Secretaria de Economia, Silvino Nogueira Filho, o trabalho foi intensificado em todo o Distrito Federal. “Aqueles sonegadores que pensaram ou acreditaram que não haveria fiscalização, nós estivemos rotineiramente, nesse período inteiro, fazendo fiscalização em todas as rodovias do DF, com a finalidade de proteger o nosso mercado interno, de fomentar a arrecadação espontânea para que o governo possa ter mais recursos para aplicação em políticas públicas de saúde, segurança e outras áreas”, destacou.

Seec/Divulgação



Fiscalização ocorreu durante o carnaval, entre 12 e 18 de fevereiro

Destinação

Segundo a pasta, o material apreendido que não é reivindicado pelas empresas no prazo legal é declarado abandonado, por meio de ato publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)*. A partir dessa publicação, os bens passam a estar disponíveis para incorporação ou doação e vão para o depósito da

secretaria, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). As instituições interessadas devem acompanhar os atos declaratórios publicados no *DODF*, onde consta a relação de mercadorias disponíveis. Após a declaração de abandono, é aberto prazo de 10 dias para que os órgãos façam a solicitação ao Núcleo de Depósito de Bens Apreendidos,

por meio de ofício eletrônico.

Podem participar escolas públicas, administrações regionais, secretarias e outros órgãos do DF. As instituições sem fins lucrativos também podem encaminhar documentação ao Núcleo de Depósito para solicitar cadastramento. Outras informações podem ser solicitadas por meio do email: nudep@economia.df.gov.br.

Entre os itens que podem ser doados, estão produtos eletrônicos, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, cosméticos, confecções, calçados e outros bens apreendidos e declarados abandonados conforme a legislação tributária do DF. Muitas escolas públicas utilizam os materiais na própria unidade, distribuem à comunidade escolar ou promovem bazares para arrecadar recursos.

Os valores obtidos são investidos em melhorias como reforma de quadras esportivas, cozinhas e banheiros, construção de salas multi-mídia e compra de equipamentos. Todas as instituições beneficiadas

assinam termo de comprometimento e devem prestar contas da destinação dos bens.

Balanço anual

De acordo com a pasta, de janeiro a outubro de 2025, a fiscalização tributária da Secretaria de Economia do DF realizou 47 operações rotineiras e especiais e apreendeu pouco mais de R\$ 2 bilhões em mercadorias variadas. Desse total, estão em processo de cobrança R\$ 847,2 milhões em crédito tributário, referentes a impostos, juros e multas, passíveis de contestação e recurso por parte dos autuados. Entre os produtos apreendidos no período, estão 1,447 milhão de unidades de cerveja (entre lata e long neck), 4,3 mil litros de chope, 236,3 mil unidades de bebidas quentes como cachaça, conhaque, whisky, rum e gin, 116,4 mil unidades de energéticos e 162,5 mil refrigerantes em lata. Nas embalagens de dois litros, foram recolhidas 24 mil unidades.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 18 de fevereiro de 2026

» Campo da Esperança

Anatalia Rodrigues de Oliveira, 73 anos
Antonia Rodrigues de Oliveira Guedes, 92 anos
Benevaldo Jesus de Oliveira, 78 anos
Carmita Duarte da Silva, 95 anos
Celia Garutti da Fonseca, 88 anos
Celia Maria Marinho Martins Amaral de Souza, 58 anos
Wesley Antonio Guimarães de Freitas,

69 anos
Eliane Rodrigues Vidal, 55 anos
Hosana Carvalho Silva, 10 anos
José Amauri de Sousa, 76 anos
Josemar da Paz Santos, 23 anos
Leudimilde Correia de Souza de Melo, 66 anos
Maria Aparecida Moura Fernandes, 86 anos
Maria de Jesus Ferreira de Castro, 83 anos
Maria Esmerino Magalhães,

79 anos
Rafaela Niceto Fernandes, 61 anos
Raimunda Maria Lopes Santos, 87 anos
Seir Velozo, 82 anos

» Taguatinga

Abadia Luiz, 94 anos
Ana Antonia de Jesus dos Santos, 79 anos
Antonio Carlos Cassimiro de Lima, 65 anos
Diogo Ferreira Barbosa, 19 anos
Inacia Estolano de Macedo, 73 anos

Luzinete Vasco de Oliveira, 74 anos
Maria Ferreira Lima, 63 anos
Matheus Ferreira Correia, 30 anos
Sued Rodrigues Brasil, 77 anos

» Gama

Aldo Jorge da Silva, 65 anos
Jailton Ferreira dos Santos, 67 anos
Joacir Geraldo Rodrigues, 58 anos
Reginaldo Gomes de Paiva, 53 anos
Rui Batista Pacheco, 97 anos

» Planaltina

Davina Rosa de Jesus, 93 anos
José Almir Ferreira da Silva, 63 anos
José Wellington Monteiro da Silva, 60 anos
Maria da Conceição Barros Martins, 70 anos
Milton Gomes da Silva, 78 anos

» Sobradinho

Valdir Antonio de Brito, 65 anos

» Jardim Metropolitano

Pedro Rodrigues dos Santos, 65 anos
Anderson Rodrigues de Souza, 42 anos
Luiz Belini Ribeiro Pena, 65 anos
Claudio Eugenio dos Santos, 59 anos
Sirley Perin Nery, 42 anos (cremação)
Sheila Claussen D'Escragnolle Taunay, 74 anos (cremação)
Domervilo Bezerra da Silva, 59 anos (cremação)



VOTAÇÃO ENCERRADA!

Confira os grandes vencedores da 9ª Edição do Prêmio CB Folia nesta sexta-feira (20/02), com cobertura especial em nossas redes sociais e no site oficial do projeto.

Entre na festa!
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code:



Nos acompanhe e não perca nenhum detalhe do Carnaval de Brasília.

 @correio.braziliense
 correiobraziliense.com.br



Apoio:

PETRA

 Neoenergia
Brasília

CORREIO
BRAZILIENSE
PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO

 Clube
105.5
fm

 TV BRASÍLIA

 CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



Mesmo com o término oficial, carnaval de Brasília atraiu foliões na quarta-feira de cinzas

» CARLOS SILVA

Oficialmente, o carnaval acabou, mas a folia insistiu em ocupar as ruas do Distrito Federal na quarta-feira de cinzas. Enquanto parte da cidade retomava a rotina, blocos e festas mantiveram vivo o espírito carnavalesco e reuniram foliões dispostos a esticar a celebração por mais algumas horas — ou por mais um dia. Entre as opções que desafiam o calendário tradicional está o bloco Cinzeiro, que transforma a data marcada pelo recolhimento em um espaço de encontro, música e resistência cultural, mostrando que, para muitos, o carnaval só termina quando o último tambor silencia.

A programação começou às 15h, no bar Espelunca, no Setor Comercial Sul, com entrada gratuita. A abertura ficou por conta dos DJs do coletivo Cinzeiro, que retornam ao palco em diferentes momentos ao longo da tarde e da noite, intercalando as apresentações. O evento ainda reuniu atrações como o Bloco Fiuza, o DJ Beatmilla, o grupo Cortando Cebola, o BATUKENJÉ e a banda Macetada, além do encerramento com o DJ Pezão (Aparelhinho). Nem a chuva impediu a “ressaca” da folia, que seguiu até por volta das 23h, mantendo o clima carnavalesco.

O produtor de eventos Giovanni Ravelly, de 30 anos, veio da Estrutural para aproveitar o bloco e destacou a diversidade do carnaval de rua de Brasília como principal motivação. “Nossa cidade é repleta de bloquinhos bons, e no carnaval a gente quer sair para curtir, ainda mais quando o espaço é acessível e bem localizado”, afirma. Fantasiado

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Bloco de ressaca, o bloco Cinzeiro levou dezenas de pessoas ao Setor Comercial Sul



Organizadores defendem que é a oportunidade para quem não pôde curtir o carnaval

Quem disse que acabou?



A pequena Valentina, 6 anos, curtiu o bloquinho ao lado do pai

com um figurino inspirado em seu signo, Sagitário, Giovane avaliou positivamente o encerramento da folia. “Gostei muito, fui a outros blocos no centro e achei tudo bem organizado. Está de parabéns”, disse. Para quem ainda estava em casa, a folia deixou o convite: “Venham, se fantasiem, tragam a família. Brasília tem blocos bons e seguros para todo mundo”.

A médica aposentada Nélia Medeiros, moradora de Brasília há mais de cinco décadas, acompanhou o bloco com emoção e energia, celebrando a vida mesmo após uma perda recente. “Ano passado, perdi meu marido. Hoje, estou comemorando a alegria de estar viva, com saúde, apesar da minha idade”, afirmou. Nélia contou que encontrou no carnaval um espaço de acolhimento e renovação. “Se você está viva hoje, venha viver”, disse, ao avaliar positivamente o carnaval de rua da capital, que, segundo ela,

“está começando a melhorar a cada ano”. Para a folia, a festa representa mais do que diversão: é um convite à alegria, à música e à permanência da vida em movimento.

Xepa coletiva

Um dos fundadores e organizadores do Cinzeiro, Thum Thompson explica que o bloco chega à quarta edição com a proposta de “carnavalizar” a quarta-feira de cinzas e estender a folia para quem não conseguiu aproveitar os dias oficiais. “É uma oportunidade para quem trabalhou durante o carnaval também conseguir se divertir. Muita gente me agradece e diz que só consegue curtir por causa do Cinzeiro”, afirma.

Segundo ele, além da programação extensa, o bloco aposta na ocupação do Setor Comercial Sul pela facilidade de acesso e menor impacto para moradores. “O carnaval de Brasília está crescendo,

ganhando corpo e sendo reconhecido até por pessoas de fora. Ele movimenta a cidade, a economia e precisa de cada vez mais apoio”, avalia. Thompson destaca ainda que o encerramento do bloco é marcado por uma grande “xepa coletiva”, com foliões convidados a levar instrumentos para um cortejo pelo centro da capital.

Trabalhando e aproveitando a folia ao mesmo tempo, o comerciante Anderson Lisboa, 43, levou a filha Valentina, 6, e avaliou positivamente a edição deste ano. “O carnaval aqui foi maravilhoso, só alegria. Está bem melhor, com bastante segurança”, destacou. Segundo ele, a presença de policiamento contribuiu para um clima mais tranquilo nos blocos. “Quase não teve caso de briga. Este ano foi mais seguro”, disse. Valentina, vestida com uma fantasia colorida, contou que gostou especialmente dos confetes e das fantasias que viu pelo caminho.



Para Nélia Medeiros, a festa é uma celebração da vida



Giovanni Ravelly foi com fantasia inspirada no signo de Sagitário



Thum Thompson é um dos organizadores do bloco temporão

CB Folia premiará amanhã

A premiação da 9ª edição do CB Folia, iniciativa do **Correio** que reconhece e valoriza os blocos que animaram a cidade, será amanhã. Consolidado no calendário carnavalesco do Distrito Federal, o prêmio destaca não apenas a animação, mas também aspectos como estrutura, sustentabilidade e respeito ao público, reforçando a importância cultural e social do carnaval de rua para a capital.

Nesta edição, o CB Folia contempla sete categorias. Entre elas está Melhor Bloco de Rua, com premiação para primeiro, segundo e terceiro lugares definidos por júri técnico, além da categoria Melhor Bloco de Rua por Votação Popular, escolhida pelo público pela internet. Também serão premiados: o Melhor Momento do Carnaval, a Melhor Fantasia Adulta e a Melhor Fantasia Infantil, reconhecendo tanto iniciativas marcantes

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Os melhores blocos de rua do DF serão anunciados em evento no Correio Braziliense

quanto a criatividade dos foliões.

A escolha dos vencedores na categoria Melhor Bloco de Rua é feita por uma comissão julgadora formada por profissionais da área de jornalismo do **Correio**, que visitaram os blocos durante o Carnaval. A avaliação leva em conta critérios

como animação no bloco, com peso maior na pontuação, além de estrutura, sustentabilidade e respeito ao próximo. A partir dessas notas, são definidos os três blocos mais bem avaliados da edição.

Os resultados serão oficialmente divulgados em cerimônia no

auditório da sede do **Correio Braziliense**, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), ocasião em que será feita a entrega dos troféus aos blocos e foliões vencedores. A premiação é aberta ao público e também será divulgada no site especial do CB Folia e nas redes sociais do jornal.

Calorão marcou os dias de festa

Ed Alves CB/DA Press



Seguindo o ritmo que deu o tom de todo o carnaval no DF, a quarta-feira de cinzas começou ensolaradada e com altas temperaturas. Segundo o ClimaTempo, as temperaturas variaram entre 17°C e 30°C, mas o aumento da nebulosidade favoreceu a ocorrência de chuvas rápidas acompanhadas de trovoadas à tarde, com volume estimado em cerca de 10 milímetros. Para hoje, o cenário se mantém instável, com sol ao longo do dia e pancadas de chuva à tarde e à noite. A previsão indica aumento no volume de precipitação, que pode chegar a 30 milímetros, elevando o risco de trovoadas. A mínima prevista é de 18°C, e a máxima segue em 30°C, com umidade do ar elevada.

ESPORTES

correibraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

RECOPA SUL-AMERICANA Campeão do torneio como jogador em 2020, Filipe Luís aposta na conquista do troféu, agora como treinador, para colocar o Flamengo nos eixos em 2026. Feito diante do Lanús pode render novo recordes ao comandante

O peso da taça

DANILO QUEIROZ

O primeiro capítulo da decisão da Recopa Sul-Americana de 2026 colocará frente a frente Lanús e Flamengo, hoje, às 21h30, no Estádio La Fortaleza, em Buenos Aires. Embora o troféu não apareça no topo da lista de prioridades rubro-negras na temporada, o confronto dos detentores das taças continentais do ano passado surge como divisor de águas para um time em busca de estabilidade após oscilações no Campeonato Carioca, na Série A do Campeonato Brasileiro e o vice na Supercopa do Brasil. A ESPN e o Disney+ transmitem os primeiros 90 minutos do duelo ao vivo.

A taça continental pode funcionar como combustível emocional e técnico para o elenco comandado por Filipe Luís. O treinador tenta recolocar a equipe flamenguista no eixo depois de atuações inconsistentes no início do ano, incluindo sufoco para ir além da primeira fase do Campeonato Carioca — agora, o time está na semifinal contra o Madureira. Além de levantar mais um troféu internacional, o desafio representa a chance de reafirmar o projeto esportivo e consolidar o status de protagonismo do clube na América do Sul.

Dentro do Flamengo, o peso simbólico da Recopa Sul-Americana é reconhecido pelo técnico Filipe Luís. O treinador prometeu foco na luta para abrir uma boa vantagem diante do Lanús para definir o título na próxima quinta-feira, no Maracanã. “Quando entramos no CT (Ninho do Urubu), a parede tem os troféus. A Recopa está lá: uma conquista. Sabemos que queremos colocar mais uma lá. É um título muito difícil. O Flamengo, em 130 anos de história, só tem uma Recopa. Vamos para conquistar esse título com todas as nossas forças”, disse o treinador

Alexandre Vidal/Flamengo



Filipe Luís faturou o título internacional como jogador pelo Flamengo. Agora, trabalha para fazer a dobradinha também na função de treinador

rubro-negro em entrevista no domingo. A declaração reforça o caráter estratégico da decisão.

Filipe Luís, inclusive, estava em campo quando o Flamengo ganhou a Recopa Sul-Americana. Em 2020, o time mágico comandado pelo português Jorge Jesus — mentor e inspiração do atual técnico rubro-negro — bateu o Independiente del Valle, do Equador, e adicionou o título continental na galeria de conquistas. Três anos depois, o time carioca teve a oportunidade de faturar o bicampeonato do encontro anual dos campeões continentais, mas tomou o troco do

mesmo Del Valle a amargou o vice em pleno Maracanã.

No campo individual, a conquista pode colocar o atual comandante no mesmo patamar de Carlinhos em número de títulos pelo clube. Filipe soma Copa do Brasil (2024), Supercopa do Brasil (2025), Campeonato Carioca (2025), Libertadores (2025) e Campeonato Brasileiro (2025) na atual passagem. Carlinhos, em ciclos distintos, levantou Brasileirão (1987 e 1992), Carioca (1991, 1999 e 2000) e Copa Mercosul (1999).

Há outro marco no horizonte. O duelo diante do Lanús será o 97º

21h30	Estádio	Recopa	Transmissão
	La Fortaleza	Final — Ida	ESPN e Disney+
	LANÚS		FLAMENGO
Losada; Guidara, Ronaldo de Jesús, Izquierdoz e Marcih; Cardozo, Sepulveda e Moreno; Eduardo Salvio, Walter Bou e Ramiro Carrera		Rossi; Varela, Léo Ortiz, Léo Pereira e Alex Sandro; Erick Pulgar, Everton Araújo, Lucas Paquetá e Arrascaeta; Pedro e Cebolinha	
Técnico: Maurício Pellegrino		Técnico: Filipe Luís	
Árbitro: Alexis Herrera (VEN)			

LIBERTADORES

Botafogo cai e terá de buscar prejuízo no Rio

A altitude de 4 mil metros acima do nível do mar de Potosí, no Bolívia, impediu o Botafogo de construir uma vantagem na partida de ida da fase preliminar da Libertadores da América. Ontem, o alvinegro visitou o Nacional, sofreu com a bola aérea do time da casa e acabou derrotado por 1 x 0. Agora, o time volta para o Rio de Janeiro com a missão de reverter a situação na próxima quarta-feira, no Nilton Santos.

Dada a qualidade técnica do Nacional Potosí, o resultado não aparenta ser uma grande montanha para os botafogueses superarem em casa. No jogo de volta, os cariocas precisam ganhar por dois de diferença para avançarem no tempo regulamentar. Vitória alvinegra por um de frente força os pênaltis. No entanto, o 1 x 0 diante dos bolivianos ampliou a sequência negativa de derrotas atravessada pelo alvinegro. Somando partidas do Campeonato Carioca e da Série A do Campeonato Brasileiro, o alvinegro perdeu seis vezes seguidas, ampliando a urgência por uma resposta.

No primeiro tempo, o alvinegro segurou a pressão inicial

tradicionalmente imposta pelos mandantes na altitude. O time boliviano explorava os chutes de fora da área na tentativa de aproveitar a velocidade da bola. Baldomar chegou a acertar a trave. Talhado para contra-atacar, o Botafogo levou perigo em chutes de Barrera e Newton, mas pecou na mira. Matheus Martins saiu cara a cara com o goleiro Galindo. Porém, finalizou errado.

Com muitas finalizações acumuladas, o Nacional acertou a primeira no alvo no minuto inicial do segundo tempo. Após cruzamento, Baldomar apareceu livre e venceu o goleiro Léo Linck. Pouco depois, o Botafogo perdeu grande chance. Montoro apareceu livre na segunda trave, mas finalizou na trave. Restrepo chegou a ampliar para o Potosí, mas o lance foi impugnado por impedimento. Os minutos derradeiros do jogo foram de baixa qualidade técnica. Com muitos erros, nenhuma das equipes mexeu no placar.

Diante das condições, o Botafogo voltou para casa extremamente vivo. No entanto, a necessidade de resposta é imediata para não comprometer o principal objetivo do início de ano alvinegro.

Aizar Raldes/AFP



Alvinegro sofreu na altitude de 4 mil metros, mas voltou para casa vivo

Bahia perde

O Bahia perdeu a invencibilidade na temporada de 2026 da pior maneira possível. Apático no estádio El Teniente, em Rancagua, no Chile, saiu em desvantagem no jogo de ida da 2ª fase da pré-Libertadores, ao ser derrotado pelo O'Higgins por 1 x 0, ontem. O gol saiu com quatro minutos de jogo, com Francisco González.

O tricolor, agora, precisa vencer por dois ou mais gols de diferença para avançar à terceira fase, última antes da fase de grupos. Em caso de nova derrota, ou empate, o time chileno ficará com a vaga. O duelo acontece na próxima quarta-feira, às 19h, na

Fonte Nova, em Salvador.

O Bahia começou a partida pressionado pelo O'Higgins e logo foi surpreendido, quando Francisco González ganhou a dividida e acertou lindo chute no ângulo de Ronaldo, com quatro minutos de jogo. O gol cedo desestabilizou ainda mais o time brasileiro, que não conseguia ficar com a bola e sofria com as investidas chilenas.

O time até conseguiu ter mais a posse da bola, mas o nervosismo ainda atrapalhou. Na volta do intervalo, o panorama foi o mesmo. Gabriel Xavier teve a primeira melhor chance do time baiano, em cabeçada rente à trave. Entretanto, o pouco bom momento não se transformou em pressão.

Basquete

Derrotado na terça-feira por 92 x 91 pelo Minas, em duelo direto pelo G-4 do Novo Basquete Brasil, o Brasília, retorna à quadra da elite nacional para o confronto diante de outra companhia mineira. Hoje, às 20h, o time do Distrito Federal visita o Cruzeiro no Ginásio Dona Salomé na busca pela 20ª vitória na temporada 2025/2026 da competição, enquanto a Raposa está à caça do nono triunfo. A partida terá transmissão gratuita do canal do NBB no YouTube.

de Filipe no comando do Flamengo. O último treinador a ultrapassar a barreira dos 100 jogos em uma mesma passagem foi justamente Carlinhos, em 1993. A Recopa pode, portanto, simbolizar não apenas um título, mas a consolidação de um ciclo longo e vitorioso. Existe ainda um componente histórico pessoal. Caso confirme o título, Filipe se tornará campeão da Recopa como jogador e treinador, feito raro no futebol brasileiro.

Volta dos destaques

No campo e bola, Filipe Luís deve fazer modificações no time responsável por vencer o Botafogo e avançar no Carioca. Descansada e evoluindo fisicamente, a cavalaria rubro-negra deve ganhar minutos, com a volta de titulares como Rossi, Léo Pereira, Léo Ortiz, Alex Sandro, Cebolinha, Arrascaeta e Pedro em busca de nova atuação consistente. Os desfalques são os lesionados Jorginho e Saúl. Ainda em tratativas com o Bragantino em busca de um entendimento por uma transferência, Wallace Yan não viajou a Buenos Aires.

Do outro lado, o Lanús aposta na força de La Fortaleza para abrir vantagem. A atmosfera argentina costuma impor pressão intensa aos visitantes. Para o Flamengo, sair com resultado positivo fora de casa significará mais do que vantagem esportiva: representará o primeiro passo concreto rumo à retomada da confiança. A decisão da Recopa, portanto, carrega múltiplas camadas. Vale a taça, vale a estabilidade de um início de temporada turbulento e vale um capítulo a mais na história de um treinador com a missão de transformar promessa em legado. Se o troféu não era prioridade quando o ano virou, a oportunidade de mudar o rumo gritando “é campeão” certamente passou a ser.

CHAMPIONS LEAGUE

Uefa investiga racismo contra Vinicius Junior

A Uefa abriu um procedimento disciplinar para investigar os acontecimentos registrados no confronto entre Benfica e Real Madrid, válido pelo jogo de ida dos playoffs da Champions League disputado na terça-feira, em Lisboa. A apuração gira em torno da acusação de injúria racial feita por Vinicius Júnior contra o argentino Gianluca Prestianni.

Antes de avançar com a investigação, a entidade europeia analisa o relatório oficial elaborado pelo delegado da partida. O documento registra a ativação do protocolo antirracismo e a interrupção do jogo por cerca de nove minutos. A partir dessa avaliação inicial, a Uefa decidirá os próximos passos, incluindo a coleta de depoimentos dos atletas envolvidos e de testemunhas que estavam em campo no momento da confusão — entre elas, Kylian Mbappé.

Em nota oficial, a Uefa afirmou que está revisando os documentos referentes aos jogos disputados na noite desta terça-feira. Segundo a entidade, caso haja uma denúncia formal, o processo disciplinar é automaticamente aberto e eventuais

Repescagem

Jogos de ida
Terça
Galatasaray 5 x 2 Juventus
Benfica 0 x 1 Real Madrid
Monaco 2 x 3 PSG
Borussia Dortmund 2 x 0 Atalanta

Ontem
Qarabag 1 x 6 Newcastle
Bodo/Glimt 3 x 1 Inter de Milão
Brugge 3 x 3 Atlético de Madrid
Olympiacos 0 x 2 Bayer Leverkusen

punições são divulgadas nos canais oficiais do órgão.

Apesar da abertura do procedimento, pessoas ligadas ao caso, como informou o jornal espanhol As, avaliam que a comprovação de uma ofensa de cunho racista não será simples. A definição de sanções depende da clareza dos relatos, da consistência das provas e da convergência entre súmula, imagens e testemunhos.

O Código Disciplinar da Uefa prevê punições severas. O artigo 14 estabelece suspensão mínima de 10 partidas — ou penalidade equivalente — para qualquer indivíduo ou entidade que atente contra a dignidade humana por razões como cor da pele, origem, religião, gênero ou orientação sexual, desde que o ato seja devidamente comprovado.

ESPORTES

COPA DO BRASIL Alviverde bate o Monte Roraima, alcança oito jogos de invencibilidade e enfrentará o Goiás na segunda fase

Quem ousa parar este Gama?

MEL KAROLINE*

A Copa do Brasil não perdoa distrações, e o Gama levou o discurso a sério. Ontem, no gramado pesado do Estádio Bezerrão, castigado devido às chuvas na região, o maior campeão do Distrito Federal recebeu o Monte Roraima, pela primeira fase do mata-mata nacional, e venceu por 2 x 0. Russo e David Lucas assinaram o triunfo alviverde.

O resultado ampliou para oito jogos a invencibilidade do Gama na temporada 2026, com sete triunfos e um empate. O time ainda não perdeu sob o comando do técnico Luís Carlos Souza, à frente da equipe desde março de 2025.

Com a classificação do Gama, o Distrito Federal terá três representantes na segunda fase da Copa do Brasil. O Ceilândia enfrentará o Jacuipense na quarta-feira (25/2), às 19h45. No mesmo dia, às 15h45, o Capital visita a Juazeirense. Também na próxima semana, o alviverde recebe o Goiás no Bezerrão. O pontapé inicial está previsto para às 16h.

Pela participação na Copa do Brasil, o Gama embolsou R\$ 400 mil. A classificação adicionou aos cofres alviverdes mais R\$ 830 mil em premiação.

Acostumado a ter partidas decididas pelo artilheiro Felipe Clemente, autor de sete gols em oito partidas, o Gama viu os meias assumirem o protagonismo. Russo inaugurou o placar com 23 minutos de jogo. Confortável na construção

Diller Abreu/FFDF



pela direita, David Lucas ampliou antes dos 30 de bola rolando.

Antes de voltar a pensar em Copa do Brasil, o Gama retorna as atenções ao Campeonato Candango 2026. O atual campeão do DF enfrentará o Aruc no Bezerrão, no sábado (21/2), às 19h30. O alviverde lidera, com 19 pontos, cinco a mais do que o segundo colocado Samambaia, e está classificado à

semifinal a duas rodadas do fim.

Um dos símbolos da boa fase do Gama sob o comando de Luís Carlos Souza, o goleiro Renan Rinaldi exaltou o desempenho da equipe no retorno a um torneio nacional. “Ficamos mais perto do terceiro gol do que eles do primeiro. É parabenizar a equipe. Agora, é pensar no Aruc primeiro, é uma etapa de cada vez. Sabemos que

será um jogo difícil, é um time de Série B, é concentrar o máximo possível, trabalhar e vermos o que podemos melhorar”, destacou à transmissão da Federação de Futebol do Distrito Federal (FFDF).

Gama e Monte Roraima começaram o confronto debaixo de chuva. Após 26 minutos de um duelo disputado, o alviverde abriu o placar. Na cobrança

de falta pela direita, o lateral Michel alçou a bola na área, e Russo mandou para o fundo da rede. Uma coisa era certa: a noite era dos donos da casa. Tudo parecia funcionar. Ousado, o meia David Lucas chutou do meio de campo e, direto ao alvo, a vantagem foi ampliada, incendiando as arquibancadas do Bezerrão.

O Monte Roraima voltou mais

1ª fase

Terça-feira

Sampaio Corrêa-RJ 1 (1) x (3) 1 Desportiva Ferroviária

Ontem

Porto-BA 2 x 1 Serra Branca
Maguary 1 x 0 Laguna
Baré 0 x 3 Madureira
Araguaína 0 x 3 Primavera-SP
Gama 2 x 0 Monte Roraima
Betim 1 x 0 Piauí
América de Propriá 1 (3) x (5) 1 Tirol
Santa Catarina 2 x 0 IAPE
Ivinhema 1 x 0 Independente-AP
Ji-Paraná 2 x 0 Pantanal
Galvez 1 (2) x (3) 1 Guaporé

Hoje

20h Primavera-MT x Bragantino-PA
21h Vasco-AC x Velo Clube

Jogadores do Gama comemoram a classificação e invencibilidade de oito partidas em 2026, com sete vitórias

reativo para o segundo tempo. O Gama controlava o resultado e apostava na ofensividade para chegar ao ataque. O clube do DF ia empilhando chances perdidas para fazer o terceiro gol. Sequências e sequências de defesas do goleiro Luis Henrique levavam a torcida à loucura.

***Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini**

VASCO

Desgastado, Coutinho explica pedido de saída

Philippe Coutinho fez uma emotiva carta de despedida do Vasco, ontem, na qual explicou o principal motivo para a decisão em antecipar o fim do contrato, que duraria até o meio da temporada, e pedir a rescisão: a saúde mental. O meia ainda fez juras de amor ao clube e garantiu que jamais desrespeitaria a torcida.

Substituído diante do Volta Redonda no sábado, em jogo pelas quartas de final do Campeonato Carioca, o jogador foi bastante vaiado e xingado pela torcida e sequer ficou no banco de reservas no segundo tempo torcendo pelos companheiros. O time perdia por 1 x 0, buscou a igualdade e se classificou nos pênaltis para enfrentar o Fluminense nos domingos de 22 de fevereiro e 1º de março.

“Eu pensei muito antes de escrever aqui. Pensei mesmo. Mas, pelo respeito, pelo carinho e pelo amor que eu tenho por vocês e por esse clube, eu senti que precisava vir aqui e falar de coração aberto”, iniciou no texto de despedida.

“Eu escolhi voltar para o Vasco, porque amo esse clube. Amo tudo que o Vasco repre-

senta na minha vida. Vestir essa camisa foi uma das escolhas mais importantes que eu já fiz. E, em cada treino, em cada jogo, eu dei o meu melhor. Sempre! Nunca faltou entrega, nunca faltou vontade e comprometimento”, afirmou.

Além de uma despedida, a publicação foi um desabafo para parte dos torcedores, que o acusavam de desinteresse em algumas partidas. “Ser julgado por inúmeras pessoas por algo que não faz parte do meu caráter é difícil demais. Eu jamais desrespeitaria a torcida, meus companheiros e o Vasco. Nunca fiz isso em lugar nenhum por onde passei. Quem me conhece, sabe disso”, defendeu-se.

“Naquele momento, na ida para o vestiário (sob vaias, contra o Volta Redonda), eu senti e percebi que meu ciclo no clube tinha acabado, e eu não voltei (ao banco de reservas) para priorizar minha saúde mental. Isso dói muito”, esclareceu. “A verdade é que estou muito cansado mentalmente. Sempre fui muito reservado, então falar isso aqui não é fácil, mas eu preciso ser honesto”, enfatizou.

Matheus Lima/Vasco



Apresentado em 13 de Julho de 2024, o meia encerra passagem com 81 jogos, 17 gols e sete assistências

Deixando claro que a decisão não tem volta, declarou-se ao Gigante da Colina. “Minha relação com o Vasco é de amor. E vai continuar para sempre. Com o coração apertado, eu entendo que agora seja o momento de dar um passo para trás e encerrar esse ciclo no Vasco”. “Eu sou grato por tudo que vivi aqui. Vou levar o Vasco comigo para sempre. No peito. Na história. Na vida. De coração... Obrigado por tudo”, pontuou.

O meia comunicou a decisão ao técnico Fernando Diniz

antes de pedir a rescisão à diretoria. Mas não deve ficar muito tempo desempregado, pois tem sondagens do Los Angeles Galaxy, dos Estados Unidos. O comandante até tentou demonstrar a ideia, mas ouviu que a decisão é “irreversível.”

No Vasco desde julho de 2024, Coutinho disputou 81 partidas na segunda passagem pelo clube, marcou 17 gols e deu sete assistências. Esteve perto dos títulos da Copa do Brasil de 2024 e de 2025, com as

campanhas de semifinal e final.

O rompimento de Coutinho com o Vasco expõe uma relação tóxica entre ídolos e torcedores. Em 2021, Willian retornou ao Corinthians, mas rescindiu o contrato devido à pressão da Fiel, com ameaças à família dele. Retornou à Europa e, atualmente, defende o Grêmio. Hulk também foi cobrado por atletas, mas resiste. Lucas Moura não escapou de momentos de tensão no São Paulo, assim como Neymar, no Santos.

Luis Miguel Ferreira/athletico.com.br



Mendoza (E) jogou no Timão em 2015 e pode marcar contra o ex-time

BRASILEIRÃO

Contra o Corinthians, Athletico pode seguir 100%

O Athletico-PR é o único entre os 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro com possibilidade de fechar com os três primeiros compromissos pela competição com aproveitamento perfeito. Vitorioso contra Internacional e Santos, o Furação recebe, hoje, às 19h30, o Corinthians, em duelo atrasado pela 2ª rodada. Record, CazéTV (YouTube) e Premiere transmitem.

Hoje, todos os integrantes do G-4 somam sete pontos. Portanto, vitória em Curitiba alçaria o quinto colocado Athletico-PR à ponta isolada, com dois pontos de vantagem em relação a Palmeiras, São Paulo, Fluminense e Bahia.

Campeão da Série A em 2001, o Furação sonha em voltar à liderança após 650 dias. A última vez foi em maio de 2024, ao fim da 6ª rodada daquela temporada, que transformou a euforia em melancolia, devido ao rebaixamento.

Uma virtude do Athletico-PR, do técnico Odair Hellmann, é o poder de concentração. Os gols das vitórias sobre Internacional e Santos saíram aos nove minutos de jogo e aos 46 do segundo tempo, respectivamente. É um grupo que não baixa a guarda.

Ao lado do RB Bragantino, o Athletico-PR tem a menor média de idade entre os times já escalados, de 26,5 anos. O destaque

paranaense é o meia Felipe Chiqueti, 21. Em oito partidas na temporada, marcou cinco gols e distribuiu três assistências.

O Corinthians busca alternativas para suprir a ausência do lesionado Yuri Alberto. Em recuperação de lesão muscular, e fora por aproximadamente quatro semanas, o camisa 9 observa a disputa entre Pedro Raul e Gui Negão.

Ambos disputaram sete jogos em 2026, mas somente Gui Negão marcou: um, contra Capivariano, pelo Paulistão. No meio, Breno Bidon também está machucado, e Rodrigo Garro pode ser preservado devido ao gramado artificial da Ligga Arena.

Destaque do dia

Anne-Christine Poujoulat/AFP



Jogos de Inverno

Um cachorro chamado Nazgûl invadiu a prova por equipes de esqui cross-country e interferiu no tempo de uma brasileira. Antes de Duda Ribera concluir a descida, o animal cruzou a chegada, e a tecnologia contabilizou o tempo para a atleta. O resultado, porém, foi corrigido, com o Brasil em 21º e fora da final.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Vazia das 12h22 até 16h40 HBr. A conjunção de Saturno e Netuno é amanhã, porém, hoje, quando a Lua Vazia terminar e ingressar em Áries, ela vai unir Saturno e Netuno entre as 17h47 e 17h56 HBr, configurando algo mais raro ainda que essa conjunção acontecer no início da ronda zodiacal. Eventos estelares dessa magnitude não costumam produzir acontecimentos pontuais que sejam exemplo para nossa humanidade constatar a relação entre céu e terra, porém, servem de apoio para processos que se estendem ao longo de gerações, com o potencial de precipitar o que é o principal objetivo de todo ser humano, a integração consciente com o Universo. Não esperem um grande evento nem hoje nem amanhã, melhor participarmos ativa e conscientemente, dentro de nosso alcance, no processo de melhora dos relacionamentos sociais e políticos da civilização.



ÁRIES
21/03 a 20/04

As demandas que a Vida lhe faz chegam através das pessoas, mas também da maneira com que você pensa que deveria atuar. Há demandas de todos os tipos e agora se torna imprescindível que você as selecione com sabedoria.



TOURO
21/04 a 20/05

Quando o progresso é apenas material, com o tempo a alma fica desidratada e amarga. O verdadeiro progresso há de ser integral, ou seja, material e espiritual, essa é a única maneira segura de enriquecer. Só assim.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Às vezes, não é possível selecionar direito as pessoas que sua alma precisa, e assim são feitas escolhas desprovidas de sentimentos, mas cheias de assuntos objetivos. Considere isso como uma necessidade básica.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Se nada é perfeito, pelo menos que isso sirva para aperfeiçoar todos os processos, em vez de se acomodar em situações mequetrefes. Agora começa um longo período de tentativas e de erros, com resultados concretos.



LEÃO
22/07 a 22/08

A partir de agora começa a decolagem, porque se encerra o longo tempo em que sua alma ficou patinando no mesmo lugar sem conseguir transcender os problemas que a limitavam. A partir de agora tudo será diferente.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Melhor não esperar não ter nada a perder para se atrever a tomar atitudes positivas diante dos desafios. Melhor você se adiantar a essa situação, para evitar transtornos que não seriam estritamente necessários.



LIBRA
23/09 a 22/10

Lidar com certo tipo de pessoas é um desafio enorme, porque você precisa delas, mas ao mesmo tempo elas lhe causam antipatia. Melhor se acostumar a essa discrepância, que parece ter chegado para ficar por um bom tempo.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

A diversidade das potencialidades que sua alma percebe é incompatível com o tempo disponível para as explorar. Tenha isso em mente nos próximos meses, para não abraçar tudo, mas selecionar com discernimento.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Nunca vai faltar motivação e entusiasmo a você, a única pergunta que resta é, será que sua alma vai se entusiasmar pelo projeto certo? Faça a si essa pergunta todos os dias, para evitar equívocos e mal-entendidos.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Neste momento o passado e o futuro se dividem no gerúndio, porque enquanto você toma as decisões, sejam essas silenciosas ou públicas, o que você era até aqui vai sendo enterrado enquanto o futuro se desenvolve.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Muitas coisas serão ditas, muitas propostas serão colocadas sobre a mesa a partir de agora, mas você precisa segurar seu entusiasmo para não se precipitar a aceitar algo que, depois, se tornará insuportável.



PEIXES
20/02 a 20/03

As manobras que você tiver de fazer para evitar problemas no futuro precisam ser colocadas em marcha o quanto antes, mas especialmente neste momento, em que tudo ajuda nesse sentido. Só falta você tomar a iniciativa.

MÚSICA



Divulgação

Samba da Akotirene, em Ceilândia, chega à terceira edição com roda feita por mulheres

Ritmo ancestral

» JOÃO PEDRO ALVES*

Com roda de samba realizada por mulheres, a Casa Akotirene, em Ceilândia, recebe programação musical neste sábado (21/2), das 12h às 18h. Entre as atrações confirmadas estão Gig do Samba da Loba, Kika Ribeiro, Samba Delas e Fernanda Jacob, além da DJ Ketlen nas picapes, que homenageiam nomes como Clementina de Jesus, Dona Ivone Lara, Alcione, Jovelina Pérola Negra e Leci Brandão. A entrada é gratuita.

Essa é a terceira edição do Samba da Akotirene, projeto que carrega o nome de uma mulher negra, liderança do Quilombo dos Palmares. Nesta roda, referências femininas do gênero são celebradas com objetivo de manter viva o legado das sambistas. “Mais do que revisitar clássicos, o repertório propõe um encontro entre memória e atualidade. Honrar quem veio antes é, também, garantir que a roda continue girando no presente”, afirma Joice Marques, presidente da Casa Akotirene.

A cantora Kika Ribeiro preparou apresentação voltada para sambas de terreiro, partido-alto e clássicos que exaltam ancestralidade. “A ideia é fazer uma roda viva, pulsante, onde ninguém fica só assistindo, todo mundo participa, canta, vibra.” Para ela, uma roda composta por mulheres é um ato de afirmação e continuidade

histórica. “O samba sempre teve presença feminina muito forte, mas nem sempre reconhecida. Quando a gente ocupa esse espaço como protagonistas, reafirmamos que o samba também é nosso”, diz Kika.

O Samba da Akotirene integra a segunda edição do projeto Formação de Arte e Cultura nas Periferias, realizado pelo Jovem de Expressão em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Secec-DF). Outras ações do projeto são o CarnaFlow e o Festival Cine de Expressão, em Ceilândia, e Reggae na Praça e Baile Breguenaite, em São Sebastião.

A Casa Akotirene oferece, há sete anos, cursos e oficinas para a comunidade, como corte e costura, cabeleireiro, barbeiro, tranças, música, informática e literatura afro-brasileira. Segundo Kika Ribeiro, o projeto garante estrutura e visibilidade para artistas que, muitas vezes, não encontram palco em outros lugares.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

SERVIÇO:

Samba da Akotirene, neste sábado (21/2), das 12 às 18h, na Casa Akotirene (QNN 23, Conjunto J, Casa 35, Ceilândia). Entrada gratuita.

CRUZADAS

Integrantes das forças de segurança pública	Cavalo pequeno e ágil	É ligado ao Atlântico pelo Estreito de Magalhães (Geog.)	"(?) Vice", série famosa dos anos 1980			Ponte que impede a passagem do gado	"As Meninas (?)", desenho animado
"(?) Decide", programa (TV)	→	↓	↓				↓
				Agrediu; violentou	→		
				De modo nenhum			
Elemento muito usado em letreiros luminosos	→			↓	Museu de Arte (SP)	→	
Edward Albee, dramaturgo	→		Jonas (?), sacerdote	→	↓		Tenho ciência
			Tipo de torniquete				502, em romanos
→			↓		União Ruralista	→	
					Apalpou		
Requebrada	Insistir; teimar (fig.)			Faixa, em inglês	→		
Agente do cantor	↓						
→							
Rio suíço	→			Promessa de casamento			Sufixo de "filhote"
Magistrado da Grécia Antiga				↓			Cinta da calça
→					Ceará (sigla)	→	↓
					Lustrar		
Ditador iugoslavo	→				Ser contrário a algo	→	
→							
Enguiçado			"(?) fault": "é necessário" (francês)	←	Avenida (abrev.)		Terminação da palavra no plural
A carreira do professor universitário					↓		→
Advogados de acusação	→						
→							

BANCO. 2/il. 4/ab/b — título. 5/strip. 7/arconte. 58

DIRETAS DE ONTEM

Q		A		A
O	U	T	B	R
I	E	T	N	I
N	O	V	I	T
T	R	I	A	G
C	A	I	S	P
D	A	I	O	P
A	S	A	N	O
B	I	O	D	I
B	O	L	A	E
A	E	E	F	A
V	E	L	I	O
I	O	N	U	A
S	R	H	I	V
A	T	A	C	A
A	M	A	D	O

SUDOKU DE ONTEM

1	6	4	9	7	3	8	5	2
7	8	9	5	2	6	1	4	3
3	2	5	1	4	8	7	6	9
6	7	3	2	9	5	4	8	1
5	9	1	8	6	4	2	3	7
8	4	2	3	1	7	6	9	5
9	3	6	7	8	2	5	1	4
4	1	7	6	5	9	3	2	8
2	5	8	4	3	1	9	7	6

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br

Assine agora!

COQUETEL

Diversão & Arte

» JOÃO PEDRO CARVALHO*

Salve Geral: Irmandade estreou na Netflix e traz um debate sobre um dos capítulos mais delicados da história recente do país: a ascensão do crime organizado. O longa mergulha nos bastidores do mundo do crime e nas conexões entre o sistema prisional e as ruas, com uma narrativa marcada por tensão, disputas de poder e dilemas morais.

O filme é uma continuação da série *Irmandade*, lançada em outubro de 2019, e foi inspirado em acontecimentos reais que marcam o país. A narrativa é centrada nas engrenagens de uma facção criminosa e nas relações de poder que sustentam a estrutura. A trama aposta em uma abordagem dramática e humana para retratar personagens atravessados por escolhas-limite, nas quais lealdade, medo e sobrevivência se misturam em um cenário de constante instabilidade.

Mais do que um suspense policial, *Salve Geral: Irmandade* propõe uma reflexão sobre as fragilidades do sistema prisional brasileiro e os impactos sociais de um modelo que, muitas vezes, alimenta o próprio ciclo de violência que busca combater. O roteiro explora os bastidores de decisões estratégicas, alianças e conflitos internos, oferecendo ao público um olhar ampliado sobre as dinâmicas que estruturam o crime organizado.

O filme investe em uma atmosfera tensa, com cenas que alternam entre o ambiente claustrofóbico das prisões e o cotidiano das cidades sob ameaça. A direção aposta no realismo e na construção de personagens complexos, evitando simplificações e buscando apresentar diferentes perspectivas dentro do mesmo conflito.

Entre os destaques do elenco está Seu Jorge, que assume um papel de forte carga dramática, ao viver o personagem Edinho. Reconhecido por sua trajetória no cinema nacional, o artista retorna às telas em um personagem que dialoga com temas sociais e com a densidade emocional exigida pela narrativa. Sua atuação acrescenta camadas ao filme e reforça o peso simbólico da ficção.

Entrevista // Seu Jorge

Como é voltar com a saga *Irmandade* depois do sucesso da série?

Voltar para o universo de *Irmandade* foi reencontrar uma história que marcou muito a minha trajetória, e também revisitar o Edinho, um personagem cheio de camadas, que carrega suas escolhas, seus conflitos e a responsabilidade pelas consequências delas. Eu fiquei muito feliz de voltar a esse papel e de perceber como esse universo continua vivo e se expandindo cada vez mais. Estou com uma expectativa grande para a estreia e curioso para ver como o público vai receber mais esse capítulo dessa história.

O filme mostra você, como pai, vendo sua filha pela primeira vez depois de um tempo preso. Qual foi o peso dessa cena para você?

É uma cena que carrega uma dimensão profundamente humana. Ela fala sobre vínculos, sobre o tempo perdido e sobre tudo aquilo que não cabe nas palavras. Como ator, meu trabalho foi me conectar a essa emoção de forma verdadeira e buscar as nuances de um encontro atravessado por vários sentimentos: amor, culpa,

EM ENTREVISTA AO **CORREIO**, O MÚSICO E ATOR SEU JORGE FALA SOBRE O FILME **SALVE GERAL: IRMANDADE**, QUE ESTREOU NA NETFLIX E ABORDA A QUESTÃO DO CRIME ORGANIZADO

CENAS DA URGÊNCIA DO BRASIL

esperança e silêncio. O que mais me tocou foi justamente essa camada emocional. Mesmo dentro de uma narrativa intensa, movida por dilemas e conflitos, o filme nunca perde de vista quais são as relações humanas que sustentam a história. Foi um momento muito forte para mim em cena e um daqueles lembretes do poder que a dramaturgia tem de nos aproximar de sentimentos universais.

Como produções como essa podem ajudar a sociedade a perceber problemas sociais?

Quando o cinema e o audiovisual apresentam personagens cheios de camadas, com dilemas morais e emocionais, eles convidam o público a olhar para essas histórias com mais empatia. *Salve Geral: Irmandade* fala muito sobre escolhas, consequências e sobre o custo do poder, temas que são universais. Se o filme gerar conversa e diferentes leituras, ele já cumpre um papel muito bonito dentro da arte.

O que esse filme acrescenta na carreira do Seu Jorge como ator?

Cada projeto que me desafia emocionalmente e artisticamente é um passo importante na minha trajetória. Esse filme me permitiu revisitar um personagem intenso e, ao mesmo tempo, explorá-lo sob novas perspectivas, dentro de uma linguagem mais cinematográfica e com uma escala de produção muito impressionante. Trabalhar com uma equipe tão comprometida, sob a direção do Pedro Morelli, e ao lado de um elenco tão potente, foi uma experiência de muito aprendizado. Também fico feliz de ver o audiovisual brasileiro ocupar cada vez espaços maiores e mostrar sua capacidade de realizar produções competitivas internacionalmente. Fazer parte disso é motivo de orgulho para qualquer artista.

Como percebeu, na condição de espectador, *Salve Geral: Irmandade*?

É um filme muito impactante, daqueles que prendem o espectador não só pela ação, mas principalmente pela densidade dos personagens. Existe um cuidado técnico impressionante, que amplia a sensação de urgência e coloca o público dentro da história. O filme é movido por personagens que não cabem em rótulos fáceis, com muitas contradições, e mulheres que estão no comando das decisões mais importantes da trama. Estou muito animado para essa estreia e curioso para ver como as pessoas vão se conectar com essa história.

*Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

Seu Jorge como Edson, e Yetunde Antonieta, em *Salve Geral — Irmandade*

Direito & Justiça



Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Justiça do Trabalho soma 25,6 milhões de ações em dez anos

Maria Eduarda Lavocat

Entre 2015 e 2025, tramitaram mais de 25,6 milhões de processos trabalhistas no Brasil, o que confirma a Justiça do Trabalho como uma das mais demandadas. O dado consta da pesquisa “Retrospectiva dos Processos Trabalhistas 2015–2025”, realizada pela Predictus, empresa de tecnologia da informação especializada em dados jurídicos e detentora da maior base de processos judiciais do país.

De acordo com Hendrik Eichler, fundador da Predictus e especialista em dados judiciais e big data, o estudo foi conduzido a partir de uma análise aprofundada da base de dados proprietária da empresa. Ao todo, a pesquisa abrange um período de dez anos, durante o qual foram examinadas mais de 25,6 milhões de novas ações trabalhistas ajuizadas em todo o território nacional.

A metodologia envolve o processamento automatizado de grandes volumes de dados judiciais, complementado por informações da Receita Federal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do IBGE. “A análise é enriquecida por agentes de inteligência artificial especializados em direito trabalhista e validada por uma equipe de curadoria humana”, explica.

Na avaliação do especialista, o volume de processos trabalhistas no Brasil chama atenção quando comparado ao cenário internacional. “O país se destaca pelo elevado nível de litigiosidade trabalhista. Embora o estudo não faça uma comparação direta com outros países, os dados mostram que, mesmo após a queda observada no pós-reforma, o número de ações permanece muito elevado em termos absolutos, posicionando a Justiça do Trabalho entre as mais demandadas do mundo”, afirma.

Segundo Eichler, diversos fatores estruturais contribuem para esse cenário, entre eles a persistência de uma cultura do conflito trabalhista, a complexidade da legislação, historicamente detalhista e abrangente, e o acesso relativamente amplo à Justiça do Trabalho, mesmo após as mudanças recentes.

A pesquisa mostra que o período analisado começou com patamares extremamente elevados de reclamações trabalhistas, seguidos por quedas abruptas e, mais recentemente, por uma retomada gradual. Em 2015, foram ajuizadas cerca de 2,85 milhões de ações trabalhistas. No ano seguinte, o número subiu para 3,06 milhões, o maior volume anual de toda a série histórica. O biênio coincidiu com a recessão

econômica de 2015 e 2016, marcada por demissões em larga escala e disputas por verbas rescisórias, o que levou a Justiça do Trabalho a níveis recordes de congestionamento.

Em 2017, o volume de processos permaneceu próximo ao pico, com 2,95 milhões de novas ações. A inflexão ocorreu a partir de novembro, com a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, a Reforma Trabalhista, que alterou de forma significativa os incentivos à litigância. Em 2018, o total de novas ações caiu para cerca de 2,03 milhões, uma redução aproximada de 31,2%. A retração representou centenas de milhares de disputas a menos nos tribunais e marcou uma mudança estrutural no contencioso trabalhista brasileiro.

Segundo Eichler, a redução expressiva se explica pelas alterações nos incentivos para litigar. “A reforma introduziu mecanismos que aumentaram o risco para o reclamante, como a possibilidade de arcar com honorários de sucumbência e custos periciais em caso de derrota. Isso desestimulou a judicialização de pedidos de baixo valor ou sem fundamento claro, filtrando o que chega aos tribunais e resultando em uma queda de quase 800 mil processos anuais”, complementa.

A partir de 2019, o volume de ações voltou a subir, alcançando 2,34 milhões, ainda bem abaixo do patamar pré-reforma, mas já

indicando um processo de adaptação ao novo marco legal. Em 2020, porém, com a economia em forte retração e os tribunais operando em regime emergencial, o número de novas ações caiu novamente, atingindo 1,76 milhão de processos — uma redução de cerca de 25% em relação ao ano anterior e o ponto mais baixo da litigiosidade trabalhista na última década, quase 42% inferior ao pico de 2016.

Eichler atribui essa queda à paralisação de atividades econômicas, à insegurança dos trabalhadores em acionar a Justiça em meio à crise, às dificuldades de acesso aos tribunais durante a transição para o modelo virtual e à adoção de medidas emergenciais, como a suspensão de contratos e a redução de jornada e salários, que postergaram demissões e potenciais litígios.

Em 2021, o volume de ações permaneceu praticamente estável, com cerca de 1,78 milhão de processos, sinalizando uma recuperação ainda lenta. A partir de 2022, no entanto, os dados mostram uma retomada mais consistente, acompanhando a recuperação econômica pós-pandemia e a adaptação às regras pós-reforma. Os processos passaram de 1,89 milhão em 2022 para 2,10 milhões em 2023, chegaram a 2,40 milhões em 2024 e alcançaram 2,47 milhões em 2025, consolidando a recuperação, embora o patamar ainda permaneça cerca de 19% abaixo do recorde registrado em 2016.

2025 e o retrato atual

O volume de 2,47 milhões de ações em 2025 confirma que a Justiça do Trabalho segue altamente demandada, com cerca de 200 mil novos processos por mês, em nível semelhante ao observado antes da reforma. Ao mesmo tempo, os dados revelam uma forte assimetria: enquanto a maioria das empresas aparece de forma pontual nas estatísticas, os grandes empregadores concentram milhares de ações.

O estudo evidencia o perfil dos litigantes. Em 2025, um grupo de 100 grandes empresas concentrou 13,6% de todas as ações trabalhistas do país. O perfil desses grandes litigantes inclui empresas dos setores de serviços financeiros, infraestrutura, varejo, indústria e logística. Segundo Eichler, a concentração de litígios nessas corporações está relacionada ao grande número de empregados, à alta rotatividade de mão de obra e à existência de estruturas jurídicas robustas capazes de administrar um contencioso trabalhista de massa.

No último ano, a homologação de acordos foi o desfecho mais frequente dos processos, representando 30,8% dos julgamentos. Somados aos casos extintos pelo cumprimento da sentença (20,5%), mais da metade das ações foi resolvida de forma consensual ou com o pagamento do valor devido. Para Eichler, esse cenário reflete características centrais da Justiça do Trabalho, como o incentivo institucional à conciliação, o pragmatismo das partes diante dos custos e da duração do processo e a natureza patrimonial das demandas, que facilita a negociação.

O perfil das ações reforça esse diagnóstico. As principais causas de litígio em 2025 foram horas extras (25,7%), verbas rescisórias (20,4%) e adicional de insalubridade (20,2%), indicando que os conflitos trabalhistas no Brasil se concentram sobretudo em questões remuneratórias, no controle da jornada e, especialmente, no momento da rescisão do contrato, que segue como o ponto de maior tensão entre empregadores e empregados.

Para o especialista, a pesquisa revela problemas estruturais nas relações de trabalho no país. “O quadro evidencia o descumprimento recorrente de direitos trabalhistas básicos, com forte concentração de ações em grandes empresas. Ao mesmo tempo, a elevada taxa de conciliação mostra que muitos conflitos poderiam ser evitados, mas acabam sendo resolvidos apenas no Judiciário, o que revela uma cultura que ainda privilegia a judicialização”, conclui.



Entrevista — Brasilino Santos Ramos, ex-presidente do TRT da 1ª Região

O direito do trabalho e as exigências do mercado cada vez mais competitivo

Ana Maria Campos

O desembargador aposentado Brasilino Santos Ramos, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, assume uma nova etapa de sua vida profissional. Depois de atuar no Ministério Público do Trabalho e de exercer a magistratura, Brasilino agora ingressa na advocacia. Doutor em ciências jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa e mestre em direito pela PUC Minas, Brasilino atuou por mais de 20 anos no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO). Também foi conselheiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e procurador regional do Trabalho. Acumulou, assim, experiência na formulação, interpretação e aplicação do direito do trabalho. Em entrevista ao Direito&Justiça, o agora advogado expressa sua posição sobre a evolução do direito do trabalho, as transformações causadas pela tecnologia, economia e mudanças sociais e também sobre perspectivas para manutenção dos direitos trabalhistas.

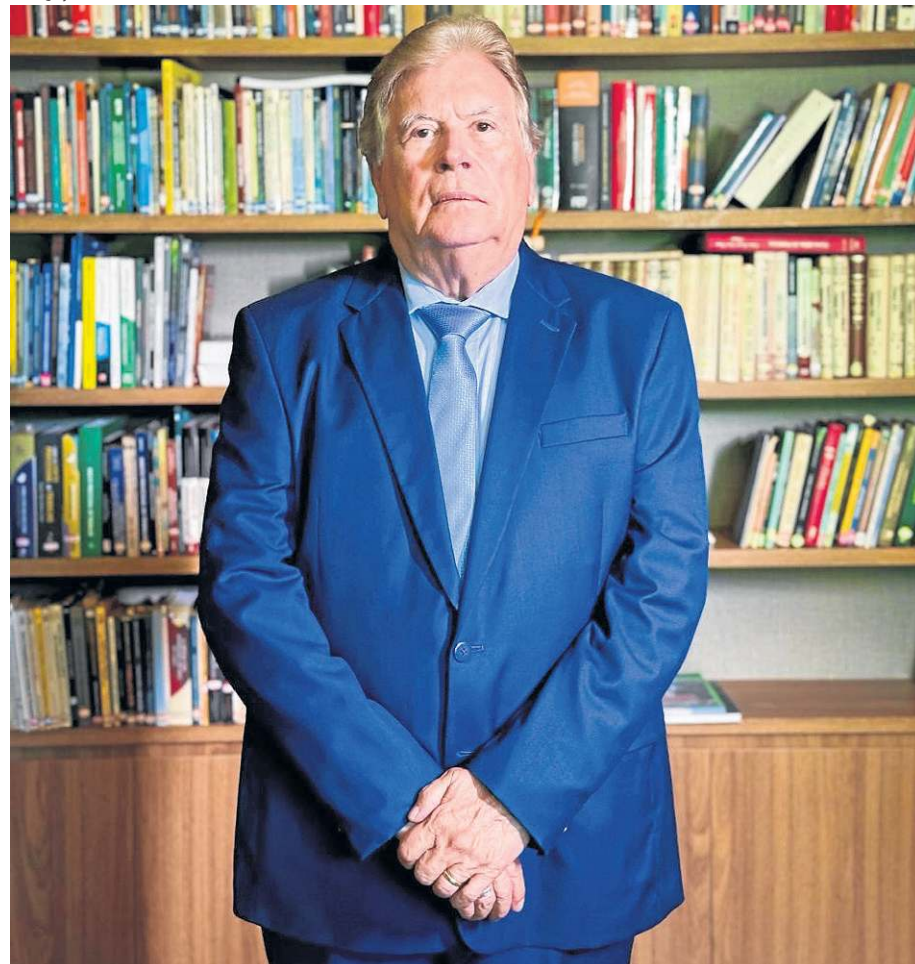
Como avalia a evolução do direito do trabalho desde o início da sua carreira até os dias atuais? O trabalhador perdeu direitos?

Com o devido respeito aos que pensam de forma diversa, não é correto afirmar, de forma absoluta, que o trabalhador tenha perdido direitos. O que ocorreu foi uma readequação das normas às transformações econômicas, tecnológicas e sociais. Houve flexibilizações em alguns pontos, com o objetivo de estimular o emprego e fortalecer a atividade econômica (o que nem sempre foi alcançado), mas também avanços na valorização da negociação coletiva e na adaptação às novas formas de trabalho. Assim, mais do que perdas ou ganhos isolados, observa-se uma busca constante por equilíbrio entre proteção social, segurança jurídica e desenvolvimento econômico, sempre em conformidade com os princípios constitucionais.

O direito do trabalho vive momento de enfraquecimento ou transformação?

O cenário atual indica que o direito do trabalho atravessa um período de reorganização estrutural, influenciado por novas formas de produção, pela automação, digitalização e pela ampliação de modelos flexíveis de contratação. Esse contexto impõe a necessidade

Divulgação



"O cenário atual indica que o direito do trabalho atravessa um período de reorganização estrutural, influenciado por novas formas de produção, pela automação, digitalização e pela ampliação de modelos flexíveis de contratação"

de revisão de institutos tradicionais, sem afastar os fundamentos previstos na Constituição Federal, especialmente no que se refere à proteção da dignidade do trabalhador e da garantia dos direitos fundamentais mínimos, consagrados na Carta Magna. Embora parte da sociedade perceba esse processo como fragilização das garantias, é importante compreender que muitas alterações buscam responder às exigências de um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo. A valorização da negociação coletiva, a autonomia das partes e o fortalecimento da segurança jurídica passaram a ocupar papel central nesse novo modelo. O momento atual revela um movimento de adaptação institucional, no

qual se procura conciliar competitividade, geração de empregos e preservação dos direitos fundamentais. O grande desafio consiste no equilíbrio que deve ser encontrado, assegurando-se que as transformações ocorram de forma responsável, promovendo inclusão social, estabilidade nas relações laborais e desenvolvimento sustentável das empresas.

Há espaço para reconhecer vínculo empregatício em relações mediadas por tecnologia?

Há, sim, espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício em relações mediadas por tecnologia, desde que estejam presentes, na prática, os elementos

caracterizadores da relação de emprego, como subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração. A análise dessas situações deve ser feita de forma individualizada, cuidadosa e concreta, considerando a dinâmica específica de cada atividade e a orientação dos princípios do direito do trabalho e previstos na Constituição Federal. A jurisprudência brasileira, especialmente no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, tem demonstrado sensibilidade para reconhecer o vínculo quando há controle excessivo por algoritmos, metas rígidas, sanções automáticas e limitação real da autonomia do trabalhador. Nessas hipóteses, a mediação tecnológica não afasta, por si só, a existência de uma relação de emprego, sobretudo quando se verificam práticas que podem configurar abusos. Por outro lado, é igualmente necessário preservar modelos legítimos de prestação de serviços autônomos, que contribuem para a inovação e para a geração de renda. O desafio está em construir uma regulação moderna, capaz de coibir distorções, assegurar proteção contra arbitrariedades e, ao mesmo tempo, oferecer segurança jurídica às empresas. Esse equilíbrio é fundamental para promover relações de trabalho mais justas, sustentáveis e compatíveis com a realidade contemporânea.

Teletrabalho e o trabalho híbrido exigem uma revisão da legislação?

O avanço do teletrabalho e do modelo híbrido indica a necessidade de constante atualização da legislação, para que ela permaneça compatível com as novas formas de organização do trabalho. Embora Consolidação das Leis do Trabalho já contenha dispositivos específicos sobre o tema, diversos aspectos ainda demandam aperfeiçoamento, especialmente no que se refere à jornada, à ergonomia, à saúde mental, à proteção de dados e à adequada distribuição de custos. Nesse cenário, a atuação do Tribunal Superior do Trabalho tem sido relevante para a construção de parâmetros interpretativos que preservem o equilíbrio contratual, enquanto o Ministério Público do Trabalho exerce papel fundamental na fiscalização, na prevenção de abusos e na promoção de boas práticas. A atuação conjunta dessas instituições contribui para fortalecer a proteção do trabalhador em ambientes digitais e descentralizados. Dessa forma, mais do que uma ruptura com o sistema vigente, o momento exige ajustes responsáveis, construídos com a participação das instituições, dos

sindicatos e das empresas. A combinação entre regulação adequada, atuação institucional e negociação coletiva tende a favorecer relações mais equilibradas, seguras e compatíveis com as exigências da atividade econômica e do trabalho contemporâneo.

Quais são os principais desafios jurídicos trazidos pela automação e pela inteligência artificial nas relações de trabalho?

A automação e o uso crescente da inteligência artificial nas relações de trabalho impõem desafios relevantes ao ordenamento jurídico, especialmente no que se refere à preservação de direitos, à transparência nas decisões automatizadas e à redefinição de funções profissionais. A Consolidação das Leis do Trabalho foi concebida em um contexto econômico, tecnológico e social distinto do atual, o que exige interpretações atualizadas para lidar com fenômenos como gestão algorítmica, monitoramento digital e avaliação automatizada de desempenho. Entre os principais desafios, destacam-se a dificuldade de identificar com precisão e objetividade formas modernas de subordinação, o risco de discriminação estrutural por meio de sistemas automatizados, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, além dos impactos da substituição de mão de obra por tecnologias. Também surgem questões relacionadas à responsabilização por decisões tomadas por algoritmos e à garantia do direito de defesa do trabalhador diante de sanções automatizadas. Nesse cenário, à luz dos princípios da Constituição Federal, torna-se essencial desenvolver mecanismos regulatórios que assegurem transparência, controle humano e proteção contra abusos, sem inviabilizar a inovação e as necessidades e interesses das empresas. O desafio central consiste em promover a modernização das relações de trabalho de forma responsável, conciliando eficiência produtiva, segurança jurídica e respeito à dignidade do trabalhador.

A pejotização e a terceirização fragilizam a proteção dos trabalhadores?

A ampliação da pejotização e da terceirização representa um dos temas mais sensíveis do direito do trabalho contemporâneo, pois envolve a redefinição dos limites entre autonomia contratual e proteção social. Essas práticas, quando utilizadas de forma legítima, podem contribuir para a dinamização da atividade econômica e para a valorização da livre iniciativa, desde que respeitados os fundamentos da Constituição Federal, especialmente a dignidade da pessoa humana, mas sem esquecer a livre iniciativa. No entanto, quando essas práticas são empregadas de forma abusiva, com o objetivo de mascarar vínculos empregatícios e reduzir encargos, a pejotização e a terceirização podem fragilizar o sistema de proteção trabalhista. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho tem atuado no sentido de coibir essas distorções, reconhecendo a relação de emprego sempre que presentes os requisitos

legais, independentemente da forma contratual adotada. Nesse contexto, o desafio está em diferenciar as relações legítimas de prestação de serviços daquelas que ocultam e mascaram situações de subordinação. A construção de um ambiente jurídico equilibrado exige fiscalização eficiente, segurança jurídica e valorização da boa-fé, de modo a assegurar proteção ao trabalhador sem comprometer a liberdade empresarial e o desenvolvimento econômico.

A mediação e a conciliação poderiam ter papel mais relevante na solução de conflitos trabalhistas?

A mediação e, especialmente, a conciliação possuem grande potencial para assumir um papel mais relevante na solução dos conflitos trabalhistas, mas ainda são utilizadas de forma relativamente tímida no sistema brasileiro. Embora a Justiça do Trabalho possua uma tradição conciliatória, é possível avançar na estruturação desses mecanismos, com maior investimento na formação de servidores e magistrados especializados na condução qualificada da conciliação. A atuação dos tribunais trabalhistas, inclusive do Tribunal Superior do Trabalho, tem sido importante no estímulo à cultura da auto-composição. No entanto, é fundamental que a conciliação seja construída de forma responsável, com análise cuidadosa das condições do trabalhador e das possibilidades reais das empresas. Parte da doutrina e da jurisprudência também alerta para o risco de que a desigualdade econômica entre as partes possa comprometer a liberdade de negociação, resultando, em alguns casos, em renúncias indevidas de direitos. Ainda assim, entendo que esses riscos não afastam a relevância da conciliação, mas reforçam a necessidade de aperfeiçoamento institucional. Quando conduzida com transparência, supervisão adequada e respeito aos direitos indisponíveis, ela permite que as próprias partes construam soluções equilibradas, sem renunciar à proteção jurídica. Ao mesmo tempo, permanece essencial o papel da Justiça do Trabalho como garantidora final da legalidade e da justiça das soluções pactuadas.

O Brasil precisa de uma nova consolidação das leis trabalhistas ou de ajustes pontuais?

O debate sobre a necessidade de uma nova consolidação das leis trabalhistas deve ser conduzido com cautela e responsabilidade institucional. A Consolidação das Leis do Trabalho possui uma base histórica sólida e continua sendo um importante instrumento de organização das relações laborais, tendo passado, ao longo dos anos, por diversas atualizações que permitiram sua adaptação às transformações sociais e econômicas. Nesse contexto, entendo que, no momento, o caminho mais adequado consiste na realização de ajustes pontuais, cuidadosamente estruturados, capazes de corrigir distorções, preencher lacunas e aperfeiçoar institutos específicos, sem

Divulgação



"A ampliação da pejotização e da terceirização representa um dos temas mais sensíveis do direito do trabalho contemporâneo, pois envolve a redefinição dos limites entre autonomia contratual e proteção social"

comprometer a coerência do sistema. Reformas amplas e abruptas tendem a gerar insegurança jurídica, instabilidade interpretativa e dificuldades práticas na aplicação das normas. Isso não significa afastar a possibilidade de revisões mais profundas no futuro, caso se revelem necessárias. No entanto, tais mudanças devem resultar de amplo diálogo social, com a participação de trabalhadores, empregadores, sindicatos, juristas e instituições. A preservação da segurança jurídica, da proteção social e da livre iniciativa exige que qualquer processo de atualização legislativa seja conduzido de forma gradual, transparente e equilibrada.

Há, hoje, mais insegurança jurídica nas relações de trabalho do que no passado?

A percepção de maior insegurança jurídica nas relações de trabalho está, em grande medida, associada ao período de adaptação às mudanças legislativas e às transformações sociais recentes. A Consolidação das Leis do Trabalho permanece como o principal marco normativo, e os tribunais vêm aplicando suas disposições de forma progressiva, buscando compatibilizá-las com a realidade contemporânea. Nesse processo, a atuação do Tribunal Superior do Trabalho é essencial para a formação de entendimentos mais estáveis. As divergências interpretativas e os debates jurídicos que surgem nesse

período não devem ser confundidos com insegurança jurídica, mas compreendidos como etapas naturais de amadurecimento da jurisprudência. Essas discussões são próprias e necessárias para que, posteriormente, se construa uma segurança jurídica mais sólida, baseada em análises técnicas responsáveis e no diálogo entre os diversos atores do sistema. Além disso, tais debates são inerentes a um Estado Democrático de Direito e decorrem de um regime democrático fundamentado no pluralismo, no diálogo institucional na busca constante por soluções mais adequadas. A participação do Supremo Tribunal Federal na definição de questões constitucionais também contribui para esse processo de consolidação. A construção de entendimentos definitivos exige tempo, escuta institucional e reflexão qualificada, permitindo que todas as partes sejam ouvidas. Esse percurso é fundamental para que se alcance, ao final, uma segurança jurídica consistente, legitimada pelo debate democrático e capaz de oferecer previsibilidade, estabilidade e confiança para empregados e empregadores.

O senhor acredita que o Brasil caminha para um modelo de menor proteção trabalhista?

Não considero desejável, nem socialmente sustentável, que o Brasil caminhe para um modelo de enfraquecimento generalizado da proteção trabalhista. A redução não responsável de direitos pode gerar impactos profundos não apenas para os trabalhadores, mas para toda a sociedade. A diminuição da formalização e da proteção social tende a afetar diretamente o financiamento de todo o sistema previdenciário, inclusive do Instituto Nacional do Seguro Social, comprometendo o equilíbrio das contas públicas e a arrecadação que sustenta diversas políticas sociais. Além disso, a fragilização das garantias trabalhistas pode produzir reflexos negativos na saúde física e mental dos trabalhadores, aumentando os níveis de estresse, insegurança e adoecimento emocional. Esses efeitos ultrapassam o ambiente profissional e repercutem na vida familiar e comunitária, impactando a estabilidade social e elevando os custos indiretos para o Estado, especialmente nas áreas de saúde e assistência social. É importante destacar que empresas responsáveis não dependem da supressão de direitos para serem economicamente viáveis. A busca pelo lucro é legítima, mas deve ser exercida de forma ética e responsável. Modelos baseados na precarização tendem a gerar desequilíbrios estruturais, ampliando desigualdades e fragilizando o próprio ambiente econômico. Nesse sentido, minha expectativa é que o Brasil não avance para um modelo de menor proteção trabalhista, mas para uma regulação moderna, equilibrada e socialmente responsável, capaz de conciliar competitividade, valorização do trabalho e sustentabilidade social. A preservação dos direitos fundamentais é condição essencial para o desenvolvimento duradouro e para a construção de uma sociedade mais justa e estável. A isso eu chamo de paz social.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

TJDFT solta casal que plantava cannabis sem prova de comércio

A 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), por maioria de votos, concedeu a ordem em habeas corpus para liberar da prisão um casal acusado de tráfico. Eles foram detidos porque na residência dos investigados, em Luziânia (GO) foi encontrada, em busca e apreensão, uma estufa com 47 pés, estrutura profissional para o cultivo de cannabis, com apreensão de diversas plantas, sementes e equipamentos. O voto do desembargador Diaulas Ribeiro prevaleceu. O magistrado considerou que não havia nenhum indício de que a plantação tivesse motivação comercial.



Caio Gomez/CB/D.A. Press

Tratamento de saúde

Os investigados alegaram que utilizavam a cannabis para tratamento de saúde — ansiedade, depressão e TDAH — e que possuem autorização da Anvisa para importação e relatórios médicos. Prevaleceu o entendimento de que os investigados são primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e não há indícios de comercialização ou financiamento ao tráfico. O entendimento foi de que os dois denunciados por tráfico de drogas podem responder o processo em liberdade.

FGTS deve ser corrigido com no mínimo o IPCA

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou o entendimento de que os saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser corrigidos, no mínimo, pelo índice oficial de inflação (IPCA). Dessa forma, é constitucional a fórmula legal de correção dos saldos (Taxa Referencial + 3% de juros ao ano + distribuição de lucros), desde que a soma assegure, ao menos, o IPCA. A tese fixada tem repercussão geral e deverá ser aplicada aos casos semelhantes em todas as instâncias do Judiciário.

Força-tarefa reduziu 61% dos processos que aguardavam julgamento na Terceira Seção do STJ

O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, divulgou um relatório de gestão que aborda o período de trabalho na Corte de agosto de 2024 a dezembro de 2025. Um dos destaques do levantamento é o resultado da atuação dos juízes convocados para auxiliar os ministros. De acordo com o relatório, Em 19 de agosto de 2024 (início da força-tarefa na Terceira Seção) havia 135.571 processos pendentes de primeiro julgamento nas três Seções do STJ. Em dezembro de 2025, o número caiu para 89.908, embora só bem recentemente a força-tarefa tenha sido estendida para a Primeira e a Segunda Seções. “São expressivos os resultados gerais e por Seção: na Terceira Seção, redução de 61,5% de processos pendentes de primeiro julgamento desde outubro de 2024. Na Segunda Seção, em apenas três meses (desde outubro de 2025), diminuição de 30% no número de processos”, afirma o presidente.

Divulgação



Rosinei Coutinho/SCO/STF



Longevidade em debate

Um dos temas discutidos entre senadores é a aprovação de uma PEC que altere a idade mínima para ingresso no Supremo Tribunal Federal. Hoje, com 35 anos, um jurista pode chegar ao STF. Assim, um magistrado pode permanecer 40 anos no cargo, até a aposentadoria compulsória. A ideia seria ampliar a regra de ingresso para 60 anos, com o fundamento de que nessa idade o jurista já tem muito mais experiência e é mais maduro. Ficaria, assim, 15 anos na função. É uma alternativa ao mandato. Os ministros Celso de Mello (foto) e Marco Aurélio Mello ficaram mais tempo no cargo na história do STF: 31 anos e 57 dias e 31 anos e 29 dias, respectivamente.

Luiz Silveira/STF



“A exploração fragmentada e seletiva de informações sigilosas de autoridades públicas, divulgadas sem contexto e sem controle jurisdicional, tem sido instrumentalizada para produzir suspeitas artificiais, de difícil dissipação”

Ministro Alexandre de Moraes, do STF

Visão do Direito



Rita Machado

Advogada criminalista, mestranda em processo penal na USP e sócia do escritório Corsetti Diniz Machado



Murilo de Oliveira

Advogado criminalista, sócio do escritório Lopes de Oliveira

A confissão no ANPP e a erosão silenciosa do direito ao silêncio

A introdução do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei nº 13.964/2019, foi apresentada como um avanço civilizatório: uma alternativa à persecução penal tradicional, orientada pela racionalização do sistema, pela eficiência e pela consensualidade. No entanto, a exigência legal de confissão formal e circunstanciada como requisito para a celebração do acordo revela uma contradição estrutural que compromete a legitimidade constitucional do instituto.

A confissão, historicamente, ocupa lugar sensível no processo penal. Não por acaso, o modelo acusatório moderno a deslocou do centro do sistema probatório, submetendo-a à lógica da voluntariedade, da não autoincriminação e da ampla defesa. Exigir que o investigado confesse para ter acesso a um benefício

legal equivale a reabilitar, por vias oblíquas, uma lógica incompatível com o devido processo legal substancial.

O problema não é meramente simbólico. A confissão exigida no ANPP não é um elemento neutro: ela é produzida em um contexto de assimetria estrutural de poder, sob a ameaça concreta da persecução penal e com potencial efeito vinculante para o futuro.

Além disso, a exigência de confissão como condição de acesso ao acordo inverte a lógica da presunção de inocência. O investigado é colocado diante de um dilema perverso: ou confessa — ainda que haja fragilidade probatória — para evitar o processo penal, ou exerce plenamente seu direito de defesa e é “punido” com a persecução. Trata-se de uma forma sofisticada de coerção, travestida de consensualidade.

Não por acaso, essa exigência tem produzido efeitos seletivos. Investigados hipossuficientes, com menor acesso à defesa técnica qualificada, tendem a confessar mais rapidamente, muitas vezes sem plena compreensão das consequências jurídicas do ato. Já aqueles que dispõem de melhor assessoria jurídica frequentemente resistem à confissão, ainda que preencham todos os demais requisitos objetivos do acordo. O resultado é um sistema que amplia desigualdades e transforma o ANPP em instrumento de pressão, não de justiça negociada.

Do ponto de vista dogmático, a confissão como requisito não é necessária à finalidade do acordo. O ANPP não pressupõe juízo definitivo de culpabilidade, mas sim um juízo de conveniência e suficiência da resposta penal. A responsabilização consensual poderia perfeitamente se estruturar a partir da aceitação das condições do acordo, sem

a exigência de um reconhecimento formal de culpa — como, aliás, ocorre em diversos modelos comparados de justiça penal negociada.

Insistir na confissão como requisito revela, em última análise, a dificuldade do sistema penal brasileiro em abandonar sua herança inquisitorial. É a permanência da crença de que a verdade penal nasce da palavra do acusado, mesmo quando o discurso normativo afirma o contrário.

Enquanto essa lógica persistir, o ANPP seguirá sendo um instituto ambíguo: progressista no discurso, mas regressivo na prática. Repensar a exigência de confissão não significa esvaziar o acordo, mas levá-lo a sério como instrumento compatível com um processo penal democrático. Um sistema que condiciona benefícios legais à renúncia de garantias fundamentais não negocia justiça — administra coerção.

Visão do Direito



Amanda Paoleli Camara

Advogada de Calcini Advogados. Pós-Graduada em direito do trabalho e previdenciário pela PUC/MG. Graduada em direito pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

Trabalho doméstico infantil: entre o costume enraizado e a proibição legal que precisa ser lembrada

A pesar da vigência da Lei Complementar nº 150/2015 e da ampla divulgação de orientações jurídicas sobre o tema, a contratação irregular de crianças e adolescentes para o emprego doméstico ainda persiste no Brasil, fenômeno que decorre, em grande medida, de uma herança histórico-social que naturalizou, por décadas, a presença de crianças e adolescentes em atividades domésticas como babá, cozinheira, faxineira ou arrumadeira, cuidadora de idosos, lavadeira, copeira, entre outras funções no âmbito residencial.

Essa persistência está diretamente associada à desqualificação histórica do trabalho doméstico enquanto atividade profissional ou à tentativa de apresentá-lo

como uma suposta “extensão da família”, cujas construções simbólicas, longe de serem inocentes, funcionam como mecanismos de relativização da legislação e de fragilização contínua de direitos, especialmente quando se trata de menores.

A legislação brasileira, contudo, é inequívoca ao reconhecer o trabalho doméstico como atividade profissional plenamente regulamentada, desde que prestada de forma contínua, no âmbito residencial, por mais de dois dias por semana, independentemente do grau de escolaridade do trabalhador.

A naturalização do trabalho doméstico infantil foi tamanha que chegou a constar na redação original do ECA, sendo

posteriormente superada com o Decreto nº 6.481/2008, que, em consonância com a Convenção nº 182 da OIT, passou a enquadrar o labor doméstico como uma das piores formas de trabalho infantil, diante dos riscos concretos que envolve, como esforço físico excessivo, posturas inadequadas, exposição a agentes químicos e térmicos, além de graves impactos psicossociais, isolamento e evasão escolar.

Posteriormente, a própria LC 150/2015 consolidou essa vedação, ao dispor, em seu artigo 1º, parágrafo único, que é proibida a contratação de menores de 18 anos para o trabalho doméstico.

Do ponto de vista jurídico, a Justiça do Trabalho é firme no reconhecimento

de que a contratação de menores para o trabalho doméstico configura ato ilícito grave e ensina a responsabilização do empregador, inclusive com a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, presumidos diante da gravidade da violação.

A proibição do trabalho doméstico para menores de 18 anos não é apenas uma imposição legal, mas uma exigência ética e social fundada na proteção integral da criança e do adolescente. Trata-se de reconhecer que o ambiente doméstico, embora revestido de aparente informalidade, pode ocultar relações profundamente assimétricas e potencialmente lesivas ao desenvolvimento humano.

Visão do Direito



Bruna Heleno

Advogada, graduada pelo Centro Universitário UniFTC. Atua nas áreas do direito à saúde, direito civil e direito consumerista

O tabuleiro instável da saúde suplementar e o avanço inevitável da judicialização

A crescente judicialização dos planos de saúde no Brasil é um sintoma, e não a causa, de um sistema regulatório que opera como um tabuleiro de regras instáveis, no qual o beneficiário muitas vezes precisa avançar “na base da sorte” para ter acesso ao tratamento necessário.

Guardadas as devidas proporções, a lógica dos jogos de tabuleiro, em que o avanço do jogador raramente depende apenas de estratégia e cartas inesperadas podem alterar todo o percurso, ajuda a compreender o atual cenário da saúde suplementar no país. Nele, beneficiários se veem submetidos a movimentos forçados diante de negativas administrativas recorrentes e de um ambiente marcado pela insegurança regulatória.

O avanço da judicialização não constitui um fenômeno isolado, mas o reflexo de falhas sistêmicas que extrapolam o campo jurídico e impactam diretamente a vida dos consumidores. Sob essa perspectiva, é indiscutível que a via judicial

deveria ser a ultima ratio, a última casa a ser alcançada no percurso. Contudo, a prática demonstra que, não raro, e com frequência preocupante, a via administrativa se mostra ineficaz, marcada por negativas genéricas, ausência de fundamentação técnica adequada e falta de análise individualizada dos casos.

Nesse ínterim, diante da urgência inerente ao direito à saúde, sobretudo em situações de risco de vida ou agravamento clínico, o beneficiário não dispõe de tempo para “aguardar a próxima rodada”. A ação judicial, assim, torna-se o único movimento possível para evitar um retrocesso ainda maior.

Nesse contexto, o papel do advogado especialista em direito à saúde assume relevância central. Embora a judicialização em massa denote um sistema mal calibrado, para o beneficiário ela representa, em última instância, a possibilidade de avançar no tabuleiro quando todas as demais vias se mostram bloqueadas. O profissional do direito atua, prioritariamente, de forma consultiva e preventiva,

orientando o beneficiário e buscando, sempre que possível, evitar o litígio. Contudo, quando a urgência se impõe, a judicialização deixa de ser uma escolha estratégica e passa a configurar uma necessidade concreta para garantir o acesso ao tratamento adequado.

Estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) indica que a reversão desse cenário depende de maior coordenação institucional, modernização regulatória e ampliação de mecanismos administrativos eficazes de resolução de conflitos. Essa constatação reforça que o problema central não reside no ato de litigar, mas na própria estrutura do jogo. As regras são pouco claras, os critérios são instáveis e a insegurança jurídica é permanente, o que acaba por compelir os beneficiários a recorrerem ao Judiciário como mecanismo de proteção. Cada nova ação judicial representa, simultaneamente, um custo adicional e um movimento que desorganiza ainda mais o tabuleiro da saúde suplementar.

A judicialização, portanto, funciona como a conhecida carta de “sorte” ou “revés”: para o beneficiário, pode significar o avanço necessário para sair da estagnação imposta por negativas indevidas; para o sistema, revela um deslocamento forçado que evidencia a ausência de mecanismos preventivos e administrativos eficientes para a solução de conflitos. Denota, sobretudo, que o jogo não foi estruturado para operar de maneira equilibrada desde o início.

Em síntese, enquanto não houver uma atuação verdadeiramente integrada entre operadoras, agências reguladoras, Poder Judiciário e profissionais do direito, a judicialização continuará sendo uma alternativa legítima e, em muitos casos, a única, para assegurar o direito fundamental à saúde. O desafio que se impõe é reformular as regras desse tabuleiro, de modo que o Judiciário deixe de atuar como mediador permanente e retome seu papel de instância final de garantia, e não de porta de entrada de um sistema que deveria funcionar de forma segura, previsível e eficiente.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família. Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

Em que condições se pode pleitear reconhecimento de paternidade socioafetiva post mortem com petição de herança?

O Supremo Tribunal Federal, por meio do Tema 622 da repercussão geral, reconheceu que a filiação socioafetiva baseada no afeto e na convivência gera seus efeitos jurídicos, inclusive no que tange a herança e alimentos.

Essa é uma construção jurisprudencial. Não há normas legais claras a respeito da matéria. Esse entendimento garante à filiação socioafetiva igualdade sucessória com os herdeiros biológicos — fato que pode gerar conflitos.

Desde que o Supremo firmou o tema 622, o Superior Tribunal de Justiça vem tentando balizar critérios para tornar mais clara

a prova do vínculo socioafetivo, diante da ausência de previsão legal.

Há uma clara disparidade de entendimento entre a Terceira e Quarta Turmas do STJ no trato à questão, o que torna bastante complexo afirmar de forma categórica e segura as condições e requisitos para o(a) filho(a) socioafetivo(a) pleitear o reconhecimento de paternidade post mortem com petição de herança.

Em acórdão recente, publicado em novembro de 2025, relatado pela Ministra Nancy Andrighi (REsp n. 2.201.652/SP), a Terceira Turma do STJ entendeu que “a filiação socioafetiva post mortem pressupõe o reconhecimento de uma situação fática vivenciada pelas partes envolvidas, independentemente de manifestação de vontade formal pelo de cujus. A constatação de concreto laço de afetividade dispensa qualquer manifestação expressa, importando somente o tratamento efetivo dispensado entre as partes envolvidas e

o reconhecimento público dessa relação”. Ou seja, os fatos vão falar mais alto do que a exigência da formalidade de reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade socioafetiva.

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, entretanto, entendeu de modo claramente diverso. No julgamento do REsp n. 1.899.329/GO, aquela Turma acompanhou voto da Relatora, Ministra Maria Isabel Gallotti, no sentido de que “o reconhecimento da filiação socioafetiva post mortem depende da demonstração da vontade inequívoca do indicado a genitor de estabelecer vínculo de paternidade, inclusive, com efeitos patrimoniais [...] Não tendo a vontade inequívoca de assumir a paternidade sido devidamente comprovada, não tem procedência o pedido de reconhecimento de filiação socioafetiva post mortem depende da demonstração da vontade inequívoca do indicado a genitor de

estabelecer vínculo de paternidade, inclusive, com efeitos patrimoniais.”

Essa divergência jurisprudencial exige muita cautela ao se apresentar uma resposta à pergunta aqui feita. Não há, ainda, uma posição terminante sobre o assunto. E essa instabilidade jurisprudencial requer dos eventuais pleiteantes ao reconhecimento de paternidade post mortem com petição de herança o zelo de buscar observar, em seus pedidos, o cumprimento tanto de requisitos fáticos quanto formais do vínculo socioafetivo.

Ou seja, tanto a produção de provas concretas da existência do vínculo, quanto a validação documental e expressa do reconhecimento pelo(a) falecido(a).

Por óbvio, a não comprovação de existência de documento expresso costuma ser um impedimento grave para o êxito do pedido. No entanto, espera-se que a evolução da jurisprudência do STJ promova a consolidação do ponto de vista menos formalista e mais realista da questão.

Visão do Direito



André Coura

Advogado criminalista e fundador do Coura e Silvério Neto Advogados



Antônio Silvério Neto

Advogado criminalista e fundador do Coura e Silvério Neto Advogados

Financiamento eleitoral em 2026 – o que vale, onde estão os riscos e por que o dinheiro voltou ao centro do debate

Com a aproximação das eleições presidenciais de 2026, o financiamento de campanhas volta a ocupar um lugar central no debate público. Desde a proibição das doações de pessoas jurídicas, em 2015, o sistema eleitoral brasileiro passou por avanços importantes em transparência e prestação de contas. Ainda assim, o modelo enfrenta desafios relevantes diante da digitalização dos meios de pagamento, da sofisticação dos crimes financeiros e da dificuldade de rastrear recursos em tempo real.

Hoje, as principais fragilidades do sistema não estão propriamente na ausência de regras, mas na capacidade de fiscalização, rastreabilidade e comprovação da origem dos recursos. Pix, pulverização de doações, doadores intermediários e tentativas indiretas de uso de criptoativos ampliam a complexidade do controle. Nesse cenário, cresce a discussão sobre os limites entre irregularidades eleitorais, ilícitos administrativos e crimes como lavagem de dinheiro.

A seguir, reunimos os principais pontos que ajudam a compreender o atual modelo de financiamento eleitoral, seus limites e os riscos jurídicos que se intensificam com a proximidade das eleições de 2026.

O que está valendo hoje

Desde a decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucionais as doações eleitorais por pessoas jurídicas (ADI 4.650) e a consequente alteração da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), campanhas eleitorais no Brasil podem ser financiadas apenas

por recursos próprios do candidato, doações de pessoas físicas dentro dos limites legais e recursos públicos, como o Fundo Eleitoral.

A arrecadação e os gastos devem ser realizados por meio de contas bancárias específicas de campanha, com registro detalhado e prestação de contas à Justiça Eleitoral, conforme disciplinado, entre outras normas, pela Resolução TSE nº 23.607/2019, que trata da arrecadação, gastos e prestação de contas eleitorais.

Pix e rastreabilidade

O Pix passou a ser amplamente utilizado como meio de pagamento no país e também aparece no contexto eleitoral. O ponto sensível não é o instrumento em si, mas o seu uso para doações fracionadas, pulverizadas ou coordenadas, que podem dificultar a identificação de vínculos econômicos e políticos entre doadores.

Embora as regras exijam identificação do doador e vinculação à conta oficial de campanha, a fiscalização enfrenta desafios quando há grande volume de pequenas transferências em curto espaço de tempo, especialmente se houver indícios de atuação organizada ou de intermediação indevida.

Criptoativos

Atualmente, doações eleitorais diretas em criptoativos não são admitidas no sistema formal de financiamento de campanhas. Ainda assim, o tema permanece relevante do ponto de vista penal e regulatório. Criptoativos podem ser utilizados em esquemas

de ocultação ou dissimulação de recursos, com posterior conversão em moeda fiduciária para doações aparentemente regulares.

Nesses casos, entram em cena não apenas as normas eleitorais, mas também a Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), quando há indícios de que recursos ilícitos foram “limpos” por meio de estruturas financeiras ou intermediários.

Lavagem de dinheiro e limites jurídicos

É importante destacar que nem toda irregularidade eleitoral configura lavagem de dinheiro. Para esse enquadramento penal, é necessário demonstrar, em regra, a existência de ocultação ou dissimulação da origem ilícita dos recursos, além de dolo ou ciência da ilicitude.

Doações eleitorais tendem a atrair esse tipo de responsabilização penal quando há indícios de que os recursos decorrem de crimes antecedentes, como corrupção, fraude ou organização criminosa, e quando se utilizam mecanismos para mascarar sua origem, como laranjas, empresas de fachada ou triangulações financeiras.

Doações cruzadas e compra indireta de influência

Outro ponto sensível é a chamada doação cruzada, em que pessoas físicas formalmente regulares atuam como intermediárias de interesses empresariais ou políticos. Nesses casos, o risco jurídico recai sobre doadores, candidatos e partidos, sobretudo se

houver expectativa de favorecimento futuro ou contrapartidas políticas, o que pode caracterizar abuso de poder econômico ou outros ilícitos eleitorais.

Integração institucional ainda é o gargalo. Apesar dos avanços normativos, o sistema ainda sofre com o baixo nível de integração entre Justiça Eleitoral, Coaf e Receita Federal, o que dificulta o cruzamento de dados financeiros, fiscais e eleitorais em tempo oportuno. A aplicação das normas tende a ser reativa, muitas vezes posterior ao pleito, quando os efeitos políticos já se consolidaram.

Representação, responsabilidade e compromisso público

Há um aspecto positivo nesse debate: a sociedade brasileira quer se ver representada e tem buscado ampliar a participação política, abrindo espaço para novos atores, lideranças e projetos. Isso é saudável para a democracia. No entanto, esse movimento traz consigo uma responsabilidade inegociável.

Candidatos, partidos e apoiadores precisam estar atentos às regras desde o início da campanha. O descuido com a origem dos recursos, a informalidade na arrecadação ou a tolerância com práticas opacas sinalizam, logo de partida, falta de zelo com a coisa pública. E isso coloca em xeque o compromisso fundamental de quem se dispõe a disputar eleições, que é o de servir à população brasileira com responsabilidade, transparência e respeito às instituições, por meio de projetos e programas que efetivamente beneficiem a sociedade.

Visão do Direito



Andressa Munaro Alves

Advogada trabalhista e professora universitária



Maurício de Carvalho Góes

Sócio trabalhista do escritório TozziniFreire Advogados e professor universitário

Precedentes trabalhistas: os desafios para os advogados militantes

O tema dos precedentes trabalhistas é temerário por várias razões, seja porque o diploma dos trabalhadores (que é de 1943) não surpreenda por não trazer qualquer passagem sobre o assunto; seja porque o manancial de entendimentos que estão se firmando com desenfreada rapidez ainda não foram bem acomodados na prática forense – circunstância que deflagra pontos de incerteza para a Justiça do Trabalho (JT).

Estes autores, questionam a aplicabilidade dos precedentes nas bandas trabalhistas,

porque ela sempre foi reconhecida por interpretar os casos à luz do princípio da primazia da realidade. É impossível não observar que, quando se considera a aplicação de precedentes, afasta-se daquilo que de mais caro aqui sempre existiu: a busca dos pormenores que não estão nos documentos, mas que realmente aconteceram no mundo dos fatos.

O fato é que aqui se defende um olhar amplo e verdadeiramente processual, porque esta será a maneira de não provocar o verdadeiro engessamento daquilo que se tem como

bem precioso desta Justiça: a busca incessante pela realidade prática operada por fruto das relações. Mas, questiona-se: será que a política judiciária de diminuir recursos no Tribunal Superior do Trabalho não criará um distinguish do distinguish, capaz de impedir novos espaços hermenêuticos?

Os próximos anos exigirão fôlego daqueles que militam na JT, mormente pelo alerta constante sobre a formação de novos precedentes, assim como para que não sejam traídos pela armadilha de inobservar, por equívoco ou

desconhecimento, as situações que carecem de melhor interpretação, mas que já possuem prévia discussão em formação – considerando a aplicação (e interpretação) ampla que aqui se defende.

Faz-se votos de que se apliquem os precedentes na praxis trabalhista, asseverando que o caso concreto seja respeitado, pois, a formação de eficazes entendimentos não pode ceifar a efetividade das decisões aqui proferidas, sob pena de divórcio da razão de ser da Justiça, reconhecida por ser palco de discussões sobre direitos socialmente fundamentais.

Visão do Direito



Luiz Carlos Adami

Advogado especialista em direito da mineração.
Sócio no Caputo, Bastos e Serra Advogados

Por que o Brasil ainda não controla a extração e o comércio de ouro, mesmo sob pressão climática e comercial internacional

O Brasil ocupa posição de destaque no mercado global de ouro, figurando entre os maiores produtores do metal. Essa relevância econômica, contudo, convive historicamente com fragilidades estruturais que atravessam toda a cadeia de extração, comercialização e exportação.

A centralidade do debate climático internacional, reforçada pela realização da COP30 no Brasil, contrasta com a persistente incapacidade estatal de exercer controle efetivo sobre essa cadeia, apesar da recorrência de impactos sociais, ambientais e econômicos associados à extração ilegal.

Não se trata de desvios pontuais, mas de um padrão reiterado de disfunções institucionais, regulatórias e operacionais que permitem a continuidade da ilegalidade e sua absorção pelos fluxos formais da economia.

A recorrência desses problemas não decorre da ausência de diagnóstico ou da falta de evidências empíricas. Ao contrário, os efeitos da extração ilegal de ouro são amplamente conhecidos, reiteradamente documentados e objeto de sucessivas iniciativas normativas e fiscalizatórias.

A persistência do problema revela, portanto, que o núcleo da questão não está no desconhecimento, mas na incapacidade do Estado de transformar normas, diagnósticos e compromissos públicos em controle contínuo e coordenado.

A extração ilegal de ouro consolidou-se como vetor relevante de degradação ambiental na Amazônia e de instabilidade institucional.

Apesar de reiteradas operações policiais e de ajustes normativos recentes, a extração ilegal segue encontrando meios de operar e, sobretudo, de inserir o metal no mercado formal, frequentemente por meio de documentação irregular, evidenciando uma falha estrutural do Estado em exercer governança efetiva sobre a cadeia produtiva, mais do que uma simples insuficiência legislativa.

Estudos independentes indicam que parcela significativa do ouro exportado pelo Brasil — especialmente aquele

oriundo da região amazônica — apresenta elevado risco de ilegalidade. A recorrência desse dado expõe falhas sistêmicas na verificação da origem do metal e revela a fragmentação dos mecanismos de controle existentes. Além disso, a ausência de integração entre políticas públicas e sistemas de informação compromete a capacidade estatal de identificar inconsistências, rastrear fluxos e responsabilizar agentes ao longo da cadeia.

Os efeitos socioambientais dessa dinâmica são amplamente conhecidos: desmatamento, contaminação de recursos hídricos por mercúrio, perda de biodiversidade e intensificação de conflitos territoriais, com impactos diretos sobre povos indígenas e comunidades tradicionais. A esses danos somam-se externalidades institucionais relevantes, como evasão fiscal, lavagem de dinheiro e a inserção de organizações criminosas na economia formal, ampliando o alcance do problema para além da esfera ambiental.

No plano jurídico, avanços normativos importantes foram adotados, como o fim da presunção de boa-fé nas operações de compra e venda de ouro e a exigência de maior formalização fiscal.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade do dispositivo da Lei nº 12.844/2013 que atribuía presunção de legalidade às declarações do vendedor, reconheceu que tal modelo enfraquecia o controle estatal sobre uma atividade de elevado impacto ambiental e social. Ainda assim, a experiência recente demonstra que a multiplicação de normas, sem correspondente fortalecimento institucional, é insuficiente para alterar o padrão estrutural de ilegalidade.

Nesse contexto, emerge um elemento central frequentemente subestimado no debate público: a estruturação do aparato estatal responsável pela governança mineral. A Agência Nacional de Mineração (ANM), pilar do sistema regulatório do setor, opera sob limitações crônicas de ordem orçamentária, técnica e tecnológica. Essa fragilidade

compromete sua capacidade de exercer plenamente funções essenciais de regulação, supervisão e fiscalização, reduzindo a efetividade das políticas públicas e ampliando as brechas exploradas pela ilegalidade.

A mais do fortalecimento institucional da ANM, a eficiência regulatória no setor auferido depende da interoperabilidade entre os sistemas e políticas públicas dos órgãos envolvidos no controle da cadeia do ouro.

É evidente que a fragmentação informacional entre ANM, Ibama, Receita Federal, Polícia Federal, Coaf e entes subnacionais impede a formação de uma visão integrada dos fluxos do metal, limita ações preventivas e dificulta a repressão coordenada de ilícitos ambientais, fiscais e financeiros. Sem integração sistêmica, o controle permanece reativo, episódico e estruturalmente vulnerável.

No plano internacional, a realização da COP30, em Belém do Pará, reforçou a centralidade da governança dos recursos naturais na agenda climática global. Embora não tenha tratado diretamente da arquitetura regulatória interna da mineração, a conferência evidenciou que atividades como a extração ilegal de ouro comprometem metas climáticas, políticas de conservação e a credibilidade internacional do país.

A COP30, nesse sentido, funcionou como marco político-simbólico que ampliou a pressão por respostas estruturais no campo da governança ambiental e mineral.

Em paralelo, as pressões comerciais decorrentes de exigências ambientais mais rigorosas, especialmente no contexto das negociações entre União Europeia e Mercosul, expõem um problema estrutural: a ausência de mecanismos internos de controle capazes de assegurar rastreabilidade, conformidade ambiental e segurança jurídica ao ouro brasileiro.

Embargos e restrições a cadeias de suprimento opacas deixam claro que a fragilidade regulatória não é apenas um passivo ambiental, mas também um risco econômico e geopolítico.

Nesse cenário, o Projeto de Lei nº 3025/2023 desponta como a principal iniciativa legislativa voltada à reorganização do mercado de ouro no Brasil.

O projeto propõe um novo marco regulatório centrado no fortalecimento do controle da origem, da circulação e da custódia do metal, com destaque para a criação de instrumentos de rastreabilidade, como a Guia de Transporte e Custódia de Ouro (GTCO). Apesar do avanço conceitual, a ausência de deliberação final mantém um cenário de insegurança jurídica e limita a efetividade das ações estatais em curso.

A rastreabilidade é necessária, contudo, não deve ser compreendida como solução autônoma, mas como ferramenta dependente de capacidade institucional e coordenação interagências. Sem uma ANM fortalecida e sem integração entre sistemas públicos, mecanismos de rastreamento tendem a operar de forma fragmentada, permitindo que o ouro de origem ilegal continue a se misturar ao ouro regular, com impactos fiscais, ambientais e reputacionais.

A continuidade da extração ilegal e das fragilidades no comércio de ouro no Brasil revela um descompasso estrutural entre ambição normativa, capacidade institucional e efetividade regulatória.

Iniciativas legislativas como o PL nº 3025/2023 e o avanço de instrumentos de rastreabilidade sinalizam um caminho necessário, mas cujo alcance depende da consolidação de uma arquitetura estatal capaz de operar de forma integrada e tecnicamente estruturada.

Nesse cenário, a COP30 e o crescente rigor dos mercados internacionais não devem ser compreendidos apenas como pressões externas, mas como marcos que expõem, de forma inequívoca, os limites e as possibilidades da governança mineral brasileira.

A forma como o país responder a esse desafio determinará se o ouro continuará a alimentar ciclos de degradação e informalidade ou se passará a integrar um modelo regulatório compatível com responsabilidade ambiental, segurança jurídica e credibilidade internacional.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 19 de fevereiro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expompress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solite 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

109 SQS Sul "E" 3qts 1ste 137m2 gar. silenc/ desoc. Tr dir. c/prop. WhatsApp: 99986-2496

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 SUDOESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 ste) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.

QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS
200KM DISTANTE DE BRASILIA 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. > tmo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**

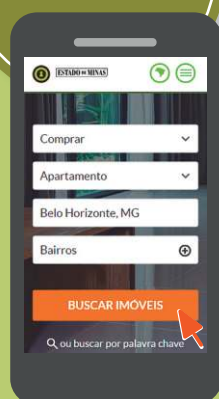


(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

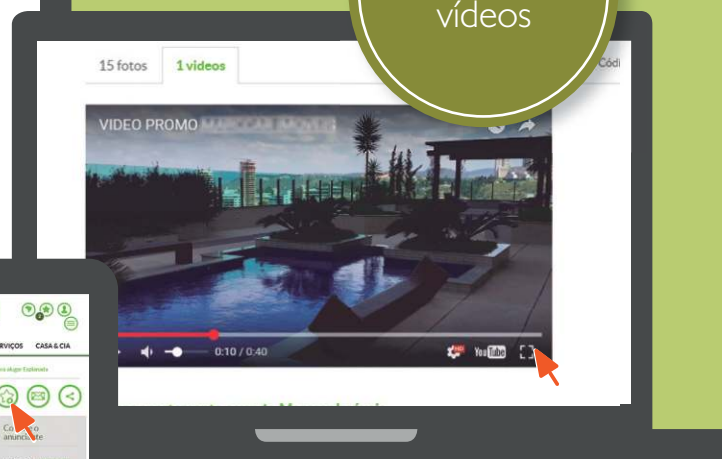
Busca rápida e descomplicada



Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada

+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE